



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURAS E
IDENTIDADES**

FRANCISCO YTALO DE LIMA SILVA

PEDAGOGIA DA PASTORAL DA JUVENTUDE RURAL

RECIFE

2023

FRANCISCO YTALO DE LIMA SILVA

PEDAGOGIA DA PASTORAL DA JUVENTUDE RURAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades da Universidade Federal Rural de Pernambuco e Fundação Joaquim Nabuco, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Educação, Culturas e Identidades. **Linha de Pesquisa 01:** Movimentos Sociais, Práticas educativo-culturais e identidades.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Cíbele Rodrigues.

RECIFE

2023

FRANCISCO YTALO DE LIMA SILVA

“PEDAGOGIA DA PASTORAL DA JUVENTUDE RURAL”

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades Associado Universidade Federal Rural de Pernambuco e Fundação Joaquim Nabuco

Aprovada em 13.02.2023

BANCA EXAMINADORA



Dr^a. Cibele Maria Lima Rodrigues - Fundação Joaquim Nabuco - Orientadora e Presidente



Dr^a. Sônia Fátima Schwendler – Universidade Federal do Paraná - Examinadora Externa



Dr. Moisés de Melo Santana - Universidade Federal Rural de Pernambuco
Examinador Interno

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S586p

Silva, Francisco Ytalo de Lima

PEDAGOGIA DA PASTORAL DA JUVENTUDE RURAL / Francisco Ytalo de Lima Silva. - 2023.
126 f. : il.

Orientadora: Cibele Maria Lima Rodrigues.
Inclui referências, apêndice(s) e anexo(s).

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Educação,
Culturas e Identidades, Recife, 2023.

1. Pastorais. 2. Pedagogia. 3. Pastoral da Juventude Rural. 4. Brasil. I. Rodrigues, Cibele Maria Lima, orient. II.
Título

CDD 370

À Pastoral da Juventude Rural, organização política e religiosa que transformou minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, essa força transcendental manifestada em muitos momentos de minha vida, acolhendo-me e mostrando saídas para as situações desafiadoras, tanto pessoais quanto familiares.

À minha família, especialmente a minha mãe Francisca Domingos de Lima, por ser exemplo, de acolhimento, fraternidade e solidariedade. Aos meus irmãos e minhas irmãs, pela admiração pelo caminho que trilhei. As minhas sobrinhas e sobrinhos pelos momentos, que me fazem lembrar da infância.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes, pela concessão da bolsa de estudos, que me permitiu dedicação exclusiva ao curso. Sem esse financiamento, o caminho trilhado teria sido mais complicado, ou até impossibilitado devido às minhas condições materiais insuficientes.

As minhas amigas e amigos que conquistei durante a caminhada, para não correr o risco de cometer injustiça e esquecer o nome de alguém, sintam-se todas abraçadas e lembradas neste texto.

Agradeço de modo especial, a amiga Fabrícia Gonçalves da Silva, que desde a graduação tem contribuído com minhas pesquisas. E na escrita desta dissertação não foi diferente, muito obrigado pela disponibilidade de sempre. Suas observações e ponderações foram de grande valia e com certeza, foram fundamentais no aprofundamento deste trabalho.

À amiga Severina Mendes pelo exemplo de coragem e determinação. Como também, por ter gentilmente fornecido as folhas em que imprimiremos e disseminaremos esta dissertação.

A toda militância da Pastoral da Juventude Rural - PJR, em especial a Antonio Gilvan Gomes Costa, Gilmara Francisca da Silva, Paulo Romário de Lima, Nagila Sousa Andrade e José Davi Ferreira de Lima, pela concessão das entrevistas em profundidade. Também, ao companheiro Kleitinho Mendes de Albuquerque, pela palestra que ministrou para nosso grupo de pesquisa e que serviu como material de análise em nosso estudo.

À minha orientadora, Prof^ª. Dr^ª. Cibele Maria Lima Rodrigues, pela paciência, disponibilidade e zelo durante a construção desta dissertação. Sua dedicação e orientação foram fundamentais para o desenvolvimento e finalização da pesquisa.

Aos docentes doutores (as) que compuseram a banca examinadora Sônia Fátima Schwendler, Moisés de Melo Santana, Mauricio Antunes Tavares e Gilvania de Oliveira Silva

de Vasconcelos, pela disponibilidade e contribuições valiosas para o aprofundamento de nossa dissertação.

Ao professor doutor Wagner Lira pela orientação durante o Estágio de Docência, aprendi muito durante essa experiência.

Ao Grupo de Pesquisa e Estudos sobre a Docência - GPED pelos diversos espaços formativos e recreativos que tivemos.

Aos colegas do mestrado pelos momentos vivenciados virtual e presencialmente, nesses dois anos de muito estudo, discussão e reflexões: Adjane, Adriana, Alexsandro, Amanda, Ana Paula, Auristela, Bruno, Ceiça (Conceição), Edilange, Emília, Graça, Gustavo, Hugo Rafael, Ilze, Jailton, Marina, Maurício, Michelle, Priscila, Rafael, Rayssa, Romário, Severina, Sirley e Verônica.

Por fim, agradeço a todos os profissionais que compõem o Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades, sobretudo, aos docentes que vivenciamos mais tempo juntos: Ana Paula Abrahamian, Cíbele Maria, Denise Botelho, Gilvaneide Oliveira, Hugo Monteiro, Maurício Antunes, Moisés Melo, Patrícia Simões, Raquel Uchôa e Wagner Lira.

A diferença fundamental entre o conhecimento nascido nas lutas e o conhecimento elaborado a respeito delas é que o primeiro é um conhecer-com, enquanto o segundo é um conhecer-sobre. (Boaventura de Sousa Santos, 2017, p. 9)

Apesar dos tempos, há que se continuar tendo esperança, fazendo e pensando, pensando e fazendo e ampliando os espaços desse pensar e fazer, que devem ser cada vez mais coletivos e participativos. (Conceição Paludo, 2010, p. 265)

RESUMO

A presente dissertação teve como objetivo geral analisar quais os elementos característicos e constitutivos da pedagogia da Pastoral da Juventude Rural no Brasil. Ao longo do trabalho foi possível situar o percurso da Pastoral da Juventude Rural no contexto histórico, eclesial e político; discutir como a Educação Popular e a Educação do campo constituem-se como base pedagógica dos movimentos sociais e pastorais que atuam no meio rural; e, por fim, apresentar os elementos característicos e constitutivos da pedagogia que orienta os espaços educativos promovidos pela Pastoral da Juventude Rural. O problema de pesquisa surgiu a partir das concepções de Roseli Caldart (2000) e Miguel Arroyo (2003) sobre as pedagogias dos movimentos sociais. A metodologia da pesquisa se caracteriza por uma abordagem qualitativa, sendo definida como uma pesquisa militante (BRINGEL e VARELLA, 2012). Foram realizadas cinco entrevistas com lideranças da Coordenação Nacional, uma palestra com um assessor nacional da PJR e a análise dos documentos referentes à Missão, Metodologia, Organização e Características da Identidade da PJR. A partir desse *corpus* foi possível concluir que a PJR possui uma prática pedagógica própria, que reúne elementos das experiências vivenciadas pelos diversos sujeitos que compõem as bases da PJR, tendo como pressupostos básicos as práticas pedagógicas e metodológicas da Educação Popular, da Educação do Campo e da Teologia da Libertação. Ao final, foram identificadas convergências entre as características identitárias da PJR (descritas nos documentos) e as falas das lideranças entrevistadas, demonstrando dessa forma que existe uma pedagogia própria, que a pastoral mobiliza nos processos de formação política e religiosa de sua militância.

Palavras-chave: Pastorais, Pedagogia, Pastoral da Juventude Rural, Brasil.

ABSTRACT

The present dissertation had as general objective to analyze which are the characteristic and constitutive elements of the pedagogy of the Pastoral da Juventude Rural in Brazil. Throughout the work it was possible to situate the path of the Pastoral da Juventude Rural in the historical, ecclesiastical and political context; discuss how Popular Education and Rural Education constitute the pedagogical basis of social and pastoral movements that operate in rural areas; and, finally, to present the characteristic and constitutive elements of the pedagogy that guides the educational spaces promoted by the Pastoral da Juventude Rural. The research problem arose from the conceptions of Roseli Caldart (2000) and Miguel Arroyo (2003) on the pedagogies of social movements. The research methodology is characterized by a qualitative approach, being defined as a militant research (BRINGEL and VARELLA, 2012). Five interviews were carried out with leaders of the National Coordination, a lecture was given by a national advisor of the PJR and the analysis of documents referring to the Mission, Methodology, Organization and Characteristics of the PJR's Identity. From this corpus, it was possible to conclude that the PJR has its own pedagogical practice, which brings together elements of the experiences lived by the various subjects that make up the bases of the PJR, having as basic assumptions the pedagogical and methodological practices of Popular Education, Rural Education and of Liberation Theology. In the end, convergences were identified between the identity characteristics of the PJR (described in the documents) and the speeches of the interviewed leaders, thus demonstrating that there is a pedagogy of its own, which the pastoral mobilizes in the processes of political and religious formation of its militancy.

Keywords: Pastoral, Pedagogy, Rural Youth Pastoral, Brazil.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Linha do tempo contendo os marcos históricos da Pastoral da Juventude Rural.	75
Figura 2: Características da Identidade da PJR e campos de atuação.	81
Figura 3: Cartografia Imagética do Projeto de Pesquisa - Primeira Versão	115
Figura 4: Cartografia Imagética do Projeto de Pesquisa - Versão Final.....	116

LISTA DE TABELA

Tabela 1: Dados Brutos do Estado da Arte – Grande Área Ciências Humanas - Educação (1998 - 2021)	19
Tabela 2: Dados Brutos do Estado da Arte: descritores relacionados	19
Tabela 3: Dados Brutos do Estado da Arte: Pastorais de Juventudes do Brasil	20

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACE	Ação Católica Especializada
Anped	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEBI	Centro de Estudos Bíblicos
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CPT	Comissão Pastoral da Terra
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
EFA	Escola Família Agrícola
Fundaj	Fundação Joaquim Nabuco
ICAR	Igreja Católica Apostólica Romana
Ipesc	Instituto José Marrocos de Pesquisas e Estudos Socioculturais
JAC	Juventude Agrária Católica
JEC	Juventude Estudantil Católica
JIC	Juventude Independente Católica
JOC	Juventude Operária Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
GEPAFRO	Grupo de Estudo e Pesquisa em História Afro-diaspórica
GPED	Grupo de Pesquisa e Estudos sobre a Docência
MEB	Movimento de Educação de Base
MST	Movimento dos Trabalhadores(as) Rurais Sem Terra
Pibid	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
PJ	Pastoral da Juventude
PJE	Pastoral da Juventude Estudantil
PJG	Pastoral da Juventude Geral
PJMP	Pastoral da Juventude do Meio Popular
PJR	Pastoral da Juventude Rural
PPGECI	Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades
TdL	Teologia da Libertação
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso

UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
URCA	Universidade Regional do Cariri

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 01: DA ROÇA À UNIVERSIDADE - MINHAS RAÍZES CAMPONESAS E PASTORAIS	26
1.1. MEMORIAL: ENTRE O ENGAJAMENTO PASTORAL À CONSTRUÇÃO DE MINHA IDENTIDADE	26
1.2. ITINERÁRIOS DE PESQUISA: FUNDAMENTOS TEÓRICOS, CONCEITUAIS E METODOLÓGICOS	35
CAPÍTULO 2: JUVENTUDES RURAIS E O CONTEXTO DAS PASTORAIS DA IGREJA CATÓLICA	46
2.1. JUVENTUDES RURAIS: BREVES CONSIDERAÇÕES	46
2.2. TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO E PASTORAIS NA IGREJA CATÓLICA - ASPECTOS GERAIS	49
CAPÍTULO 3: MOVIMENTOS SOCIAIS E PASTORAIS COMO SUJEITOS EDUCATIVOS	56
3.1. PASTORAIS E MOVIMENTOS SOCIAIS	56
3.2. EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL, INTENCIONALIDADE E PEDAGOGIAS DA LIBERTAÇÃO	59
3.3. EDUCAÇÃO POPULAR E EDUCAÇÃO DO CAMPO COMO BASE PEDAGÓGICA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E PASTORAIS DO CAMPO	65
3.4. PROCESSOS EDUCATIVOS NOS MOVIMENTOS SOCIAIS E NAS PASTORAIS	70
CAPÍTULO 4: PODEMOS FALAR DE UMA PEDAGOGIA DA PASTORAL DA JUVENTUDE RURAL?	73
4.1. PASTORAL DA JUVENTUDE RURAL: ITINERÁRIO HISTÓRICO E ORGANIZATIVO	73
4.2. A PEDAGOGIA DA PJR E SUAS DIMENSÕES	79
I. <i>A mística da PJR e suas três raízes</i>	82
II. <i>A luta por um Projeto Popular de Sociedade e de Campo</i>	85
III. <i>O Campo como espaço de atuação</i>	89
IV. <i>A teorização da prática através do estudo</i>	91
V. <i>A organização coletiva das juventudes camponesas: o companheirismo</i>	97
4.3. A PEDAGOGIA DA PJR: TENTATIVA DE SÍNTESE	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
REFERÊNCIAS	108
APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	113
APÊNDICE B – CARTOGRAFIA IMAGÉTICA DA PESQUISA	115
APÊNDICE C – CARTOGRAFIA IMAGÉTICA DA PESQUISA	116
ANEXO A: MISSÃO DA PASTORAL DA JUVENTUDE RURAL	117
ANEXO B: ORGANIZAÇÃO DA PASTORAL DA JUVENTUDE RURAL	119
ANEXO C: O QUE É PASTORAL?	120
ANEXO D: IDENTIDADE DA PASTORAL DA JUVENTUDE RURAL	123
ANEXO E: DOCUMENTO CARACTERÍSTICAS DA IDENTIDADE DA PJR	125

INTRODUÇÃO

O argumento principal que atravessa esta dissertação é de que os movimentos sociais (CALDART, 2000; ARROYO, 2003; GOMES, 2017) e as pastorais, enquanto organismos coletivos que atuam na organização e mobilização de determinados setores e/ou grupos sociais para defenderem e/ou conquistarem direitos, constituem-se como entes pedagógicos e educativos. Como também sujeitos de conhecimento, na medida em que conseguem, a partir de suas práticas coletivas, produzir e sistematizar conhecimentos que tencionam as relações de poderes colocando em cena, a visão, os interesses e as perspectivas dos grupos não hegemônicos social, cultural, econômico e politicamente. Conforme, nos explica a pedagoga Nilma Lino Gomes (2017):

Os movimentos sociais são produtores e articuladores dos saberes construídos pelos grupos não hegemônicos e contra-hegemônicos da nossa sociedade. Atuam como pedagogos nas relações políticas e sociais. Muito do conhecimento emancipatório produzido pela sociologia, antropologia e educação no Brasil se deve ao papel educativo desempenhado por esses movimentos, que indagam o conhecimento científico, fazem emergir novas temáticas, questionam conceitos e dinamizam o conhecimento. (GOMES, 2017, p. 16-17)

Partindo desses pressupostos iremos percorrer um longo caminho para compreender como nosso objeto de estudo, a Pastoral da Juventude Rural - PJR se insere nessas dinâmicas pedagógicas e que pedagogia(s) conforma em sua atuação. Cabe destacar que a PJR surge em meio às transformações que ocorrem no Brasil a partir da década 1970, e que impulsionaram o surgimento de diversos grupos organizados para lutarem por pautas específicas relacionadas a seus interesses, já que as reivindicações mais abrangentes, muitas vezes, não atendiam as demandas desses setores.

Além disso, o cenário forjado pelas ditaduras militares na América Latina, que desarticulou e extinguiu muitas organizações, grupos e perseguiu muitas lideranças políticas contrárias ao regime, acabou por alimentar fagulhas de resistência e que mais tarde desembocaram em outras formas organizativas. Com o fim da ditadura militar brasileira e o processo de abertura democrática ressurgem inúmeras organizações sociais, pastorais, movimentos populares e sindicais, que durante o período ditatorial foram obrigadas a encerrar suas atividades ou se adequar às regras políticas dos ditadores.

É justamente nesse período que surge a Pastoral da Juventude Rural, precisamente em março de 1983. Constituída durante a efervescência e ressurgimento das organizações populares

no país, pós-ditadura militar, a PJR é fruto das mobilizações das juventudes do campo, em duas regiões do país, em processos que se desenrolaram concomitantemente, no Sul (Rio Grande do Sul) e no Nordeste (Pernambuco). Desde então, ela vem se constituindo como uma importante ferramenta organizativa das juventudes camponesas em diferentes regiões do país.

Partindo dos pressupostos teóricos, acima elencados de que os movimentos sociais, através dos grupos, coletivos e organizações que os compõem constituem pedagogias próprias mediatizadas pelas lutas e espaços formativos que promovem com a militância e simpatizantes. Resolvemos, tomar a experiência organizativa da PJR e analisar se em sua atuação junto às juventudes camponesas no Brasil, ela construiu uma pedagogia própria e se sim, quais os elementos que a caracterizam. Sem a pretensão de anteciparmos uma resposta, seguimos apresentando mais subsídios que justificam a nossa pesquisa e a sua relevância social, política e científica.

A experiência histórica das juventudes do campo revela um cenário de expulsão crescente de suas comunidades originárias. Muitos são os fatores que contribuíram e/ou contribuem para isso, por exemplo, a falta de projetos específicos que atendam as demandas básicas desse público, como acesso à terra, à educação, lazer, trabalho e renda, entre outros. Ademais, a construção de pautas políticas estratégicas, como a defesa da permanência no campo, educação contextualizada e a adoção de modelos alternativos de produção e comercialização baseados na agroecologia e economia solidária, ainda parece ser uma realidade distante. Por isso, procuramos ao longo dessa sistematização reforçar a importância deste espaço de vivências, de produção e convivência familiar, como também de constituição de atores políticos importantes.

Os saberes e experiências acumuladas nos diversos espaços de militância, pelo pesquisador e sujeito político/participativo da experiência analisada, serviram de inspiração, motivação e iluminação na escolha do tema e nos direcionamentos teóricos e metodológicos ao longo da confecção desta dissertação, que foi construída e delineada a muitas mãos. Aliás, nenhuma pesquisa parte do nada, mas de muitas outras experiências investigativas que nos fornecem elementos para justificar e enriquecer as nossas.

Diante disso, ao definirmos os caminhos e as possibilidades da investigação que nos desafiamos a realizar, compartilhamos da mesma compreensão de Maria da Glória Gohn (2014, p. 36), de que o desenrolar da “[...] pesquisa envolve uma atitude investigativa que gera aprendizagem e saber. E o saber é sempre resultado de uma construção histórica, realizada por sujeitos coletivos.” Neste sentido, as perspectivas do processo investigativo dependem

diretamente das relações estabelecidas entre as partes envolvidas nessa construção, sobretudo quando a pesquisa depende da realização de entrevistas como fonte.

Ademais, cabe destacar que a construção deste estudo partiu de atravessamentos, que interligam a subjetividade, o social, o cultural e, sobretudo, os aspectos políticos do pesquisador. Não pretendemos construir um trabalho desinteressado e muito menos distante da realidade para atender a uma demanda impossível, que é a neutralidade. Com isso, não estamos destoando dos pressupostos e rigores da academia, acreditamos que eles são essenciais à constituição de uma reflexão profunda e que provoque mudanças de pensamento e posturas diante do tema abordado.

Porquanto, as leituras e as discussões que tivemos acesso durante a escrita da dissertação nos levaram a refletir sobre o arcabouço pedagógico constituído pela Pastoral da Juventude Rural para instruir sua militância. Essa instrução tem como intencionalidade a formação, a organização e o engajamento das juventudes camponesas nos diversos espaços de decisões políticas e sociais, na luta por melhores condições de vida no campo e cidade. Visto que muitos grupos disputam o processo educacional da população, ao longo dos anos a PJR precisou construir estratégias pedagógicas que fossem capazes de dialogar com as diversas expressões juvenis do campo e com suas necessidades.

Diante disso, ao imergimos nas leituras e exploração inicial dos materiais e documentos disponíveis, fomos percebendo a inexistência de estudos e problematizações sobre a PJR, que dirá, sobre suas práticas pedagógicas. Como a maioria dos textos e subsídios utilizados nos espaços de formação são fundamentados nos pressupostos teóricos e metodológicos da Educação Popular e Educação do Campo, entre outras concepções progressistas. Em decorrência disso, resolvemos começar o levantamento de dados tendo em vista pesquisas que dialogassem com essas perspectivas educativas e pedagógicas, para definirmos os conceitos e categorias de análise que iríamos utilizar em nossa pesquisa.

Então, considerando os elementos destacados anteriormente e o necessário aprofundamento da pesquisa, realizamos um levantamento das produções acadêmicas em nível de mestrado e doutorado, armazenadas em dois bancos de dados digitais, a saber: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações - BDTD e no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, no final do mês de agosto e início do mês de setembro de 2021. Cabe destacar que a ideia inicial era fazer uma busca correspondente ao período de 2016 a 2021, porém a quantidade insuficiente ou inexistência de trabalhos, obrigou-nos a abranger o espaço-temporal da pesquisa e considerar todas as produções disponíveis, a fim de encontrar material suficiente que contribuísse com o

nosso estudo. Porquanto, restringimos os filtros à Grande Área de Ciências Humanas e ao campo específico da Educação.

Quanto aos critérios para a quantificação dos trabalhos encontrados, consideramos os títulos e o assunto relacionado aos seguintes descritores: Juventude Camponesa; Identidade Camponesa; Pastoral da Juventude; e Educação do Campo. No mais, as pesquisas localizadas correspondem ao período entre 1998 a 2021. Para mais detalhes observe a tabela (1) adiante.

Tabela 1: Dados Brutos do Estado da Arte – Grande Área Ciências Humanas - Educação (1998 - 2021)

DESCRIPTORES				
BANCO DE DADOS	JUVENTUDE CAMPONESA	IDENTIDADE CAMPONESA	PASTORAL DA JUVENTUDE	EDUCAÇÃO DO CAMPO
BDTD	T – 02	T – 03	T – 01	T – 637
	D – 03	D – 06	D – 02	D – 2.335
CATÁLOGO (CAPES)	T – 00	T – 02	T – 01	T – 224
	D – 07	D – 04	D – 11	D – 612

Legenda: T = Teses/ D = Dissertações

Fontes: BDTD e Capes (Elaboração própria)

O segundo passo do levantamento, foi o cruzamento dos descritores, onde os resultados obtidos foram organizados na tabela (02). Cabe destacar que o descritor PASTORAL DA JUVENTUDE RURAL localizou apenas três produções em três campos diferentes do saber. Porém, nenhuma das pesquisas é na área de Educação. Todas são dissertações de mestrado, em Sociologia (2008), Geografia (2016) e Ciências Agrárias (2015).

Tabela 2: Dados Brutos do Estado da Arte: descritores relacionados

DESCRIPTORES				
BANCO DE DADOS	JUVENTUDE CAMPONESA E IDENTIDADE	CAMPONESES E EDUCAÇÃO DO CAMPO	PASTORAL DA JUVENTUDE RURAL	EDUCAÇÃO E JUVENTUDE CAMPONESA
BDTD	T – 02	T – 16	T – 00	T – 00
	D – 00	D – 14	D – 00	D – 01
CATÁLOGO (CAPES)	T – 00	T – 00	T – 00	T – 00
	D – 00	D – 00	D – 00	D – 00

Legenda: T = Teses/ D = Dissertações

Fonte: BDTD e Capes (Elaboração própria)

Como podemos observar na tabela precedente, ao cruzarmos os descritores localizamos uma quantidade ínfima de pesquisas que dialogassem de forma expressiva com nosso intento. Além disso, cabe explicitar que alguns dos trabalhos encontram-se disponíveis em ambos bancos de dados averiguados. Deste modo, a referência a quantidade versa sobre os números e a relação que estabelecem com os descritores utilizados nas buscas. No mais tentamos outros

cruzamentos, porém não obtivemos sucesso, independente das alterações na sequência ou troca de palavras sempre acusava que não havia material disponível para os itens pesquisados.

Quando comparamos a tabela (1) com a tabela (2) percebemos que é bastante contrastante os números de um em relação à outra. Existe uma quantidade relevante de trabalhos quando buscamos pelos descritores-chave de forma separada, porém o mesmo não ocorre quando cruzamos os termos. Além disso, a quantidade vai diminuindo a cada filtro que selecionamos, como período, tipo de trabalho (dissertação ou tese) e área de conhecimento em que foi produzida. Por isso, resolvemos delimitar somente a área de produção e considerar as teses e dissertações, independente do período que foram publicadas, a fim de que em meio aos trabalhos encontrados, pudéssemos localizar algum que nos ajudasse no nosso.

Na tabela (3) sistematizamos os números de produções correspondentes às PASTORAIS DE JUVENTUDES ligadas à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, tendo como critério os trabalhos que citam no título o nome da organização pastoral (sigla ou por extenso). Além disso, ponderamos que o quantitativo apresentado versa sobre a produção total, sem levar em consideração as áreas acadêmicas, o espaço-temporal e o nível de produção.

Tabela 3: Dados Brutos do Estado da Arte: Pastorais de Juventudes do Brasil

BANCO DE DADOS	DESCRITORES			
	PJ	PJE	PJMP	PJR
BDTD	09	01	02	00
CATÁLOGO (CAPES)	49	04	04	00

Siglas: PJ – Pastoral da Juventude; PJE – Pastoral da Juventude Estudantil; PJMP – Pastoral da Juventude do Meio Popular, e, PJR – Pastoral da Juventude Rural

Fonte: BDTD e Capes (Elaboração própria)

Como é perceptível na tabela (03), somente a Pastoral da Juventude Rural – PJR não têm nenhum trabalho nas duas bases de dados verificadas. Isso reforçou ainda mais a importância do estudo que nos propormos a realizar tendo como referência as práticas educativas e pedagógicas, dessa organização tão importante para as juventudes do campo. Sobretudo, da região Nordeste, escolhida como terra de missão permanente devido concentrar a maioria da juventude camponesa empobrecida do Brasil.

O levantamento de forma geral, serviu-nos para revelar o quanto o tema ainda precisava de aprofundamento e maturação, sobretudo em relação ao objeto de estudo, que inexistia trabalhos. Porquanto, tudo isso reforçou a necessidade de continuarmos a investigação em torno desta importante organização política e religiosa, que desde 1983, vem construindo com a juventude camponesa do Brasil, espaços de diálogo com o poder público e com outras

instituições sobre a importância da permanência da juventude no campo. Com acesso efetivo e de qualidade a trabalho, renda, saúde, lazer, entre outras políticas públicas que garantam o exercício pleno da cidadania desses sujeitos e suas famílias.

Ademais, ao justificarmos a importância deste estudo, partimos das reflexões que afirmam que somos construídos a partir dos espaços que ocupamos e convivemos, seja na escola, na universidade ou núcleos mais restritos como nossas famílias. Deste modo, compreendemos que as organizações em que atuamos tem um peso importante na formação de nossas identidades e, por isso, defendemos a importância de aprofundamento e compreensão de como vamos sendo moldados nessas experiências e como elas alteram nossas ações e modos de agir social, cultural e politicamente.

Destarte o quantitativo mínimo de produções que dialogasse diretamente com o nosso objeto de estudo, procuramos selecionar estudos que tivessem o mesmo público-alvo e estivessem voltadas para compreensão dos processos educacionais das juventudes camponesas. Diante disso, após a leitura minuciosa dos resumos, introdução e verificação dos aportes teóricos-metodológicos, selecionamos duas dissertações. Apesar de seus objetos serem instituições escolares e não pastorais e/ou movimentos sociais, as reflexões propostas ao longo dessas pesquisas convergiam com as nossas. Além disso, foram de grande monta à elaboração das questões que compuseram o nosso roteiro de entrevista semiestruturado.

A dissertação de Edson Félix da Silva (2016), intitulada de “EDUCAÇÃO DO CAMPO: PROCESSOS DE FORMAÇÃO POLÍTICA DA JUVENTUDE CAMPONESA DO ASSENTAMENTO ROSELI NUNES – MUNICÍPIO DE MIRASSOL D’OESTE/MT” defendida pelo Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, chamou-nos a atenção porque o autor promove uma discussão muito interessante sobre os processos formativos direcionados a juventude camponesa, numa escola estadual que fica em um assentamentos do MST.

Nas suas reflexões o autor busca elencar os principais aspectos da educação do campo e educação popular, entrelaçadas aos processos de educação formal e não formal. Além disso, sua defesa é enfática quanto a importância destes modelos de educação e o quanto eles podem contribuir na emancipação das juventudes camponesas, sobretudo no rompimento com a lógica capitalista que orienta a educação hegemônica. O diálogo que estabelece com suas referências teóricas e metodológicas é bastante fluido, facilitando a compreensão da temática abordada. Outro ponto que nos chamou a atenção foi a introdução do trabalho, onde o autor resgata seu histórico pessoal e o percurso formativo que antecedeu a pesquisa, demonstrando sua

familiaridade com o tema pesquisado e a relação com sua atividade profissional, o magistério no estado de Mato Grosso.

Com o fim de salvaguardar o anonimato das pessoas que colaboraram com o estudo, o autor na exposição do material empírico, acabou não fornecendo outros elementos que pudessem melhor conhecer essas pessoas e suas características básicas. Pensamos que essa questão poderia ter sido suprida com uma breve apresentação indireta deles, levando em consideração as características pessoais, como gênero e raça, por exemplo. Da forma como foi exposta dificultou que se identificasse em muitos trechos citados de quem era a fala citada.

Por fim, apesar de considerar a diversidade da juventude, no decorrer da dissertação o autor utilizou a designação no singular. Como também não fez apontamentos sobre os conflitos geracionais e de gênero, um dos empecilhos que costuma provocar a expulsão das juventudes do campo. Para além dos problemas relacionados à renda e trabalho, que muitas vezes são apontados com mais ênfase. No mais, para quem desejar se aprofundar no tema, o trabalho é uma importante referência pela potencialidade da discussão e a desenvoltura do pesquisador, que construiu um texto de leitura fluída e compreensiva.

A outra dissertação selecionada foi a de Maria Sueleuda Pereira da Silva, intitulada de “EDUCAÇÃO DO CAMPO: CONTRIBUTOS DA PRÁTICA EDUCATIVA PARA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE CAMPONESA DOS EDUCANDOS/AS”, defendida em 2017, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí. Este trabalho dissertativo contribuiu bastante com o nosso estudo, devido ao diálogo que estabelece com os processos formativos e as identidades decorrentes das práticas educativas assentadas na educação contextualizada e do campo.

Com relação ao trabalho de campo e o objeto pesquisado, a pesquisa foi desenvolvida na Ecoescola Thomas a Campis, localizada no município de Pedro II/PI, tendo como sujeitos do estudo, educandos e educadores da referida instituição. Quanto aos aspectos teórico-metodológicos a pesquisa está alicerçada e coerente, dialogando com muita propriedade e de forma compreensiva com os autores escolhidos. Destacamos seus frutíferos diálogos com Paulo Freire, teórico que também utilizamos em nosso texto.

Enfim, apesar de trabalhar com entrevistas com estudantes e professores, a pesquisadora recorreu de forma mais incisiva aos relatos dos educadores para corroborar com suas reflexões. O relato das juventudes, acreditamos que poderiam ter sido melhor explorados, uma vez que poderia revelar de forma mais concisa como a atuação da escola, provoca neles o sentimento de pertença com relação ao meio rural. Ademais, suas reflexões apontam para a constituição de

uma identidade camponesa dos educandos a partir das atividades desenvolvidas na escola, que trabalha a partir dos princípios da educação do campo e da educação contextualizada.

Diante do exposto, procuramos por meio de uma incursão pelos conceitos e categorias analisadas, salvaguardando as especificidades do objeto estudado, construir um trabalho reflexivo e crítico. Assim sendo, analisamos os processos colocados em prática, tendo como referência a consolidação de sujeitos (as) atuantes em suas comunidades e também em outros espaços sociais, tendo como centralidade a constituição de uma identidade camponesa que supere estigmas e preconceitos. A relevância da investigação atrela-se justamente na pertinência de se compreender como a PJR mobiliza as juventudes a partir de sua prática pedagógica e como isso reverbera na vida desses indivíduos social, cultural, profissional e politicamente.

Concordamos com o educador e teórico da educação, Moacir Gadotti (1998, p. 24), quando afirma que: “A formação da consciência do indivíduo não é inata. [...]. A educação é um processo contraditório de elementos subjetivos e objetivos, de forças internas e externas. Se a educação fosse um processo espontâneo, natural e não cultural não haveria necessidade de se organizar esse processo”. Se por um lado, o Estado através de suas instituições organiza o processo educacional para atender os interesses dos grupos que o controlam, por outro, os movimentos sociais também buscam articular a partir de suas demandas processos educativos explicitamente intencionais que conformam determinados tipos de sujeitos.

Porquanto, compreender as características e os elementos que são mobilizados no fazer pedagógico da PJR é de suma importância, para entendermos como o processo de formação contribui na emergência de atores sociais comprometidos com a melhoria da sociedade e, principalmente do meio rural. Assim, reafirmando toda a potencialidade do campo e as possibilidades que este enseja, reivindicando do poder público atenção e investimento em políticas públicas.

Com relação a PJR, enquanto jovem de origem camponesa, tenho o dever político de informar as gerações do presente e as que virão, a partir da escrita e da luta política, a importância e a necessidade do fortalecimento de tal instrumento para nós, jovens camponeses (as), alijados (as) muitas vezes das decisões políticas que influi diretamente nas nossas vidas. Desse modo, acreditamos que ao sistematizar e problematizar a experiência educativa e pedagógica desse instrumento organizativo das juventudes da roça, estamos contribuindo para reafirmar sua importância social, religiosa e política.

Para tanto, vinculamos nossa pesquisa à linha **Movimentos Sociais, Práticas educativo-culturais e identidades**, devido às convergências existentes entre nossos interesses, as premissas da investigação e a natureza do objeto analisado. Com relação aos objetivos da

pesquisa, cabe destacar que eles foram elaborados com base nos pressupostos e reflexões de Caldart (2000) e Arroyo (2003) de que os movimentos sociais através de suas diversas experiências coletivas constituem uma pedagogia própria.

Diante disso, nosso objetivo geral de pesquisa concentrou-se em analisar quais os elementos característicos e constitutivos da pedagogia que orienta as práticas educativas da Pastoral da Juventude Rural junto à juventude camponesa no Brasil. E os objetivos específicos:

- Situar o percurso da Pastoral da Juventude Rural no contexto histórico, eclesial e político;
- Discutir como a Educação Popular e a Educação do campo constituem-se como base pedagógica dos movimentos sociais e pastorais que atuam no meio rural;
- Apresentar os elementos característicos e constitutivos da pedagogia que orienta os espaços educativos promovidos pela Pastoral da Juventude Rural.

Quanto à problemática da pesquisa, nos orientamos pelos seguintes questionamentos: A Pastoral da Juventude Rural possui uma pedagogia própria de trabalho nas ações que desenvolve junto às juventudes camponesas do Brasil? Em que medida a Pastoral da Juventude Rural pode ser vista como um princípio, uma matriz formadora, educativa? Poderíamos falar de uma pedagogia da Pastoral da Juventude Rural? De quem fala ou em nome de quem age e fala a Pastoral da Juventude Rural? Em que medida as práticas pedagógicas levadas a cabo pela PJR têm buscado superar ou romper com os estigmas e preconceitos dispensados ao campo, principalmente as juventudes? Essas indagações foram fundamentais nos delineamentos e nas reflexões que realizamos durante a sistematização dessa dissertação.

Com relação aos aspectos metodológicos, nosso trabalho se caracteriza como sendo uma pesquisa militante, tendo como pressupostos teóricos as reflexões de Bruno Bringel e Renata V. S. Varella (2016) e Jonathan Jaumont & Renata V. S. Varella (2016), com abordagem qualitativa, a partir dos estudos de Cecília Minayo (2012; 2014). Quanto às técnicas de coleta e análise dos dados, valemo-nos das entrevistas em profundidade, observação participante, pesquisa bibliográfica e análise temática.

Como fontes de pesquisa, utilizamos cinco entrevistas em profundidade concedidas por lideranças que compõem a Coordenação Nacional da PJR e uma palestra ministrada pelo o assessor nacional da PJR Kleitinho Mendes de Albuquerque, para o Grupo de Pesquisa e Estudos sobre a Docência - GPED, em novembro de 2021. A incorporação da preleção como material de análise, justifica-se porque o objetivo dela era contribuir com o aprofundamento de

nosso estudo. Além disso, analisamos também os documentos que definem a missão, a organização, a metodologia e as características da identidade da PJR.

Salientamos que nossa base teórica encontra-se delineada, respectivamente nos seguintes conceitos/categorias e autores(as): Educação e Movimentos Sociais, a partir das reflexões da socióloga, Maria da Glória Gohn (2011; 2014), da pedagoga, Roseli Salete Caldart (2000) e do sociólogo espanhol, Miguel Arroyo (2003; 2012); Educação Popular, utilizamos os escritos de Paulo Freire (1981; 2005; 2020), do antropólogo e educador popular, Carlos Rodrigues Brandão (2006), do educador popular e sociólogo peruano, Oscar Jara (2021) e do filósofo e educador popular colombiano, Marco Raul Mejía (2011); Educação do Campo, nos valem das pesquisas desenvolvida por, Caldart (2009) e pelo pedagogo, Antônio J. de Menezes Neto (2007); por fim, Juventude Camponesa, a pesquisa da socióloga, Elisa Guaraná de Castro (2005) e do sociólogo, Paulo Mansan (2008).

Para finalizar esse texto introdutório, cabe destacar que esta dissertação se encontra organizada em quatro capítulos. O primeiro capítulo, intitulado **DA ROÇA À UNIVERSIDADE - MINHAS RAÍZES CAMPONESAS E PASTORAIS**, apresenta o memorial do pesquisador e versa sobre os aspectos metodológicos da pesquisa. O segundo capítulo, foi denominado de **JUVENTUDES RURAIS E O CONTEXTO DAS PASTORAIS DA IGREJA CATÓLICA**, onde abordamos sobre as juventudes rurais, público de atuação da PJR e a Teologia da Libertação em seus aspectos gerais. O terceiro capítulo, tem como denominação **MOVIMENTOS SOCIAIS E PASTORAIS COMO SUJEITOS EDUCATIVOS**, nele discutimos sobre as pedagogias dos movimentos sociais, além de fazermos uma discussão sobre Educação Popular e Educação do Campo. Por fim, no quarto e último capítulo, **PODEMOS FALAR DE UMA PEDAGOGIA DA PASTORAL DA JUVENTUDE RURAL?**, retomamos algumas das afirmações dos capítulos anteriores, a fim de responder à pergunta do título.

Por fim, convidamos o/a leitor/a a percorrer com a gente esse longo percurso, regado a desafios, discussões e muitas reflexões, em busca de respostas ou mais questões. O importante é não desistir pelo caminho, esperamos que cheguem até o final, para poder contribuir com críticas e sugestões. *Adelante!!!*

CAPÍTULO 01: DA ROÇA À UNIVERSIDADE - MINHAS RAÍZES CAMPONESAS E PASTORAIS

O presente capítulo, encontra-se dividido em dois tópicos: O primeiro (1.1) intitulado de “*Memorial: Entre o engajamento pastoral à construção de minha identidade*”, no qual apresentamos, de forma autobiográfica, a trajetória pessoal do pesquisador, versando sobre o seu processo de desenvolvimento pessoal, educativo, profissional e militante. Além disso, destacamos a relação do pesquisador com o universo pesquisado e a importância da pesquisa. Já o segundo (1.2), nomeado de “*Itinerários de pesquisa: fundamentos teóricos, conceituais e metodológicos*”, versa sobre a base teórica-metodológica que elegemos para nossa pesquisa e a nossa metodologia de trabalho.

1.1. Memorial: Entre o engajamento pastoral à construção de minha identidade

As lembranças do vivido emergem na interação com os diferentes personagens que ajudam na recriação da cena e dos seus significados. Portanto, segundo o pesquisador Elizeu C. de Souza (2007, p. 68): “O pensar em si, falar de si e escrever sobre si emergem em um contexto intelectual de valorização da subjetividade e das experiências privadas”. Ao recordar meus passos e o quanto caminhei até aqui, lembro-me que não andei sozinho, mas acompanhado com aqueles/as que me permitiram transpor as barreiras e as dificuldades da vida. A face de alguns já desfocada nas memórias, mas ressignificadas no olhar, de quem olha para o passado e reconhece as companhias da travessia. Lembrar é antes de tudo, uma oportunidade de reconhecer quem éramos e em que o percurso nos transformou.

A lembrança remete o sujeito a observar-se numa dimensão genealógica, como um processo de recuperação do eu, e, a memória narrativa, como virada significante, marca um olhar sobre si em diferentes tempos e espaços, os quais se articulam com as lembranças e as possibilidades de narrar experiências. (SOUZA, 2007, p. 63)

Voltar-se para o pretérito, a fim de traçar uma trajetória pessoal, acadêmica e militante não é tarefa fácil, afinal estamos tentando reviver memórias, que com o passar do tempo, foram sendo desfiguradas ou muitas vezes relegadas ao lugar do esquecimento. Ainda segundo Souza (2007, p. 63): “Quando invocamos a memória, sabemos que ela é algo que não se fixa apenas no campo subjetivo, já que toda vivência, ainda que singular e autorreferente, situa-se também num contexto histórico e cultural.”

Ao relembrar fatos e vivências de meu passado, apego-me sobretudo, às dificuldades da época, marcada pelo desafio de sobreviver sem as condições materiais necessárias, como alimentação e terra para cultivar, por exemplo. Hoje, percebo que em parte, muitas pessoas viviam essa realidade, marcada pela ausência de políticas públicas efetivas. Desse modo, corroboro com a afirmação de Souza (2007, p. 63), de que: “A memória é uma experiência histórica indissociável das experiências peculiares de cada indivíduo e de cada cultura.” Pois, ao analisar o contexto histórico do período, marcado pelas privatizações e sucateamentos dos bens públicos, no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, percebo que muitas famílias desprovidas de bens materiais e econômicos, enfrentaram as mesmas peripécias que a minha.

Esse exercício de rememoração, que o memorial acadêmico propõe é muito importante, pois nos instiga a traçar um percurso tanto pessoal quanto acadêmico/profissional. Além disso, contribui para percebermos que a memória ao passo que é individual também é coletiva, quando olhamos para determinado contexto político, social e cultural. Para Souza (2007, p. 64): “A memória é escrita num tempo, um tempo que permite deslocamento sobre as experiências.” Além disso, ainda segundo ele, são o tempo e a memória “que possibilitam conexões com as lembranças e os esquecimentos de si, dos lugares, das pessoas, da família, da escola e das dimensões existenciais do sujeito narrador.”

Em linhas gerais, a memória está entrelaçada nas práticas e vivências, tanto individuais quanto coletivas, pois ao lembrarmos de determinado fato situamo-nos num espaço-temporal específico, por exemplo, uma gestão governamental, uma seca, uma pandemia, entre outros eventos que atingiram a sociedade como um todo. Quanto à escrita do memorial, concordamos com a pesquisadora Sandra Cristinne Xavier da Câmara (2012), quando faz a seguinte afirmação em sua tese de doutoramento, onde faz uma discussão a partir dos memoriais enquanto uma tradição acadêmica brasileira:

Como em qualquer outro gênero textual, o processo de escrita do memorial implica a presença/presunção de outro(s), com o(s) qual(is) o autor dialoga. As interações vividas por cada pessoa, ao longo de sua história, possibilitam-lhe aprendizagens diversas e recíprocas. Cada ato enunciativo constitui-se, simultaneamente, como resultado de um processo histórico e dá início a uma nova fase da história. (CÂMARA, 2012, p. 31)

Desse modo, ao longo de nosso percurso pessoal, construímos nossa identidade, a partir da mobilização de referências que estão no coletivo (SOUZA, 2007) e é justamente isso que permite a constituição de uma subjetividade única. Além disso, ao narrar nossa história através da escrita ou de outros meios, estamos a “[...] enunciar uma experiência particular refletida

sobre a qual construímos um sentido e damos um significado. Garimpamos em nossa memória, consciente ou inconscientemente, aquilo que deve ser dito e o que deve ser calado”. (SOUZA, 2007, p. 66). Segundo Pineau e Le Grand (1996, p. 6 apud Câmara, 2012, p. 25), “[...] ignorar ou ilegitimar essas escritas individuais é desconhecer a dimensão simbólica do ser humano, que necessita inscrever-se para ser e construir seu devir”.

Desse modo, ao tentarmos situar nossa história no tempo e espaço, a sistematização e a escrita desse percurso vão fluindo de acordo com a emergência das lembranças, sem necessariamente seguir um padrão linear ou temporal. Quanto mais regredimos no tempo, mais memórias vão surgindo e compondo uma trama, que ao final se parece mais com uma colcha de retalhos, encaixadas no relato textual. É comum, emergir determinada lembrança, quando já demos por encerrado algum assunto, como também é normal a troca de datas. Por isso, concordamos com Souza (2007, p. 69) quando afirma que: “A construção da narração inscreve-se na subjetividade e estrutura-se num tempo, que não é linear, mas num tempo da consciência de si, das representações que o sujeito constrói de si mesmo.”

Após, esses parágrafos introdutórios que versam sobre a importância do memorial e da rememoração que ele provoca, e de como o conceito de memória é importante nesse processo de escrita e compreensão do passado. Passamos a partir daqui, a apresentar de forma mais direta o percurso, deste sujeito que escreve. Como exposto acima, nem sempre é possível lembrar tudo, o tempo e a distância dos eventos vão provocando um desfoque natural de algumas lembranças, por isso, apresentamos nas linhas seguintes os fragmentos, que consegui rememorar de quase três décadas de minha existência.

Sou fruto das oportunidades e da justiça social que permitiu-me sonhar e vislumbrar horizontes de possibilidades em meio a descrença de si. Olho o passado e percebo o quanto cresci, em diversos sentidos. Somado ao amadurecimento intelectual e profissional que compõem a tessitura de meu ser. Aprendi neste percurso a não compactuar com discursos que me colocam na posição de vencedor, essa ideia macabra, assombra-me quando vejo que meus irmãos não conseguiram ultrapassar o ensino primário, alguns são analfabetos funcionais. Por isso, não me apego a falas que não reconhecem, a *priori*, a definição dos lugares reservados a eles e também a mim, que em muito me sufocou até aqui. Consegui desvencilhar-me graças ao engajamento político e militante, que me permitiu visualizar as possibilidades, negadas e ocultadas, por aqueles que fazem da gestão dos recursos públicos, patrimônio privado.

O mais interessante de fazer o resgate de algumas memórias é que elas nos direcionam para um determinado contexto, nisso, lembrei das políticas governamentais de incentivo e financiamento, sobretudo, voltada ao ingresso no ensino superior para os extratos mais jovens.

O que estou querendo dizer é que assisti e estou assistindo, dois processos diferentes e contraditórios. O primeiro de investimentos e incentivos a escolarização, formação e profissionalização, fomentado pelos governos petistas de Lula (2003-2010) e Dilma (2011 - 2016), com a criação de inúmeros programas educacionais e a expansão e constituição de diversas universidades e institutos federais de educação. Já o segundo, podemos caracterizar como um refluxo dos investimentos e sucateamento do sistema público de educação, iniciada no governo de Michel Temer (2016 - 2018) e continuada de forma mais escancarada no (des)governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro (2019 - 2022).

Ademais, há de um dia fazermos justiça e reconhecermos em toda profundidade os impactos sociais, políticos, econômicos e culturais dos governos petistas, de Lula e Dilma (2003 – 2016). Quem viveu antes e posterior a eles sabe, mesmo que muitas vezes negue, as grandes mudanças e transformações ocorridas durante esse período e o quanto foi benéfico para a classe trabalhadora. É importante reconhecer que as conquistas desse período foram fruto da organização das massas populares e de ações concretas dos movimentos sociais populares que pressionaram os representantes do Estado brasileiro nos espaços decisórios e de poder. Todavia, a parceria, o diálogo e o compromisso dos referidos governos foram imprescindíveis para que nossas pautas avançassem e se concretizassem.

Presenciar e acompanhar a chegada e instalação das primeiras linhas de transmissão elétrica no sertão, marcou em muito a minha infância, pois o velho candeeiro aos poucos foi sendo substituído pelas lâmpadas incandescentes e depois fluorescentes, mais eficientes e econômicas. Somado, aos programas de apoio e transferência de renda, mesmo sendo irrisórios comparado aos gastos com produtos alimentícios básicos, ajudou muitas famílias, inclusive a minha, que sobrevivia à época com uma pensão que mal cobria os gastos com nossa alimentação.

Bens materiais como eletrodomésticos e outros itens de utilidade básica foram sendo conquistados/comprados à medida que as condições de vida iam melhorando. Nesse entremeio, lembro com saudades da primeira televisão que minha mãe pôde comprar para nós, lá nos idos do ano de 2006. Antes da TV, o único dispositivo eletrônico de entretenimento era uma radiola/vitrola que funcionava somente o rádio e o deck de fitas. Na época, a banda Aviões do Forró tinha lançado o seu *Compact Disc - CD* de volume 3 (onde adquirimos a gravação numa fita) o qual ouvíamos diariamente. Os programas matinais na rádio também compunham o leque de acesso às produções culturais que tínhamos acesso, além de ser um dos poucos meios de saber as notícias do que estava acontecendo na região e no país.

O engajamento na Pastoral da Juventude Rural e o contato com os Movimentos Sociais Populares, em diversos espaços formativos e de luta, contribuíram diretamente no meu desenvolvimento, enquanto sujeito político e construtor da história. A compreensão disso e a necessidade de reivindicar o que é nosso por direito, instigou em mim a vontade de aprender e a conhecer mais. O terceiro ano do ensino médio, tão protelado como o fim dos estudos, para mim já não era o fim, mas o recomeço do processo educacional. As dificuldades e o zunido de alguns parentes no ouvido – ele deveria era ir trabalhar na roça e deixar de vagabundagem; estudar não dá futuro para ninguém; tudo que seu avô conseguiu foi fruto de muito trabalho e não de estudo. Ainda ecoa nos meus ouvidos, muitas dessas narrativas, talvez a insistência de minha mãe e sua defesa instigante de passarmos por um processo educativo formal, tenha sido o antídoto que aliviou meus dissabores.

O gosto pela leitura e o aguçamento da curiosidade fez de mim, um sujeito curioso e determinado. Ao rememorar algumas leituras que realizei, lembrei de um livro que me tocou profundamente: “*Quarto de despejo: Diário de uma favelada*” (2019), da escritora Maria Carolina de Jesus, o texto é marcante tanto pela preservação da grafia das palavras da autora quanto pelo conteúdo narrado e vivenciado por ela. O espaço, o tempo e o cenário narrado por ela em seu diário, ataçava em mim gatilhos, por compreender que ela estava descrevendo uma realidade dos anos 1960, e que infelizmente persiste até os dias de hoje. A fome, a miséria, a violência, o racismo e o preconceito continuam a nos devorar cotidianamente e com uma tendência de agravamento nos próximos anos, sobretudo devido à ascensão de grupos ultraconservadores e neonazistas em diversos países, como no caso do Brasil¹.

Ainda sobre as dificuldades enfrentadas no processo de escolarização, lembro do trecho da canção “Pau de Arara”, composição de Luiz Gonzaga e Guio de Moraes, que diz o seguinte: “*Quando eu vim do sertão; Seu moço, do meu [Cariri]; A maleta era um saco; E o cadeado era um nó; Só trazia a coragem e a cara; Viajando num pau-de-arara; Eu penei; Mas aqui cheguei*”. Estes versos remetem bastante às dificuldades de traslado do campo à cidade, em transportes que por vezes quebravam, atolavam e outras séries de irregularidades. Era uma verdadeira aventura todos os dias, sobretudo durante a quadra chuvosa em que algumas comunidades devido às condições das estradas ficavam isoladas. As dificuldades diárias para acessar a escola e o sofrimento, muitas vezes romantizado, contribuíram para minha desistência

¹ Após um processo eleitoral conturbado em 2022, finalmente a chapa majoritária composta por setores progressistas, encabeçada por Luiz Inácio Lula da Silva conseguiu vencer o pleito presidencial, contra a chapa ultradireitista e retrógrada, representada por Jair Messias Bolsonaro. É com grande alívio, por saber, que novamente temos um governo compromissado com as reais necessidades do país e de sua população, que acrescentamos esta nota de rodapé.

dos estudos, no ano de 2008. Esse afastamento da escola por um ano, serviu-me para perceber o quanto a vida escolar fortalecia o meu desenvolvimento pessoal e intelectual, como também permitia-me sonhar com um futuro profícuo.

No ano seguinte, resolvi retornar, graças à insistência, principalmente de professoras/es que acreditavam em minhas potencialidades. Tenho muitas lembranças das/os educadoras/es que tive a oportunidade de conhecer nesse percurso de formação, todavia, a que mais me impactou até hoje, foi a de minha professora do jardim de infância. Lembro dela vagamente, não sei o nome e nem consigo lembrar suas feições – ela todo dia comprava uma sacola de pão e me dava para levar para casa – talvez conhecesse de perto nossa realidade, órfãos de pai e sem nenhuma assistência governamental à época; restava-nos a solidariedade das pessoas em nosso entorno. Recorrendo mais uma vez as reflexões de Souza (2007), concordo com sua afirmação de que:

A centralidade do sujeito no processo de pesquisa e formação sublinha a importância da abordagem compreensiva e das apropriações da experiência vivida, das relações entre subjetividade e narrativa como princípios, que concede ao sujeito o papel de ator e autor de sua própria história. (SOUZA, 2007, p. 69)

Por isso, sinto-me confortável a escrever sobre o que vivi, os aprendizados e as dificuldades que tive que enfrentar com meus familiares. Eu, nasci aos 11 de maio de 1994, na Unidade Mista de Saúde do município de Potengi, microrregião do Cariri-Oeste, região Sul do Estado do Ceará, nordeste brasileiro. Meus genitores, Francisca Domingos de Lima, agricultora aposentada e Raimundo Pereira da Silva, vendedor ambulante, morto em 1999, vítima de acidente de trânsito em Fortaleza/CE. Da união entre eles nasceram seis filhos, sendo quatro homens, Aldemir, Nonato, Rafael e eu, que sou o caçula e duas mulheres, Rafaela e Rosilane, esta última estava no ventre e nasceu após a morte dele. A sétima irmã e mais velha, Adriana é fruto de outro relacionamento que minha mãe teve.

Entre os trancos e barrancos conseguimos vencer muitas barreiras, sobretudo a da fome e a da falta de perspectivas, em um período marcado pela privatização de empresas públicas e a ausência de políticas públicas efetivas de apoio aos empobrecidos² do campo e da cidade. Os impactos iniciais da gestão petista, pelo menos para minha família, só foram sentidos a partir do ano de 2005. Antes disso, a solidariedade e a partilha eram uma prática enriquecedora que

² Nas pastorais sociais e movimentos sociais costumamos utilizar o termo “empobrecido(a)”, em vez de “pobre”, por reconhecermos que ninguém é naturalmente pobre, as pessoas são tornadas empobrecidas pela concentração de riquezas e dos meios de produção, por exemplo.

permeou muito a minha infância e a dos meus irmãos e irmãs. As condições desfavoráveis, muitas vezes nos obrigaram a sair de casa para morar com estranhos, que prometiam educação e muitas benesses, que se resumiam, muitas vezes, a realização de trabalhos gratuitos em troca de moradia e comida.³

O trabalho na roça e a pensão por morte de meu pai garantiu-nos a sobrevivência. Mesmo com as dificuldades, minha mãe conseguiu nos nutrir, não só de alimentos, mas de amor, esperança e fé. Como não tínhamos terra, vivíamos nos mudando de um lugar para outro, chegamos muitas vezes a habitar em casas quase caindo sobre nossas cabeças, paredes rachadas e tetos desgastados. Em meio a tudo isso, a figura paterna foi assumida por um tio, irmão de minha mãe. Este vindo de uma criação marcadamente patriarcal, exercia sobre mim e meus irmãos, um controle violento e que hoje consigo visualizar de forma mais explícita. O saldo de tudo isso, foi a construção de um sujeito fragmentado, inseguro e amedrontado e, sinto que meus irmãos também sentem o mesmo, mas não conseguem expressar, um deles se entregou à bebida excessiva.

Após um longo processo de formação e reflexão sinto-me aberto e preparado para falar e tratar do assunto de forma reflexiva e dizer o quanto isso ajudou a construir minha personalidade, regada a superação e a necessidade de buscar conhecer, a mim e os espaços que ocupo e atuo. Nutro-me do meu processo e não nego minha história, que não é excepcional e nem única, mas que somadas às outras em que somos apresentadas cotidianamente, fortalece e ressignifica o meu próprio caminhar. Por isso, sou imensamente grato às pessoas que me permitiram ser o que sou, dando-me oportunidades, que mudaram o curso de minha vida, como finalizar o ensino básico, ingressar na universidade e em seguida, no mestrado.

Concluí o ensino básico no ano de 2015 e ingressei no ano seguinte, na Universidade Regional do Cariri (URCA), para cursar a Licenciatura Plena em História e no último período da graduação (2020) passei em duas seleções de mestrado, a primeira no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e a segunda no Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades (PPGECI) pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj). Optei pela última devido ao diálogo mais aproximado com minhas perspectivas de pesquisas, os movimentos sociais populares e pastorais.

³ Essa era uma prática comum, pessoas com melhores condições de vida solicitar aos pais que deixassem os filhos ir morar com elas, prometendo tudo do bom e do melhor. Mas na prática a criança se tornava uma trabalhadora não remunerada. No meu caso, por duas vezes fui morar na casa de pessoas estranhas e não me deram nada, além de trabalho e exploração.

As experiências formativas vivenciadas durante a graduação e na militância contribuíram bastante no meu amadurecimento pessoal, militante e profissional. Além disso, tive a oportunidade de ser pai de uma linda criança, Brenda Emanuely que nos deixou um ano e oito meses depois de vim ao mundo, vítima de acidente doméstico. Como foi dolorida a despedida dela, pois sua vitalidade e inteligência me inspiravam, alegrando meus dias. Sua breve passagem foi bastante marcante e redirecionou muito das minhas perspectivas, pena que tenha durado tão pouco (2018 – 2020).

Ainda na graduação, tive a oportunidade de acompanhar, organizar e participar de diversos eventos, tanto acadêmicos quanto relacionados às organizações ligadas aos movimentos populares e pastorais, espaços que também reforçam a importância da formação e da pesquisa. Além disso, atuei como membro do Grupo de Estudo e Pesquisa de História, Cultura e Ensino Afro-brasileiro, Americano e Africano (GEPAFRO/URCA). Também fui bolsista em duas ocasiões, a primeira na Iniciação Científica pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PRPGP/URCA), onde desenvolvi atividades de limpeza e organização no acervo do Instituto José Marrocos de Pesquisa e Estudos Socioculturais (IPESC/URCA), em Juazeiro do Norte/CE. Já a segunda, no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID/Capes), projeto multidisciplinar de História e Sociologia, por 18 meses.

Quanto à produção acadêmica e os temas abordados, sempre procurei tratar de temáticas que dialogassem com as atividades que desenvolvia no meu dia-a-dia, a fim de, aprofundar os debates e contribuir nos espaços de formação que atuo. Neste sentido, as produções que desenvolvi nos últimos anos, objetivaram refletir e discutir sobre políticas públicas de educação, sociedade e comunidades tradicionais. No trabalho de conclusão do curso de História, resolvi trabalhar sobre a comunidade quilombola de minha cidade natal. O estudo teve como mote constituir um panorama histórico sobre a trajetória organizativa da comunidade Quilombola de Carcará e sua importância para nós, população negra brasileira, por representar um dos primeiros espaços de resistência de nossos(as) antepassados(as).

Profissionalmente, atuei na docência entre os anos de 2018 a 2021, enquanto professor de História e Filosofia no ensino fundamental e médio. Foi uma experiência importantíssima para mim, pois percebi os desafios e as exigências que a profissão exige. Como também a necessidade de uma formação continuada para a prática docente -, não somente em minha área, a fim de enriquecer nossa atividade pedagógica.

O ingresso no mestrado está diretamente ligado ao meu processo de amadurecimento e a necessidade de aprofundamento educacional, intelectual, profissional e militante. Por isso, o objeto de pesquisa escolhido foi a Pastoral da Juventude Rural (PJR), organização ligada à

igreja católica forjada pela juventude camponesa em 1983 (trataremos mais sobre esse ponto nos capítulos seguintes). Conheci a PJR em 2014, através do meu professor de História da Escola Menezes Pimentel, João Lucian Ferreira da Silva, que coordenava um grupo de base em Potengi e me convidou para participar de uma reunião. A acolhida no grupo, permitiu-me construir muitos afetos e amizades, como também espaços oportunos de formação.

Desde a primeira reunião que participei, senti-me motivado e por isso, passei a me engajar em suas ações, sobretudo, nos espaços de formação e nas manifestações de rua. A contribuição da PJR neste percurso formativo foi de extrema importância, pois, através dela pude acompanhar diversas formações políticas e religiosas, que abriram um leque de possibilidades à minha carreira educacional, profissional e militante. Nesse entremeio, em 2019, fui indicado a representá-la na “*VIII Escuela de Formación para Dirigentes Egídio Brunetto*”, promovida pela Via Campesina Sudamérica, em Assunção, no Paraguai.

Essas experiências me levaram a integrar a Coordenação Nacional, como representante da Equipe de Comunicação Nacional, onde contribuo desde o ano de 2016. No momento atual, tenho atuado como assessor nacional de comunicação e contribuído em espaços de formação, facilitando oficinas sobre a pastoral e a comunicação popular. Além disso, tenho me dedicado na elaboração de projetos para captação de recursos visando a formação de novas lideranças para atuarem como comunicadores (as) populares da pastoral. No mais, pretendo continuar contribuindo com a organização nos próximos anos.

Todos os espaços vivenciados antes e durante o mestrado, somado às leituras e discussões que realizamos coletivamente contribuíram para o (re)direcionamento de nossa pesquisa. O olhar atento e crítico de nossas professoras(es), somada a bibliografia trabalhada em sala de aula, foram importantes para situarmos o campo da investigação, como também quais perspectivas e que sujeitos seriam convidados(as) a fazer parte de nosso estudo. As vivências no Grupo de Pesquisa e Estudos sobre a Docência (GPED) que integro, também ajudaram bastante nas escolhas que fizemos durante a construção do projeto de pesquisa e o desenvolvimento do trabalho.

Por fim, todas as experiências narradas foram vivenciadas em diversos cenários, territórios, cidades e comunidades, a maioria no Estado do Ceará. Parte da infância e adolescência, nas cidades de Altaneira e Potengi, onde iniciei e concluí o ensino básico. Devido à distância e o custo com transporte, durante a graduação tive que me mudar para Juazeiro do Norte, onde morei de 2016 a 2021. Atualmente, estou residindo na cidade de Crateús com minha companheira, Naiane Araújo. Ademais a emoção que a luta política alude através dos

movimentos sociais é instigante e, por meio dela, renovamos o nosso ser e também nos (des)construímos.

1.2. Itinerários de pesquisa: fundamentos teóricos, conceituais e metodológicos

A curiosidade, talvez seja, umas das principais características de um excelente pesquisador(a), pois só o interesse em determinado tema não basta. É preciso ser curioso(a) para ir além daquilo que nos interessa a princípio. Além disso, é preciso criatividade e compreender a pesquisa como sendo uma atividade artesanal (MINAYO, 2007; MILLS, 2009) e coletiva (BRANDÃO, 2003) que vai sendo construída e moldada aos poucos. Pesquisar é antes de tudo, saber que nem sempre o caminhar irá corroborar com os nossos desejos e anseios. Como também, os conhecimentos que produzimos não é definitivo e tampouco acabado (MINAYO, 2014), mas algo que possa abrir precedentes para outras reflexões ou teorias.

Fazer ciência é trabalhar simultaneamente com teoria, método e técnicas, numa perspectiva em que esse tripé se condicione mutuamente: o modo de fazer depende do que o objeto demanda, e a resposta ao objeto depende das perguntas, dos instrumentos e das estratégias utilizadas na coleta dos dados. (MINAYO, 2012, p. 622)

Assim sendo, cabe a nós a construção de melhores caminhos e estratégias para atingir nossas premissas de pesquisa. Como diz o trecho da canção, “Deus me proteja” (2008): *“Caminho se conhece andando; Então vez em quando é bom se perder; Perdido fica perguntando; Vai só procurando; E acha sem saber”*, composição do cantor, compositor e poeta paraibano Chico César.

É no caminhar e na interação com nossas referências e colaboradores(as) de pesquisa, que vamos trilhando e dando o tom da caminhada, as dúvidas, as discordâncias e as escolhas estão intrinsecamente atreladas a isso. Da mesma forma que os movimentos sociais nos constroem, seja nos diversos espaços de formação e manifestações de ruas, ocupações de instituições públicas e privadas, entre outros; as diversas leituras e o contato com diversas teorias e correntes teóricas também são parte integrante desse processo, que coaduna teoria-prática-reflexão ou no caso das pastorais o método ver-julgar-agir.

Neste sentido, algumas leituras que fizemos neste percurso foram de grande valia para as reflexões e discussões presentes nesta dissertação. Diante disso, compreendemos que o conhecimento e seus produtos não são frutos da ação isolada de um único indivíduo, mas de ações coletivas, frutificadas na interação e no compartilhamento de saberes, técnicas, crenças e

valores, em escala local, regional e global. Em um texto instigante e reflexivo, o educador popular e antropólogo brasileiro, Carlos Rodrigues Brandão (2003), discorre de forma eloquente sobre como realiza as suas pesquisas e a importância do outro no processo de construção do conhecimento. A compreensão de que nunca construímos nada sozinhos, senão com a contribuição dos outros, denota uma dimensão interessante do quanto a socialização e o diálogo envolvidos na pesquisa são coletivos, ou seja, uma pesquisa a várias mãos, como ele mesmo a define (BRANDÃO, 2003).

O ser pesquisador(a), antes de tudo perpassa pela compreensão de que estamos inseridos numa sociedade e por ela somos orientados. Neste sentido, vemos que é preciso considerar os diferentes elementos e as condições socioculturais onde desenvolvemos nossos estudos, pois só assim seremos capazes de desenvolver a empatia com o outro(a). Essa relação também não pode ser assentada na submissão de seus saberes aos nossos, mas no estabelecimento de um diálogo recíproco e respeitoso entre diferentes experiências, vivências e conhecimentos (BRANDÃO, 2003).

No plano prático, as reflexões de Brandão (2003) nos provocaram a constituir um instrumental de pesquisa que garantisse um diálogo entre nós e os sujeitos de nossa pesquisa, de forma a deixar explícito o quanto foi importante as suas colaborações no estudo. Construir uma pesquisa a várias mãos é isso, criar espaços de trocas de saberes e experiências de forma a enriquecer as reflexões de todas as pessoas envolvidas. Além disso, outros escritos que nos chamaram a atenção, foram às reflexões da artista interdisciplinar e escritora afro-portuguesa, Grada Kilomba (2019), que nos alerta sobre a importância de traçarmos novos itinerários metodológicos e teóricos para nossas pesquisas. Diante disso, tais elucubrações serviram como horizonte na delimitação e construção do instrumental de nossa pesquisa, sobretudo, na elaboração das questões e na escolha das colaboradoras(es), que nos concederam as entrevistas sobre a Pastoral da Juventude Rural.

Como sabemos a pesquisa e suas descobertas se assemelham a uma colcha de retalhos que vai sendo preenchida, a partir das contribuições de diferentes sujeitos e também de outros estudos já realizados sobre o tema. Nesse entremeio, cabe a nós decidir qual o percurso mais adequado e, por qual orientação teórica-metodológica iremos seguir. Neste sentido, as discussões promovidas pela Kilomba (2019), em seu livro “*Memórias da Plantação: Episódios de racismo cotidiano*”, contribuíram significativamente nos delineamentos de nosso trabalho. Sobretudo, no trato das questões raciais e de gênero e a importância de constituirmos um arcabouço referencial que leve em consideração tais aspectos.

Desse modo, a partir dos questionamentos dela, de quem são os sujeitos da pesquisa e quem pode falar e o que pode falar (KILOMBA, 2019), tivemos um cuidado ao selecionar o arcabouço bibliográfico que contribuiu nas nossas reflexões. Cabe ressaltar que a escolha de uma base teórica comprometida com a desconstrução de preconceitos, sobretudo contra os grupos desprivilegiados é de fundamental importância para a produção de outros saberes. Tudo isso é importante, pois ao nos interessarmos pelas histórias e as conquistas dos grupos tidos como subalternos, estamos promovendo tensões nos espaços de poder, ao mesmo passo, que problematizamos estes lugares determinados historicamente.

Em vista disso, nossa pesquisa teve como objeto de estudo a Pastoral da Juventude Rural, tendo como campo de análise a pedagogia que desenvolve junto a juventude camponesa, a partir dos seus grupos de base. Além disso, a investigação se caracteriza como uma pesquisa militante, uma vez que o pesquisador, atua na pastoral desde o ano de 2014, instigando-se a partir desta imersão a pesquisar e analisar os elementos constitutivos do processo pedagógico e seus entrelaçamentos com outras pedagogias (educação popular e educação do campo, por exemplo) que visam a emancipação das pessoas – no caso as juventudes camponesas – enquanto atores políticos responsáveis pela construção de uma sociedade mais justa e fraterna.

Nos termos de Bruno Bringel e Renata V. S. Varella (2016) a pesquisa militante:

[...] recoloca, em um patamar digno e legítimo, as investigações que envolvam a produção de conhecimento, a ação política e a mudança da realidade social. Trata-se, em suma, de investigações socialmente engajadas e politicamente posicionadas, que buscam, a partir da produção do conhecimento, entender a realidade para transformá-la, vinculando-se com a ideia de práxis [...]. (BRINGEL; VARELLA, 2016, p. 482)

Diante disso, recorreremos às reflexões de Danilo Romeu Streck e Telmo Adams (2012, p. 254) para enfatizarmos que “[...] as metodologias participativas de investigação não se limitam a ser meros instrumentos, mas referem-se ao modo como enfocamos os problemas e à maneira pela qual buscamos suas respostas”. Acreditamos que somente conseguiremos produzir algo novo e inovador sobre os nossos objetos de estudo, através da elaboração de questionamentos aprofundados que nos situe, dentro ou fora daquilo que está sendo pesquisado. Como os interesses que motivaram a escolha do objeto de pesquisa; nossas relações com o universo pesquisado e a importância da pesquisa para nós e os envolvidos.

Assim, podemos concluir, a partir das palavras de Edla Eggert (2016, p. 18) que a metodologia de pesquisa participante “[...] pode ser definida como a proposta metodológica que construiu a responsabilidade política com quem é pesquisado, ou seja, que tem presente a

importância de envolver a comunidade pesquisada”. Além disso, o que encontramos, discutimos ou sistematizamos “devem retornar ao grupo pesquisado em forma de diálogo” (op. cit). No mais, “[...] a pesquisa participativa reúne condições propícias para manter-se como uma prática que contribui para o fortalecimento da perspectiva de descolonialidade do poder, do saber e do ser, para a construção de processos emancipatórios”. (STRECK & ADAMS, 2012, p. 253). As experiências vivenciadas nos movimentos sociais populares e pastorais, estão intrinsecamente ligadas às reflexões presentes neste trabalho, como também deram o tom dos direcionamentos e das delimitações dos diálogos, escolhas metodológicas e, sobretudo, na linguagem e sua acessibilidade.

Desse modo, optamos pelo seguinte percurso metodológico, a fim de cumprir com os objetivos de nossa pesquisa: I) levantamento bibliográfico sobre os conceitos/categorias da pesquisa; II) leitura, seleção e sistematização dos materiais encontrados no levantamento; III) realização das entrevistas em profundidade com algumas lideranças da Coordenação Nacional da PJR, de forma presencial e remota, via Google Meet; IV) organização e transcrição dos áudios das entrevistas; V) Análise documental dos textos da Missão, Organização, Metodologia e Características da Identidade da PJR, entre outros; VI) Observação participante durante as atividades e reuniões e, por fim, VII) sistematização do relatório/dissertação.

Com relação às nossas fontes de pesquisa, cabe ressaltar que elas foram principalmente os dados levantados nas entrevistas em profundidade que realizamos com cinco lideranças que compõem a Coordenação Nacional da PJR e uma palestra ministrada por Kleitinho Mendes de Albuquerque⁴ assessor nacional da PJR, para o Grupo de Pesquisa e Estudos sobre a Docência - GPED, vinculado a Fundação Joaquim Nabuco - Fundaj. Por compreenderem a natureza política e a relevância desta pesquisa, as pessoas entrevistadas optaram por serem identificadas pelos seus nomes próprios. Para tanto, cada uma delas teve que assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE, onde consta as informações gerais da pesquisa e autorização para utilização de seus nomes próprios, nos trechos citados ao longo desta dissertação.

Antes de prosseguirmos, gostaríamos de fazer uma breve apresentação das lideranças entrevistadas: Paulo Romário de Lima, 29 anos, negro, heterossexual, Agroecólogo e Mestre em Ciências Sociais, reside em Sítio Paus Brancos, em Livramento/Paraíba [Entrevista concedida presencialmente em Belo Horizonte/MG]; Nagila Sousa Andrade, 25 anos, mulher

⁴ Como foi uma palestra pública, não solicitamos a ele a assinatura do Termo Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE.

negra, heterossexual, graduada em Licenciatura em Educação do Campo, reside na comunidade tradicional de Fundo de Pasto do Moqué, em Monte Santo/Bahia [Entrevista concedida remotamente via Google Meet]; Antonio Gilvan Gomes Costa, 25 anos, pardo, homossexual, graduado em Licenciatura em Letras, residente da comunidade de Ematuba, em Independência/Ceará [Entrevista concedida presencialmente em EFA Dom Frágoso, Independência/CE]; Gilmara Francisca da Silva, 29 anos, mulher negra, heterossexual, graduação em Ciências Sociais, mora na Comunidade Vale do Lírio, em São José do Mipibu/Rio Grande do Norte [Entrevista concedida remotamente via Google Meet]; José Davi Ferreira de Lima, 23 anos, branco, bissexual, graduado em Licenciatura em Geografia, reside no Povoado de Lagoa da Volta, Porto da Folha/Sergipe [Entrevista concedida remotamente via Google Meet].

Nossa abordagem metodológica foi qualitativa e a análise do *corpus* documental constituído durante o trabalho de campo, analisamos a partir dos pressupostos da técnica de análise temática (MINAYO, 2014). Desse modo, acreditamos que o diálogo estabelecido com as reflexões teóricas e metodológicas de Bruno Bringel & Renata V. S. Varella (2016) e Jonathan Jaumont & Renata V. S. Varella (2016) sobre a pesquisa militante; Cecília Minayo (2012, 2014), referente à abordagem qualitativa e a análise temática; Alessandro Portelli (1997) e George Gaskell (2008) sobre História Oral e entrevistas em profundidade, foram importantes nos delineamentos e direcionamentos de nosso trabalho, tanto de campo quanto de análise. Dito isso, gostaríamos de discorrer, a seguir, um pouco mais sobre a abordagem, os métodos e as técnicas trabalhadas.

Os estudos que utilizam a abordagem e análise qualitativa se caracterizam como sendo trabalhos de caráter compreensivo, não é à toa que o verbo principal dessa abordagem é compreender (MINAYO, 2012). Ao optarmos por esse caminho, estamos tentando captar a partir dos relatos orais, os significados, opiniões e compreensões que as lideranças da Pastoral da Juventude Rural têm com relação aos processos pedagógicos desenvolvidos no interior dessa organização. Interessada nos aspectos subjetivos dos sujeitos, a abordagem qualitativa, é substantiada nas histórias de vida entrelaçadas às vivências comunitárias e grupais, dando atenção às crenças, valores, opiniões e percepções sobre pessoas, experiências, instituições, organizações e, tantas outras questões que permeiam o cotidiano. (MINAYO, 2007; 2012; 2014).

Ainda, segundo essa autora, “[...] a análise qualitativa não é uma mera classificação de opinião dos informantes, é muito mais. É a descoberta de seus códigos sociais a partir das falas, símbolos e observações”. (MINAYO, 2007, p. 27). Assim sendo, o pesquisador cumpre uma

função importantíssima no processo de compreensão e interpretação, a partir da teoria que elege como referência, contribuindo assim de forma singular e contextualizada. (MINAYO, 2007).

Com efeito, para a análise e discussão dos dados levantados nas entrevistas em profundidade, fez-se necessário uma imersão pela literatura, a fim de compreender à luz dos diversos estudos, como as narrativas das lideranças, revelam os aportes pedagógicos em que se orientam as práticas educativas da PJR e se esta conforma uma pedagogia própria de trabalho junto ao público que a compõe.

Porquanto, compreendemos a educação e a prática pedagógica, como sendo instrumentos de disputa e também de libertação. O modelo educativo e pedagógico hegemônico produz na sociedade uma sensação de liberdade e escolha que, em regra, não passa de um véu que oculta a verdadeira face e a crueldade envolta ao processo de dominação e subjugação de corpos. Que definham precocemente em jornadas excessivas de trabalho, que exigem cada dia mais acumulação e concentração de funções, em troca de salários que mal cobre os gastos básicos mensais do trabalhador/a.

Em contraponto, as pedagogias libertárias ou gestadas pelos movimentos sociais populares são fundamentais por se constituírem em modelos alternativos que não visam somente o mercado de trabalho e o individualismo. Como também apontam para outros horizontes, no que diz respeito ao uso dos recursos naturais de forma responsável e sustentável. Não se trata somente de um processo de desconstrução/desestabilização, mas sim de uma construção de novos vieses e compreensões políticas, culturais e pedagógicas, em contraponto a visão individualista e consumista imposta pelo modelo dominante de sociedade.⁵

Neste sentido, corroboramos com a afirmativa de Danilo Romeu Streck e Telmo Adams (2012, p. 253) de que a pesquisa como sendo mais um instrumento de disputa, cabe-a, “[...] nesse ambiente de produção de compreensões, captar as dinâmicas aí processadas, destacando as potencialidades educativas e transformadoras em cada tipo de movimento social”. Desse modo, não se trata de produzir um texto para agradar nossos pares, mas antes de tudo, provocar sobre os processos e suas contribuições para as pessoas envolvidas direta ou indiretamente.

Além disso, é importante considerar que o espaço social é por excelência conflitivo, marcado por interesses comuns, mas também divergentes e antagônicos. O mesmo vale para as organizações que atuamos, elas estão inseridas nesta mesma lógica, mesmo que trabalhem

⁵ Sobre isso, vale a pena a leitura dos textos e reflexões do escritor e líder indígena, Ailton Krenak. Seus textos e palestras são permeadas de reflexões e críticas sobre o modelo de sociedade que explora a natureza como se fosse um almoxarifado de onde se tira tudo sem a preocupação de reposição, comprometendo a própria perpetuação da vida no Planeta Terra.

determinadas questões de forma mais aprofundada e incisiva, muitas ainda não conseguiram em grande medida superar, violências como o racismo, a misoginia, homofobia e tantos outros preconceitos e discriminações, por exemplo. Por isso, a importância de problematizar a forma como nossas organizações, movimentos ou grupos estão conduzindo suas ações e quais medidas têm ou estão adotando para suprimir tais problemas.

Desse modo, compreendemos os sujeitos desta pesquisa destacando suas ações em torno de sua constituição nos processos de aprendizagem que se dão a partir das suas experiências na pastoral e, por conseguinte, na mudança de suas compreensões sobre as políticas públicas que garantam a permanência e a reprodução de suas vidas no campo. Pois, ao se reconhecerem enquanto sujeitos da ação, emergem do fosso e constroem-se como atores sociais, que se auto afirmam política, social e culturalmente. (ARROYO, 2012).

Para tanto, fizemos uma imersão reflexiva e crítica na literatura concernente ao campo de nossa pesquisa e dos dados empíricos levantados, tendo como referência os seguintes conceitos e categorias, a saber: Movimentos Sociais e Educação, Educação Popular, Educação do/no Campo, Juventude Camponesa e Teologia da Libertação. Cabe destacar que a literatura sobre é bastante extensa e diversificada, porém com a seleção e delimitação que realizamos, foi possível fazermos uma articulação entre eles e o nosso objeto de estudo, uma vez que estão intimamente ligados ao que abordamos e discutimos ao longo da dissertação.

Ademais, para a discussão dos conceitos/categorias supracitados, selecionamos autoras (es) que são referências nacional e internacional na abordagem e discussão destes. Assim sendo, ao pensarmos a relação Movimentos Sociais e Educação, recorreremos às pesquisas de Maria da Glória Gohn e Miguel Arroyo. A defesa que ambos fazem em torno da educação e da pedagogia promovida pelos movimentos sociais é a proposição que orienta o presente trabalho. As suas reflexões nos permitiram perceber como os sujeitos envolvidos nas organizações políticas e culturais dos movimentos sociais e pastorais são atravessados e educados durante o processo de organização e de luta.

A relação movimento social e educação existe a partir das ações práticas de movimentos e grupos sociais. Ocorre de duas formas: na interação dos movimentos em contato com instituições educacionais, e no interior do próprio movimento social, dado o caráter educativo de suas ações. (GOHN, 2011, p. 334)

Neste sentido, é de fundamental importância destacar o quanto os movimentos sociais contribuem na construção de outras pedagogias que se contrapõem às dominantes e que dialogam diretamente com as necessidades dos grupos mais vulneráveis. Além disso, as lutas e

as formações, interna e externa, promovidas pelos movimentos sociais contribuem em aprendizagens múltiplas, atravessando os sujeitos de forma coletiva e individualmente. (GOHN, 2011). Ainda, segundo essa autora: “Os movimentos sociais são fontes e agências de produção de saber.” (GOHN, 2011, p. 347). Entendendo que é no processo de comunicação, integração e vivências, por meio das práticas que realizamos socialmente, que construímo-nos em comunhão uns com os outros. (FREIRE, 2005).

Porquanto, é importante destacar que estamos tomando o conceito de movimentos sociais de forma ampla (GOHN, 2008 *apud* GOHN, 2011), como sendo espaços de caráter coletivo de populações, grupos e comunidades, visando a organização contínua ou esporádica em torno de uma causa ou luta específica, como a defesa da reforma agrária ou conserto de um bueiro, por exemplo. Nesta perspectiva, apesar de ser uma pastoral, a PJR se caracteriza como uma organização juvenil religiosa que luta em torno de uma causa, que é a constituição de políticas públicas voltadas à juventude camponesa, que garantam sua permanência no campo e acesso à saúde, educação, trabalho e renda de forma digna.

A experiência histórica da Pastoral da Juventude Rural, considerando seus espaços de formação e atuação, permitiu que fizéssemos uma reflexão sobre como seu fazer pedagógico se relaciona com os pressupostos da educação popular e da educação do/no campo. Diante disso, realizamos uma breve discussão sobre o histórico e os fundamentos destas duas concepções pedagógicas. Para tanto, nos valem os estudos de Paulo Freire, Marco Raul Mejía, Oscar Jara e Carlos R. Brandão sobre Educação Popular e dos trabalhos de Roseli Salete Caldart, Sônia Fátima Schwendler e Antônio Júlio de Menezes Neto referentes à Educação do Campo.

No tocante à categoria de juventude camponesa, os trabalhos de Elisa Guaraná de Castro, “*Entre ficar e sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural*” (2005) e Paulo Mansan, “*A construção identitária da Juventude nos Movimentos Sociais Via Campesina Brasil*” (2008) foram duas referências importantes para a discussão que realizamos, pois, ambos abordam a temática, a partir da perspectiva das juventudes do campo. Ademais, não fizemos uma discussão específica sobre o conceito de juventude ou juventudes no plural, pois julgamos existir uma literatura farta sobre o assunto. Assim sendo, nos dedicamos a fazer o recorte mais específico e direto sobre as juventudes do campo.

É importante frisar que no meio rural existe uma diversidade de juventudes, que muitas vezes são invisibilizadas ou colocadas em segundo plano pelo chefe da família, figura geralmente assumida pelo homem. Neste sentido, também pensar sobre as diferentes expressões juvenis e suas identidades interseccionadas é de fundamental importância, para a superação do patriarcado e de outras violências, que recaem, sobretudo, contra as jovens e os sujeitos

LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Transgêneros, Travestis, Queer, Intersexo, Assexual, Pansexualidade e mais). Ademais, a manutenção destes no campo, enquanto sujeitos que darão continuidade às atividades desenvolvidas pelos seus pais no roçado, depende diretamente do reconhecimento de suas especificidades, identidades, sexualidades e de outras demandas, como renda e trabalho, por exemplo.

Sem dúvidas, essa diversidade se reflete nos quadros de militância da pastoral, inclusive tensionando debates importantes, sobre temas como a diversidade sexual e de gênero, entre outros. Em vista disso, utilizamos como base para seleção das lideranças entrevistadas, os seguintes critérios: ser uma liderança que tenha atuação ou atuado nas instâncias nacionais, como a Coordenação Nacional ou nas equipes; paridade de gênero, considerando a identidade de gênero e sexual dos participantes; e, pertencimento racial, sendo no mínimo metade dos entrevistados negros(as). Quanto à realização das entrevistas, devido não dispormos de recursos suficientes para fazer todas as entrevistas presencialmente, algumas tivemos que optar pela forma remota, através da ferramenta digital Google Meet. Como já conhecíamos as lideranças, devido à participação em atividades nacionais (reuniões e encontros de formação) com elas, isso facilitou o convite e também o aceite delas, em contribuir na pesquisa.

A preferência por entrevistar lideranças de nível nacional e não somente de um Estado ou grupo de base, deveu-se à nossa compreensão de que, por se tratar de uma organização nacional. Sua pedagogia ou orientação pedagógica deveria ser, pelos menos, orientada para determinadas questões que atingem a juventude camponesa nacionalmente, ressaltando-se as especificidades locais ou regionais. Ao todo, como destacamos anteriormente entrevistamos cinco lideranças, sendo três homens (dois negros, um heterossexual e outro homossexual; e um branco, bissexual) e duas mulheres (negras e heterossexuais).

Quanto a utilização da técnica de entrevistas em profundidade para o levantamento de dados, nos pautamos pela seguinte afirmação, de que:

O emprego da entrevista qualitativa para mapear e compreender o mundo da vida dos respondentes é o ponto de entrada para o cientista social que introduz, então, esquemas interpretativos para compreender as narrativas dos atores em termos mais conceptuais e abstratos, muitas vezes em relação a outras observações. A entrevista qualitativa, pois, fornece os dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação. O objetivo é uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos. (GASKELL, 2008, p. 65)

Conforme afirma Gaskell (2008), é possível perceber a importância da entrevista na realização de pesquisas e o quanto as ciências sociais e humanas a utilizam, por permitir antes de tudo, uma interação e troca de informações, entre entrevistador e entrevistado. Além disso, ela permite que pessoas que não tiveram acesso à instrução formal, possam relatar a seu modo, as suas experiências e pontos de vista em relação a diversos assuntos. Sendo que outras técnicas de investigação não permitiriam, por exemplo, a aplicação de questionário estruturado que exige que o respondente saiba pelo menos ler.

Porquanto, é importante frisar, que a realização da entrevista não visa a constituição de material para corroborar com as expectativas do(a) pesquisador(a), mas reunir um *corpus* documental, que sirva para analisar de forma profunda e crítica, os diferentes posicionamentos e também os inter cruzamentos, semelhanças entre as falas de cada pessoa entrevistada. Desse modo, para se construir um discurso histórico-reflexivo-crítico e coerente, é fundamental o exame crítico dos materiais tomados como referências, tanto as fontes quanto a bibliografia selecionada. Sem dúvida, concordamos com Elizeu Clementino de Souza (2007), quando afirma que:

O papel do pesquisador não pode limitar-se a tomar notas, pois, sua tarefa é a escuta sensível na qual perceba os componentes e dimensões relevantes na vida dos sujeitos que lancem luz sobre as problemáticas construídas. Os relatos somente são relevantes porque respondem à historicidade e subjetividade dos sujeitos em suas itinerâncias e formação. (SOUZA, 2007, p. 68)

Neste sentido, ao tomarmos o conjunto das entrevistas como documentos, percebemos que cada relato tem em si uma historicidade, situado no tempo e espaço, como também convergências entre as falas das lideranças entrevistadas. Sobretudo, reconhecendo que todo documento se constitui como corpo heterogêneo, seja ele oral ou escrito, uma vez que, que seus produtores estão localizados em espaços e realidades diferentes, se não contraditórias. Por isso, decidimos analisá-las a partir da técnica de análise temática (MINAYO, 2014), tendo como referência categorial o documento *Características da Identidade da PJR* (cf. Anexo E), que apresenta os elementos característicos da militância da PJR, a saber: a mística, o estudo, a luta, o campo e o companheirismo. A análise temática, segundo Cecília Minayo (2014, p. 316, grifos da autora), “[...] consiste em descobrir os *núcleos de sentido* que compõem uma comunicação, cuja *presença ou frequência* signifiquem alguma coisa para o objeto analítico visado”.

Por fim, é importante frisar que durante o desenrolar do estudo tivemos que redirecionar nossa metodologia, a fim de atender às novas demandas que o trabalho de campo proporcionou,

pois a flexibilidade nos ajudou a perceber novas informações que ainda não tinham sido pensadas na pesquisa.

CAPÍTULO 2: JUVENTUDES RURAIS E O CONTEXTO DAS PASTORAIS DA IGREJA CATÓLICA

No presente capítulo apresentaremos, em linhas gerais, nossa compreensão sobre as juventudes rurais e a Teologia da Libertação enquanto elementos constitutivos da PJR. Neste sentido, o capítulo encontra-se dividido em dois tópicos: (2.1) que trata sobre as juventudes rurais e (2.2) que aborda sobre a Teologia da Libertação.

2.1. JUVENTUDES RURAIS: Breves considerações

Pensar na Pastoral da Juventude Rural perpassa diretamente por compreender quem são os responsáveis por compor a sua tessitura orgânica nos diferentes rincões do Brasil, as juventudes do meio rural. Ou seja, “[...] juventudes, no plural, para enfatizar a diversidade de modos de ser jovem existentes” (DAYRELL, 2003, p. 42). Diante disso, destacamos as seguintes categorias para tratar sobre as juventudes que atuam na pastoral – juventude camponesa e/ou jovem camponês/a. Esses termos, além de demarcarem o público e o espaço de atuação, servem a constituição e a afirmação de identidades ligadas ao campesinato, tanto como uma identidade política quanto como um modo de vida.

Segundo a socióloga Elisa Guaraná de Castro (2005), importante referência em pesquisas sobre as juventudes do campo.

O debate sobre a categoria ‘juventude’ torna-se central na medida em que as muitas concepções que se entrecruzam definem olhares e mesmo a atuação do poder público. Mas, trata-se também de uma categoria que permite aprofundarmos o próprio fazer antropológico. Permeada de definições genéricas, associada a problemas e expectativas, a categoria tende a ser constantemente substantivada, adjetivada, sem que se busque a autopercepção e formação de identidades daqueles que são definidos como ‘jovens’. (CASTRO, 2005, p. 18)

Esses enquadramentos tendem a forjar uma imagem da juventude com características intrínsecas ao seu ser, como se muitas dessas tendências comportamentais não fossem sociais e culturais, adquiridas no convívio familiar e social. Desse modo, para o sociólogo e militante sem-terra e da PJR, Paulo Mansan (2008, p. 50), “[...] os estudos sobre a juventude indicam que devemos percebê-la como uma construção social, cultural e histórica dinâmica, intimamente ligada às transformações contemporâneas”.

A PJR atua no campo com uma diversidade de sujeitos, tanto em relação às suas características fenotípicas, biológicas e culturais quanto relacionadas as atividades produtivas

e reprodutivas que desenvolvem, seja no trato direto com a terra, através da policultura de alimentos para consumo próprio ou comercialização. Além disso, outros trabalham com artesanatos, beneficiamento de polpas e produção de doces, entre outras produções que lhes garantem trabalho e renda. Também, tem os que trabalham na cidade durante o dia e retornam à noite para o campo, tendo este como espaço de residência.

Diante disso, a pesquisadora Marta Inez M. Marques (2008), pondera que:

O camponês brasileiro é um migrante e sua expropriação não tem representado uma ruptura total de seus vínculos com a terra. A maioria deles mantém alguma relação com o campo, seja ela mais próxima ou mais distante – relação direta de trabalho, vínculos familiares, relação de origem etc. O que explica, em parte, a permanência entre eles de um conjunto de símbolos e valores que remetem a uma ordem moral ou lógica tradicional e a possibilidade de o acesso à terra se apresentar como uma alternativa para pobres do campo e da cidade que buscam assegurar a sua sobrevivência mantendo a dignidade de trabalhador. (MARQUES, 2008, p. 65)

Para a PJR, é importante que a juventude camponesa reconheça a riqueza do campo e o quanto a cidade necessita dos alimentos que são produzidos, sobretudo, por elas e seus familiares. Como também se percebam enquanto participantes de uma determinada coletividade que enxerga o campo para além da exploração econômica, mas como um lugar de reprodução da vida e da cultura camponesa. Ao contrário do que prega o agronegócio que produz monocultura em larga escala para exportação. Além de ser, um dos principais responsáveis pela destruição do meio ambiente e promotor dos conflitos e violência no campo, contribuindo diretamente na expulsão de seus moradores para as periferias das grandes cidades.

Neste sentido, algumas provocações nos ajudam a pensar e refletir sobre o assunto – Por que é importante a juventude camponesa construir uma identidade própria? Quais as implicações políticas por trás disso? Qual a importância de se diferenciar dos demais extratos juvenis? Essa diferenciação não acaba limitando e segregando a juventude do campo e da cidade? As políticas públicas voltadas para esse público, não os englobam de forma equânime? Essas questões tornam-se importantes à medida que vamos compreendendo, que independente das demarcações, adjetivações ou compreensões relacionadas a essa coletividade, há muitas diferenciações entre seus integrantes, seja no campo ou na cidade. Nas palavras de Castro (2005):

As diferentes construções do que é *ser jovem*, para esses indivíduos, variam nos espaços por onde transitam, e de acordo com as posições sociais que ocupam. [...]. Para essa ‘disputa’ os espaços onde os *jovens* atuam enquanto coletivos organizados contribuem para a construção dessas representações que

se opõem às representações dos *adultos*. (CASTRO, 2005, p. 32. Grifos da autora)

Ademais, enquanto categoria política e social específica, ela aglutina uma diversidade de sujeitos, que são demarcados por relações de gênero, sexual, racial e geracional, numa perspectiva interseccional, tanto em relação às identificações construídas em torno do que é ser jovem no meio rural quanto as forjadas para demarcar os da cidade.

O jovem rural, ao estar conectado nas mesmas redes modernas que o jovem urbano, pode, ao mesmo tempo em que reproduz sua construção histórica identitária, estar criando novos processos relacionais no interior de sua comunidade, a partir de sua relação com o mundo urbano e global (MANSAN, 2008, p. 55)

Além disso, é preciso desconstruir a substancialização que envolve as diferentes categorias juvenis, compreendendo-as em seus múltiplos significados (CASTRO, 2005). A diversidade da experiência humana não permite a substancialização e a adjetivação da juventude a partir de uma série de características fixas ou essenciais.

De acordo com Castro (2005), as adjetivações relacionadas à juventude compreendem pelo menos três arranjos. O primeiro a coloca como sendo revolucionária e agente estratégica de transformação social e de um futuro mais próspero para a sociedade. O segundo, encara como sendo sujeitos em formação, em construção e que precisam ser tutelados, a fim de que desenvolvam maturidade para assumir seus postos na sociedade. O terceiro e último, a associa aos aspectos desviantes e como passíveis de serem responsáveis por cometer crimes. É importante notar, que todo esse conjunto está sendo imputado como se fossem características intrínsecas à juventude. Até mesmo, a noção de juventude é fruto de um constructo social, cultural e político, logo, está marcada por concepções que coloca os tidos como jovens numa hierarquia em relação aos adultos.

Essa percepção é confirmada por Juarez Dayrell (2003):

Construir uma noção de juventude na perspectiva da diversidade implica, em primeiro lugar, considerá-la não mais presa a critérios rígidos, mas sim como parte de um processo de crescimento mais totalizante, que ganha contornos específicos no conjunto das experiências vivenciadas pelos indivíduos no seu contexto social. Significa não entender a juventude como uma etapa com um fim predeterminado, muito menos como um momento de preparação que será superado com o chegar da vida adulta. (DAYRELL, 2003, p. 42)

Sendo assim, a juventude deve ser pensada enquanto atores sociais que agem no presente e não como agentes de transformação do futuro. Diante disso, a PJR compreende seus militantes

como sendo responsáveis pela sua própria condução e transformação de suas realidades no presente. No mais, é importante perceber que existe um processo constante de mudanças, tanto espacial quanto temporal que provoca novos desafios para as gerações mais jovens. Por isso, a importância do rompimento com visões engessadas desses grupos que se constituem a partir das demandas e dos desafios do seu tempo. No que tange às juventudes do meio rural, segundo Mansan (2008):

É necessário notar que a juventude é uma categoria que sempre se recria junto com o campesinato, sendo por vezes os sujeitos sociais mais dinâmicos da família camponesa, das comunidades e das organizações sociais e políticas. (...). Vê-se assim à disposição nos trabalhos da família e da comunidade, ao prover esperança, energia e luta camponesa. (MANSAN, 2008, p. 66)

Por fim, ao respeitar os processos envolvendo as diferentes juventudes do campo e ao instigar nelas a constituição de uma identidade vinculada ao meio rural, a PJR atua no fortalecimento e também na revalorização do campo, enquanto espaço rico em oportunidades e que deve ser valorizado, tanto pelos seus ocupantes quanto pelas ações do Estado brasileiro, que deve prover os meios e recursos necessários para que a população consiga viver e produzir com dignidade. O campo não é somente um espaço de produção, mas, antes de tudo, lugar de resistência e ancestralidade onde a vida pulsa.

2.2. TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO E PASTORAIS NA IGREJA CATÓLICA -

Aspectos gerais

A centralidade da Teologia de Libertação na identidade da PJR nos leva a delinear, de forma geral (e um tanto superficial), alguns dos seus fundamentos. O contexto que antecede e influencia o surgimento da Teologia da Libertação é marcado pela atuação da Ação Católica Especializada - ACE. Segundo Francisco das Chagas Lima (2012), em 1930, essa experiência europeia é trazida para o Brasil, por intermédio de Dom Helder Câmara. É o nome dado ao conjunto de grupos que, a partir do método Ver-Julgar-Agir que se organizavam por segmentos, quais sejam: Juventude Agrária Católica – JAC; Juventude Estudantil Católica - JEC; Juventude Independente Católica – JIC; Juventude Operária Católica – JOC e Juventude Universitária Católica – JUC.

Podemos afirmar que existia uma pedagogia desses grupos e que, a forma como ela se incorporava levava a uma práxis. O primeiro momento se caracterizava pela reflexão crítica sobre a realidade (o momento chamado de VER). No momento do chamado JULGAR, um texto

bíblico era usado como referência para pensar a conjuntura escolhida – numa interpretação específica de crítica às opressões. E, nesse sentido, a situação de opressão ou injustiça deveria levar a estabelecer formas de AGIR para propiciar sua mudança. Essa forma de fazer a leitura bíblica levava a uma práxis que tem como impulso a fé em Deus e como motivação a promoção da justiça.

Nesse contexto, as pessoas se sentem impulsionadas a participar dos partidos, movimentos sociais, sindicatos e associações. Esses grupos de jovens tiveram grande atuação política que perdurou até a ditadura militar (iniciada em 1964), inclusive na luta contra a ditadura. Uma parte desses militantes participou da luta armada – sobretudo no grupo denominado de Ação Popular. Por essa razão, seus militantes foram alvo de perseguição daquele regime ditatorial até conseguirem sua extinção em termos institucionais (cf. BETTO, 2001). No entanto, esses grupos não desapareceram, foram recriados e sua memória e seu método foram inspiração para a criação das pastorais. O método foi incorporado pelos grupos vinculados à Teologia da Libertação (pastorais, movimentos e comunidades eclesiais de base).

Diante disso, Lima (2012) destaca que,

[...] a Ação Católica abriu as portas para movimentos pastorais no seio da igreja a partir do reconhecimento de que a fé não pode estar separada da realidade e que seu engajamento (como também o engajamento dos leigos) é um importante pilar na sustentação da prática cristã, num verdadeiro movimento de libertação, que logrou em uma articulação dialética entre a fé e a vida. (LIMA, 2012, p. 58)

Nessa conjuntura, havia outras organizações da Igreja Católica que tiveram uma atuação política, como a Cáritas Brasileira (1956) e o Movimento de Educação de Base – MEB (1961). Essas organizações foram importantes sementes para uma mudança radical na Igreja Católica que aconteceu, oficialmente, a partir do Concílio Vaticano II (1962 – 1965) no papado de João XXIII. Esse também era um contexto de mudanças em todo o mundo, sobretudo, advindo de movimentos sociais, como movimentos das populações negras em países da América, movimentos de contracultura, movimentos feministas, movimentos estudantis, dentre outros, que tinham em comum, o questionamento aos códigos culturais de poder dominantes (capitalismo, machismo, racismo).

Pressionada pelas circunstâncias sociais e culturais de cada época, a Igreja Católica obrigou-se a também reconhecer que era sua função intervir no meio social, uma vez que não estava isolada da sociedade⁶. Enquanto, uma instituição que se inscreve na história da sociedade

⁶ Tem muitos outros elementos que concorreram para isso, mas não é de nosso interesse fazer um apanhado mais

e, nessa intervém social, política, econômica e culturalmente, precisava está envolvida com os assuntos tanto que dizem respeito ao mundo divino (Deus) quanto terreno (social). Naquele contexto, a Igreja Católica, tardiamente, realizou uma abertura ao mundo – mudando sua interpretação bíblica retomando as bases do Evangelho de opção pelos pobres e retomando as teses de Martinho Lutero de tornar popular a leitura bíblica.

É importante ressaltar que a Igreja Católica é uma instituição complexa, com diversos grupos (com diversos modos de ser), na qual a hermenêutica da Teologia da Libertação não é hegemônica. É sabido que a Igreja foi opressora no período da Inquisição causando mortes e sofrimento, sobretudo com um discurso misógino e machista, muito embora, também já existisse oposição dentro da própria instituição. Essa forma de dominação se mantém nos processos de colonização empreendidos pelos europeus, sobretudo da América Latina. Atuou como coadjuvante na colonialidade, defendida por Quijano (2005), como produtora de um discurso que legitimou a escravidão, ao argumentar que negros e indígenas não possuíam alma, justificando o uso de uma pedagogia colonizadora, de repressão às expressões religiosas dos povos originários da América e da África. Sua expansão pelo mundo coincide com os processos de colonização, atuando com a mesma lógica. Não por acaso que as missas eram celebradas em latim, em todo o mundo, para impor uma suposta universalidade do cristianismo. Isso não ocorreu sem contestações e gerou muitos processos de sincretismos culturais que não são objeto deste trabalho.

Para compreensão da emergência da Pastoral de Juventude Rural, é importante compreender que, a partir do Concílio Vaticano II, as missas passaram a ser realizadas nas línguas locais e se busca um diálogo com as diferentes culturas e até com outras religiões cristãs. Representou uma transformação bastante significativa, muito embora, ainda com os limites da institucionalidade. Essa mudança foi importante para a emergência de grupos progressistas que questionavam as formas de dominação, mas não significou a extinção ou perda de hegemonia dos grupos conservadores, mas algumas transformações em sua forma de existência.

Na sequência, os marcos principais foram as Conferências Episcopais de Medellín, na Colômbia (1968) e Puebla, no México (1979) que reforçaram, de forma mais enfática, a opção preferencial pelos pobres. Esse contexto contrasta com uma América Latina tomada por ditaduras militares, anos 1960-1980. As ditaduras perseguem a Ação Católica, causando a extinção dos grupos, no interior da Igreja. Essa forma de atuação será retomada nos grupos chamados de Pastorais e nas Comunidades Eclesiais de Base - CEBs, já incorporando a leitura

denso sobre essas modificações, esse breve resgate de forma superficial foi somente para ilustrar como isso afetou na sua atuação pastoral junto à sociedade.

da Teologia da Libertação – que aponta, de forma mais contundente, como a opção pelos pobres possui centralidade na Bíblia. Nesse contexto, se destacam a Comissão Pastoral da Terra – CPT (1975) e a Pastoral da Juventude Geral (1970/80?) e do Centro de Estudos Bíblicos – CEBI (1979). Mostrando uma preocupação com a ação, mas também com a formação que está presente nas Pastorais, a PJR não foge à regra.

Existe uma convergência entre os elementos dessa teologia revolucionária e os substratos constitutivos de organizações como a PJR, sobretudo, na interpretação da fé e do evangelho, a partir da perspectiva dos oprimidos e empobrecidos da sociedade. É notório também, que a TdL exerceu influência importante sobre os movimentos de caráter religioso e político em diversos países da América-Latina. No Brasil, por exemplo, a partir da década de 1960, ela contribuiu diretamente no surgimento de diversas organizações pastorais e movimentos eclesiais, como também movimentos sociais populares, sindicatos e partidos políticos.

A Teologia da Libertação é definida como um fenômeno eclesial e cultural (BOFF; BOFF, 2001) e como movimento social (LOWY, 2016) que eclodiu na América-Latina, no bojo das Igrejas Cristãs – Católica e Protestante, nas bordas dessas igrejas. Todavia, não se restringindo a elas e as suas estruturas eclesiásticas. Assim sendo, compreendemos essa teologia como sendo uma forma de leitura que identifica o verdadeiro sentido do evangelho nos escritos bíblicos e teológicos, que é a “libertação” baseada no amor entre as pessoas e a igualdade entre elas. Além disso, ela contribui na resignificação do que é religião e do ser igreja, a partir da opção preferencial pelos pobres, encarnada na mística que questiona a estrutura de poder, a discriminação e a violência colonial. Desse modo, dialogando com conceitos freirianos (oprimidos, opressores, conscientização,) e marxistas (capitalismo dependente, libertação, práxis), a dimensão política é fundamental por se relacionar com o questionamento das opressões.

Segundo Ivone Gebara (2000, p. 227), conforme citado por Michael Lowy (2016, p. 17-18), “[...] toda teologia é uma teologia política, isto é, que na organização do pensamento teológico, Deus toma partido a favor dos grupos, das pessoas, das situações e que, finalmente, a imagem de Deus é forjada segundo certos interesses”. Concordamos com essa afirmação, por compreendermos que a política dialoga com todas as dimensões e esferas que constituem o ser humano, inclusive a fé, que ao ser questionada pode provocar reflexões importantes sobre a vida comunitária.

De acordo com Michael Lowy (2016) sem a emergência desse movimento social/religioso, denominado de Teologia da Libertação que ele prefere chamar de Cristianismo

da Libertação por transpor os limites da Igreja e não ser uma prática somente de teólogos, não poderíamos explicar os fenômenos ocorridos a partir de 1960 na América Latina. Como, por exemplo, o surgimento do Movimento Operário no Brasil e as revoluções na América Central.

O fato é que para além das definições ou compreensões desse movimento, ele contribuiu diretamente na constituição de novas perspectivas sociais e históricas para o povo latino-americano, que munidos de uma leitura revolucionária e libertadora da Bíblia, reconheceram a importância de sua auto-organização. Para lutarem contra a opressão e a violência que impera em nosso continente, devido às heranças coloniais que ainda persistem em nossas formas de organização e estruturação dos Estados-nações que compõem a região. Desse modo, muitos grupos, coletivos e organizações de caráter religioso, político e cultural inspirados por esse amplo movimento puderam se organizar e mostrar sua cara, reivindicando direitos.

Normalmente, refere-se a esse amplo movimento social/religioso como ‘Teologia da Libertação’, porém, como movimento surgiu muitos anos antes da nova teologia e certamente a maioria de seus ativistas não são teólogos, esse termo não é apropriado; algumas vezes, o movimento é também chamado de ‘Igreja dos Pobres’, mas, uma vez mais, essa rede social vai bem mais além dos limites da Igreja como instituição, por mais ampla que seja sua definição. Proponho chamá-lo de Cristianismo da Libertação, por ser um conceito mais amplo que ‘teologia’ ou que ‘Igreja’ e incluir tanto a cultura religiosa e a rede social, quanto a fé e a prática. (LOWY, 2016, p. 74. Grifos do autor).

Ademais, é importante considerar que religião e política na América Latina, não se resumem, respectivamente a culto e governo. Pelo contrário, ambas “[...] têm um significado muito mais amplo e, mesmo quando permanecem autônomas, desenvolve-se um elo verdadeiramente dialético entre elas”. (LOWY, 2016, p. 78). Neste sentido, conceitos ligados a elas, podem ter significados tanto religioso/espiritual/cristão quanto político/material/social. (LOWY, 2016).

Segundo os irmãos e teólogos Leonardo e Clodovis Boff (2001, p. 25), “[...] a Teologia da Libertação é um fenômeno eclesial e cultural por demais rico e complexo para indicar somente teólogos de profissão. Trata-se, na verdade, de um tipo de pensamento que atravessa em boa parte todo o corpo eclesial, especialmente no Terceiro Mundo”. Além disso, ela é caracterizada como sendo uma teologia que provoca o confronto entre a fé cristã e o enfrentamento de todas as formas de opressão.

Neste sentido, eles apresentam em seu livro *“Como fazer Teologia da Libertação?”*, os três níveis em que se encontra estruturada essa teologia – profissional, pastoral e popular – que se interligam pelo confronto que provocam entre a fé cristã e as situações de opressão. Para eles, cada nível “[...] reflete a mesma coisa: a fé confrontada à opressão”. (BOFF; BOFF, 2001,

p. 26). Ainda de acordo com eles, podemos comparar a TdL a uma árvore, considerando os elementos que formam a sua estrutura básica – copa (folhas e galhos), tronco e raízes. Assim sendo, quem a reduz somente ao conjunto de profissionais que a pensa e a sistematiza – os teólogos, só consegue enxergar a galharia. E tampouco, “[...] vê ainda o tronco, que é a reflexão dos pastores e demais agentes, e menos ainda vê todo o raizante que está por baixo da terra e que sustenta a árvore toda: troncos e galhos”. (BOFF; BOFF, 2001, p. 26).

Assim sendo, os níveis, profissional que é representado pelos teólogos são as folhas e os galhos; o pastoral, constituído pelo clero e os demais agentes ligados à estrutura eclesial são o tronco e o popular, é as raízes que representa o povo e sua luta contra a opressão. Ademais, é importante perceber “[...] que essa corrente teológica está intimamente ligada à própria existência do povo – à sua fé e à sua luta”. (BOFF; BOFF, 2001, p. 27). No mais, “[...] é preciso lembrar-nos, em primeiro lugar, de que a Teologia da Libertação não é um discurso social e político e sim, antes de qualquer coisa, uma reflexão religiosa e espiritual”. (LOWY, 2016, p. 75).

Ainda segundo os irmãos Boff (2001), a construção da Teologia da Libertação se perfaz em três etapas indispensáveis, as quais cada uma corresponde aos três tempos do método pastoral – ver, julgar e agir. Assim sendo, “[...] fala-se nas três mediações principais: mediação sócio-analítica, mediação hermenêutica e mediação prática. Diz-se ‘mediações’ porque representam meios ou instrumentos de construção teológica”. (BOFF; BOFF, 2001, p. 44). Desse modo, a primeira mediação corresponde ao mundo do oprimido e a procura pela compreensão de sua situação de opressão, ou seja, o ver. A segunda diz respeito a Deus e o seu plano com relação ao pobre, o julgar. A terceira e última, compreende a ação para a superação da situação de opressão, o agir (BOFF e BOFF, 2001).

A Teologia da Libertação está longe de ser uma teologia inconcludente. Ela sai da ação e leva à ação, sendo esse périplo todo impregnado e envolvido pela atmosfera da fé. Da análise da realidade do oprimido, passa pela Palavra de Deus para chegar finalmente à prática concreta. A ‘volta à ação’ é característica desta teologia. Por isso ela se quer uma teologia militante, comprometida e libertadora. (BOFF; BOFF, 2001, p. 67-68)

Nas palavras de Lowy (2016),

Se tivéssemos de resumir em uma única fórmula a ideia central da Teologia da Libertação, poderíamos nos referir à expressão consagrada pela Conferência dos Bispos Latino-Americanos de Puebla (1979): ‘a opção preferencial pelos pobres’. Mas é preciso acrescentar imediatamente que, para a nova teologia, esses pobres são os agentes de sua própria libertação e o

sujeito de sua própria história – e não simplesmente, como na doutrina tradicional da Igreja, objeto da atenção caridosa. (LOWY, 2016, p. 76)

Enfim, como podemos notar nos elementos destacados, essa é uma teologia, que antes de tudo, assume um compromisso direto e concreto com os empobrecidos, independente de seus credos e crenças, sejam religiosas ou políticas. Esse pensamento também se aproxima do que está posto na Pedagogia do Oprimido por Paulo Freire. Certamente, envolve outras questões relativas à leitura da Bíblia e sua interpretação, a partir do contexto histórico que não será possível aprofundar no âmbito do presente trabalho. A caminhada da PJR é um exemplo cabal da vivência e tradução dessa Teologia em uma prática pastoral, como será mostrado nos capítulos seguintes.

Por outro lado, é preciso destacar que o papado de João Paulo II (assessorado por Ratzinger, que se tornou o papa Bento XVI) representou um ataque à Teologia da Libertação, de diversas formas. Ela se expressou, sobretudo, no apoio à criação da Renovação Carismática Católica, que prega uma hermenêutica neopentecostal e conservadora. Além disso, intensificou-se a formação de padres a partir dos cânones dessa teologia conservadora ao mesmo tempo, houve a perseguição de teólogos da Libertação, como foi o caso de Leonardo Boff, Ivone Gebara, entre outros. Padres e bispos progressistas também foram perseguidos. A retomada do discurso mais progressista tem se dado a partir do atual Papa Francisco, com discurso que defende a opção pelos pobres, a interculturalidade e a defesa do meio ambiente, ainda não se redimiui das questões machistas. Nesse sentido, pode-se dizer que na Igreja coexistem esses diversos grupos em disputa. E a PJR está posta como um grupo vinculado à Teologia da Libertação (que chamamos de progressista) e que tem uma forte atuação junto aos movimentos sociais, podendo até ser confundida com um deles.

CAPÍTULO 3: MOVIMENTOS SOCIAIS E PASTORAIS COMO SUJEITOS EDUCATIVOS

Considerando esse vínculo entre a Pastoral e os movimentos, compreendemos que ela também possui uma atuação sujeito educador que se contrapõe à pedagogia colonial. Assim, é possível estabelecer um vínculo entre a literatura que relaciona movimentos sociais e processos educativos com a atuação da PJR. Nesse sentido, o presente capítulo aborda, de forma sucinta, as características principais das pastorais e movimentos sociais e, também sobre como se relacionam enquanto entes educativos e pedagógicos (3.1). Em seguida (item 3.2), discutimos sobre educação não-formal, intencionalidades educativas nos movimentos sociais e as pedagogias da libertação. E, ainda, discorremos sobre educação popular e educação do campo, como sendo base pedagógica dos movimentos sociais e pastorais que atuam no campo (3.3). Por fim, tratamos os processos educativos nos movimentos sociais e como estes sujeitos são pedagógicos (3.4).

3.1. Pastorais e Movimentos Sociais

Para facilitar o entendimento e a relação que estamos tentando estabelecer entre pastorais e movimentos sociais como organismos educativos e pedagógicos. Começaremos inicialmente com alguns elementos que caracterizam a pastoral, apresentando a origem do termo e o processo que conduziu ao surgimento das pastorais e movimentos cristãos no interior da Igreja Católica; em seguida, apresentaremos de forma breve o conceito de movimentos sociais. Trataremos das relações educativas e pedagógicas, ressaltando que tanto as pastorais quanto os movimentos sociais são sujeitos educativos e produtores de conhecimentos.

Como vimos anteriormente, as pastorais da Igreja Católica foram, inicialmente, criadas a partir da perspectiva progressista da Teologia da Libertação. No contexto atual, nem todas as pastorais adotam essa perspectiva. Na leitura progressista⁷, Jesus Cristo é visto como revolucionário que conseguiu provocar e desestabilizar as estruturas sociais de sua época, mobilizando contra si e seus seguidores a ira dos poderosos, que acabou o levando a ser condenado à morte. Isso impele a que o seu seguimento signifique agir no mundo para transformá-lo no sentido de libertar as pessoas das formas de opressão.

A ação é inspirada na militância revolucionária cristã e dos profetas do antigo

⁷ A narrativa conservadora, predominante e aceita pela maioria dos cristãos, assume uma perspectiva que oculta os feitos revolucionários de Cristo. Diante disso, ele não passa de um sacrifício enviado por Deus para a remissão dos pecados dos seres humanos, ou seja, Cristo não foi assassinado, mas sacrificado.

testamento. Esses últimos denunciavam problemas políticos, orquestraram mudanças de governo, com base na leitura das Escrituras Sagradas. Assim, supõe o imperativo categórico de uma militância.

Assim sendo, segundo o Padre José Geraldo de Oliveira (2019) e descrito no documento intitulado O que é Pastoral (cf. Anexo C):

[...] podemos entender que ‘Pastoral’, de um lado, faz referência à fé cristã e à acolhida de Deus em nossa vida; de outro, significa o compromisso da Igreja de dar uma resposta às necessidades do ser humano, dentro da situação do mundo em que vive. Portanto, não podemos compreender uma pastoral desvinculada da fé cristã e nem alheia à realidade que vivemos. A ação pastoral deve unir fé e vida, espiritualidade e compromisso concreto, evangelização e transformação social. (O que é Pastoral. **Anexo C**)

Ao longo do percurso histórico, foram surgindo grupos e movimentos organizados com função pastoral no interior da Igreja para atuar junto a determinadas coletividades, sobretudo excluídas e marginalizadas, por exemplo, jovens, mulheres, pessoas em situação de rua, entre outras.

De modo geral, as pastorais atuam na aproximação e diálogo com os diferentes sujeitos que participam delas e o clero. Neste sentido, elas ajudam “[...] a trabalhar com situações adversas, aceitando as mudanças em situação favorável e, ainda, ajuda a abrir os olhos para a realidade, para novas leituras, para ter senso crítico da situação presente e para tomar posição, uma nova atitude compromissada com a justiça” (SILVA e GODOY, 2012, p. 90).

Portanto, ao visualizarmos o processo histórico brasileiro e a atuação da Igreja Católica, enxergamos um diálogo importante com a compreensão que temos de movimentos sociais, enquanto entes que buscam transformar a sociedade e as relações de poderes. Como uma instituição multifacetada, complexa e contraditória, a Igreja Católica, não se resume a um único grupo, mas a vários que tentam ao seu modo defender seus interesses. Neste sentido, a aproximação que fazemos aqui, está diretamente vinculada aos setores progressistas que não prescindem da atuação junto a outras organizações não religiosas, como os movimentos de caráter político, cultural, entre outros.

De acordo com Cibele Rodrigues (2011), a literatura aponta que o conceito de movimentos sociais se refere aos agentes que promovem e desejam mudanças sociais. Ou seja, trata de sujeitos coletivos que buscam a superação de relações de poderes opressoras, que submetem a maioria aos interesses de uma minoria poderosa, que concentra riqueza e poder. Além disso, é importante destacar que existem muitas interpretações e concepções que abordam o conceito em diferentes perspectivas. Diante disso, sem a pretensão de forçarmos uma

interpretação do conceito de movimentos sociais para atender nossas expectativas de pesquisa.

Partimos da compreensão de Maria da Glória Gohn (2008 apud 2011, p. 335), que os define como sendo “[...] ações coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas”. Assim sendo, os movimentos assumem importante tarefa na mobilização e organização de diversos setores sociais, provocando-os a lutarem por uma sociedade mais justa, fraterna e acolhedora. Neste incurso, buscam através de uma série de mecanismos, como passeatas, ocupações, manifestações, greves e denúncias a fim de pressionar o Estado e seus representantes para que atendam às suas demandas (GOHN, 2011).

Nessas ações, os movimentos sociais acabam por produzir uma contracultura em relação à passividade e/ou aceitação que é estimulada pelas classes dominantes para salvaguardar seus privilégios - o que chamamos de conservadorismo. Diríamos que fazem uma releitura a partir da realidade que atuam, produzindo discursos e conhecimentos que dialogam com as perspectivas das classes e grupos dominados e explorados. Ou seja, educam e são educados nos processos de luta e mobilização. Assim sendo, nos interessa refletir como as pastorais e os movimentos dialogam enquanto sujeitos educativos e pedagógicos.

Assim como os movimentos sociais, as pastorais da TdL organizam suas ações para provocar mudanças políticas. O que diferencia é o fato da vinculação à Igreja Católica impor limites institucionais. Os movimentos sociais, por sua vez, devido ao seu caráter sociopolítico e cultural e sua desvinculação a uma estrutura determinada, gozam de mais liberdade para atuarem e travarem diversas lutas em todos os campos sociais. Mesmo sendo diferentes, ambos desenvolvem processos educativos (intencionais ou não-intencionais).

Salvaguardadas as diferenças e limitações de atuação entre pastorais e movimentos sociais, podemos afirmar, que pelo menos, as pastorais que tem como orientação à Teologia da Libertação, como a PJR, se encontram diretamente próximas às práticas dos movimentos sociais, por não estarem somente interessadas em professar a religião cristã, mas também na resolução política dos problemas sociais – como o acesso à educação, saúde, renda, trabalho, lazer e esporte, entre outras demandas.

Diante disso, conforme o documento Identidade da PJR (cf. Anexo D), a PJR define sua identidade pastoral da seguinte forma:

- a) Somos uma Pastoral. Não somos um movimento eclesial e nem um movimento popular. E sempre tivemos um pé na Luta e o outro pé no Evangelho, pois vivemos a interação entre Fé e Vida. Por isso, uns nos chamam de ‘igrejeiros’ e outros nos chamam de ‘só fazer política’. b)

Entendemos por Pastoral a arte de nos colocar a serviço da vida (Jo 10,10), a exemplo de Jesus de Nazaré. Ele teve compaixão do povo, que estava como ovelhas sem pastor, e pede para os discípulos se envolver com sua demanda vital (a fome mata). Jesus nos mostra o caminho que implica em ver o que o povo tem e sabe, depois ajudar para que ele se organize em grupos, base para uma nova convivência, a partilha (cf. Mc 6,34-43). (Documento: Identidade da PJR. **Anexo D**)

Neste sentido, a PJR tem atuado tanto como uma organização de cunho religioso quanto político, por compreender que muitas das demandas das juventudes do campo estão situadas diretamente na ação política. Desse modo, coloca-se como promotora de espaços de ação coletiva com as juventudes camponesas, seja nas ruas, realizando marchas e manifestações ou na elaboração de proposições de políticas públicas. Como também, se somando a outras atividades, promovidas por outras organizações do campo e da cidade.

Por fim, cabe destacar que a relação que estamos estabelecendo entre pastorais e movimentos sociais ainda carece de aprofundamento teórico, já que compreendemos as diferenças que envolvem cada um desses organismos e as formas como se dão suas atuações na sociedade. Queremos delimitar que as pastorais constituem-se como entes educativos em sua atuação, tal como ocorre com os movimentos sociais.

3.2. Educação não-formal, intencionalidade e pedagogias da libertação

Partindo desse pressuposto, de que pastorais e movimentos são sujeitos educativos, vamos definir o que compreendemos por educação. Se temos uma certeza com relação à educação, é que ninguém escapa dela (BRANDÃO, 2007), pois em todos os espaços que estamos ou frequentamos ela está presente. Para Carlos Rodrigues Brandão (2007, p. 7), “[...] de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação”.

Em outros termos, a educação “[...] ocorre, portanto, todo o tempo e de maneira recíproca”. (MATURANA, 1998, p. 29). Ademais, ela não se restringe à escola ou aos processos formais de ensino, bem como, não podemos reduzi-la “[...] há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a sua única prática e o professor profissional não é o seu único praticante” (BRANDÃO, 2007, p. 9).

Pensar a educação para além dos espaços institucionais e formais de ensino é importante para percebermos o quanto suas práticas e modos são diversos, abarcando as vivências

familiares, grupais, comunitárias e até mesmo, inter e transnacionais devido o acesso às redes sociais virtuais que permitem o contato entre diferentes povos.

A educação pode existir livre e, entre todos, pode ser uma das maneiras que as pessoas criam para tornar *comum*, como saber, como ideia, como crença, aquilo que é *comunitário* como bem, como trabalho ou como vida. Ela pode existir imposta por um sistema centralizado de poder, que usa o saber e o controle sobre o saber como armas que reforçam a desigualdade entre os homens, na divisão dos bens, do trabalho, dos direitos e dos símbolos. (BRANDÃO, 2007, p. 10. Grifos do autor)

Neste sentido, ela pode atuar em contraposição ao modelo de educação formal, que, em seus aspectos gerais, está a serviço dos interesses das classes dominantes, que impõem os conteúdos, os métodos e o que deve ser discutido nas instituições escolares. Os movimentos sociais, por meio de um processo mais democrático e inclusivo, buscam através dos processos educativos não-formais constituir sujeitos e narrativas que desmistificam as contradições e relações de dominação entre oprimidos e opressores. Isso não significa que todo processo de educação não-formal seja de contestação ao modelo dominante.

A intencionalidade do processo educativo é o que está em pauta. Ela está entrelaçada e explicitamente destacada nos objetivos, princípios, valores, direcionamentos, discursos e posições políticas dos inúmeros movimentos sociais (CALDART, 2000). No caso específico da PJR, é através de sua missão, metodologia, identidade e modos organizativos que ela manifesta a sua intenção e os objetivos que têm na ação junto à juventude camponesa.

Mas, afinal, o que é educação não-formal? Existem outros tipos de educação? Se sim, quais as diferenças entre elas? Para responder a essas questões, recorreremos às reflexões de Maria da Glória Gohn (2006), sobre a educação formal, não-formal e informal. A seguir, tendo por base a referida autora apresentaremos quem são os educadores em cada tipo; onde ocorre o processo educativo e como se dá o processo em cada uma; finalidades e objetivos delas; principais atributos e, por fim, os resultados esperados em cada uma.

Na educação formal os principais responsáveis pela instrução são os professores em instituições escolares regidas por lei, sendo o processo educativo controlado a partir de normatizações, regras e padrões estabelecidos previamente. Sua finalidade e objetivos é a socialização de conhecimentos sistematizados, por meio de currículos estruturados, visando a formação de um cidadão ativo. Quanto aos seus atributos se caracteriza como um processo que requer um tempo, que é demarcado por uma sequência de conteúdo subdividido por séries e idades. Por fim, espera-se como resultados uma aprendizagem efetiva e a conclusão das fases de ensino, concluídas com a certificação do estudante. (GOHN, 2006).

Com relação à educação informal, os educadores são a família, os amigos e vizinhos, ou seja, ela ocorre na vivência e interação comunitária cotidiana. Além disso, a mesma ocorre de forma espontânea na convivência com familiares e demais membros da comunidade e instituições que o indivíduo frequenta, acrescente-se ainda as interações por meio das redes sociais virtuais. A finalidade desse tipo de educação é a socialização entre os indivíduos de gostos, modos de comportamento, atitudes, valores e crenças. Os conteúdos e conhecimentos gestados na interação não são organizados e as experiências são compartilhadas de forma permanente e sem esperar resultados, pois, eles acontecem de forma espontânea. (GOHN, 2006).

Quanto à educação não-formal, podemos apontar as seguintes características: os educadores são os outros em suas interações cotidianas, através das organizações, grupos e coletivos que atuam ou participam, sejam eles de caráter político, cultural ou religioso. Esse tipo de educação ocorre por meio de processos interativos intencionais que são construídos coletivamente a partir das demandas dos participantes de cada grupo ou/e coletivo. No que tange à sua finalidade, depende do grupo que a desenvolve. No caso de movimentos e pastorais progressistas podemos citar a perspectiva emancipatória, derivada do marxismo e ampliada por outros grupos. Nesse caso, devido a essa intencionalidade, ela pode desenvolver uma série de resultados, como: consciência e organização de um grupo; atuação na transformação da sociedade; construção de um sentimento de pertença e identidade; construção de conhecimentos vivenciados na prática pelos próprios indivíduos. (GOHN, 2006).

A educação não-formal se processa diretamente nos espaços coletivos de forma intencional e com propostas por eles mesmos definidas (GOHN, 2014; CALDART, 2000). Será justamente nos coletivos, grupos e organizações que estes venham a forjar, que ela irá se efetivar, enquanto um tipo de educação que é gestada a partir dos interesses e objetivos coletivos grupais. Por se tratar de construção coletiva, os diferentes interesses podem ser debatidos e assim, prevalecer os que mais se aproximam do desejo da coletividade. Neste sentido, para Sônia Schwendler (2010):

[...] a intencionalidade educativa presente na organicidade, bem como nas estratégias de luta dos movimentos sociais, tais como o processo de ocupação de terra e prédios públicos, as marchas, as manifestações e audiências têm possibilitado aos sujeitos a compreensão da história, a assunção de uma identidade de classe, o sentido da luta e da mudança social. (SCHWENDLER, 2010, p. 275)

Ao reforçarmos que os processos educativos nos movimentos sociais ocorrem de forma

intencional⁸, estamos em certa medida diferenciando, do que ocorre geralmente nas instituições formais de ensino. Isso porque, via de regra, o sistema educacional hegemônico serve aos interesses dos grupos dominantes, que tentam a todo custo esconder seus interesses políticos e econômicos, proclamando uma neutralidade inexistente no processo educativo. Além disso, baseia-se em uma hierarquia opressora na relação professor e aluno, como forma de distanciá-los e, assim, melhor aliená-los.

Essa constatação também foi feita por Paulo Freire (1978, p. 18) ao denominar a educação dominante de bancária. Defende então que a educação libertadora “[...] pode ser praticada fora do sistema regular [de ensino], por aqueles que, superando a sua inocência, se comprometem cautelosamente no processo de libertação real”.

Numa sociedade de classes são, necessariamente, as elites do poder as que definem a educação e, por conseguinte, os objetivos desta. E esses objetivos, obviamente, não podem ir contra os seus interesses. Como afirmamos anteriormente, seria uma ingenuidade primária esperar que essas elites pusessem em prática ou consentissem que se ponha em prática, de maneira geral e sistemática, uma educação que, despertando o povo, lhe permitisse descobrir a ‘razão de ser’ da realidade social. (FREIRE, 1978, p. 27. Grifo do autor)

Como afirma o autor, as elites do poder definem a educação, muito embora, podemos afirmar que há resistências por parte de movimentos sociais e grupos organizados. Nesse embate, algumas das mudanças propostas pelos movimentos são incorporadas ao "sistema educacional", o que faz com que inúmeras transformações tenham ocorrido ao longo dos anos.

A educação formal nasce, em certa medida, a partir de ideais revolucionários da burguesia, para garantir o acesso à educação republicana para todos. Mas, sobretudo, a partir de seus interesses em formar para o processo de industrialização. E, desde o princípio, não era para todos, excluiu camponeses e os mais pobres, como o capitalismo em seu nascedouro.

Em contraponto a essa concepção de educação adestradora e tecnicista, surgem outros modelos educativos que consideram as diferentes dimensões afetivas, intelectuais e culturais para o pleno desenvolvimento do ser humano. Esses paradigmas receberam diversas nomenclaturas e designações apesar de manterem uma convergência em seus objetivos mais intrínsecos, o compromisso com os interesses e a libertação dos oprimidos. Desse modo, utilizaremos o termo pedagogias libertadoras, por compreendermos a importância delas no

⁸ Ao reforçarmos a questão da intencionalidade estamos nos referindo, sobretudo, à forma como ocorre os processos educativos, os conteúdos e as metodologias. Ademais, como toda interação social, ocorre muitas vezes aprendizagens que não são intencionais, como na educação informal. O fato é que todo espaço construído pelos movimentos sociais e pastorais tem uma finalidade explícita, seja um debate, uma reunião, por exemplo.

processo formativo dos explorados e dominados que buscam libertar-se a partir de sua práxis. Para Paulo Freire, práxis consiste na ação e reflexão sobre essa ação. Ou seja, não basta somente fazer a ação, é preciso que ela se torne objeto da reflexão de seus autores.

No prefácio ao livro *Pedagogia do Oprimido* de Paulo Freire, o professor Ernani Maria Fiori (1967 *apud* 2020, p. 11)), afirma que:

A educação libertadora é incompatível com uma pedagogia que, de maneira consciente ou mistificada, tem sido prática de dominação. A prática da liberdade só encontrará adequada expressão numa pedagogia em que o oprimido tenha condições de, reflexivamente, descobrir-se e conquistar-se como sujeito de sua própria destinação histórica.

Nessa perspectiva, a pedagogia do oprimido tem como intencionalidade a libertação, tanto de oprimidos quanto de opressores. Tampouco, se caracteriza como um conjunto de conteúdo ou conhecimentos que são destinados ou constituídos fora da realidade das pessoas que se encontram em situação de opressão. Mas sim, de uma pedagogia que é construída coletivamente com elas a partir de suas percepções, vivências e visões de mundo.

Contudo, se a pedagogia opressora para manter seu controle sobre os oprimidos, precisa destituí-los de sua humanidade, os transformando em quase coisas a fim de que se vejam como seres inferiores e incapazes de reagir às imposições dos poderosos. A pedagogia dos oprimidos ou da libertação, pelo contrário, precisa restituir essa humanidade para que vejam as suas potencialidades e capacidades de resistir e construir outras relações de poderes e, consequentemente, uma outra sociedade (FREIRE, 2020). Todavia, essa pedagogia não pode ser forjada por outras pessoas, senão pelos próprios oprimidos de forma dialógica, a partir de suas ações e reflexões cotidianas. Sendo condição fundamental para a sua prática, a crença nos oprimidos, como atores e construtores da história (SCHWENDLER, 2010).

Além disso, de acordo com o educador popular colombiano, Marco Raúl Mejía (2011), falar de educação e pedagogia crítica na América Latina é tratar de uma prática que vem se coadunando desde a metade do século XX, no nosso continente devido às dinâmicas sociais, culturais e políticas que caracterizam a região. Neste sentido, o cenário demarcado pelas desigualdades sociais e econômicas que aqui se processam, torna a região um espaço fértil para o nascedouro de ideias que se chocam diretamente com os interesses das classes dominantes.

Entretanto, os resquícios da dominação colonial, que ainda persistem na região, mantêm vivas as antigas formas de opressão e injustiça sobre as populações vulnerabilizadas, como os indígenas, afrodescendentes e camponeses, por exemplo. Por tudo isso, as pedagogias críticas buscam “[...] concretizar um compromisso com as necessidades de transformação da injustiça

em nossas realidades, e que chegaram a outras latitudes, especialmente na Ásia e África, América do Norte, e Europa”⁹. (MEJIA, 2011, p. 16, tradução nossa).

Outrossim, o mais importante dessas pedagogias é que elas não se comportam de forma estanque e isolada, mas a partir do compartilhamento entre si de finalidades comuns, a superação da violência opressora que devora os povos de todo o mundo. Além disso, não se trata de uma prática constituída aquém da realidade dos envolvidos, mas, pela comunhão entre eles, renunciando o opressor dentro deles, se empenham junto aos demais oprimidos no processo de libertação conjunta, através da ação e reflexão ancorada no diálogo (FREIRE, 2020).

Em síntese, as pedagogias forjadas na luta concreta dos oprimidos, são explicitamente intencionais e direcionadas a uma finalidade. Pelo menos, é isso que conseguimos visualizar nas propostas educativas de Paulo Freire, que não esconde o desejo de uma prática educativa que mobilize os diferentes sentimentos e capacidades dos seres humanos. Uma educação que não os transformem em seres inanimados, que renunciem a própria humanidade, mas em indivíduos ativos que reconhecem a suas potencialidades.

Ademais, cabe um adendo importante, no caso da América Latina é quase impossível tratar de educação, sem falar do papel que as igrejas assumem nesta região, em que religião e política se confundem (LOWY, 2016) e estão entrelaçadas ao próprio processo educativo dos povos desde a colonização. No ensaio *Os cristãos e a libertação dos oprimidos*, Paulo Freire (1978) ressalta a importância do rompimento com as visões religiosas idealistas e reformistas que só servem aos interesses das classes dominantes, além de domesticar ainda mais os oprimidos, que são tidos como indefesos e incapazes de se organizarem por conta própria.

Diante disso, Freire (idem), apresenta e discorre sobre as três formas de Igrejas que se apresentam na América Latina – a tradicionalista, a modernizante e a profética. As duas primeiras apesar de tratarem da opressão em seus sermões, o fazem na medida em que os interesses das classes dominantes não sejam contrariados. Ou seja, mantém a postura de enxergar os pobres, como sujeitos de sua ação pastoral, sem reconhecê-los como atores sociais do próprio processo de libertação. Além disso, devido às exigências conjunturais e históricas reformam-se mantendo a mesma postura diante da exploração dos oprimidos. Com relação à última, a Igreja profética, essa de fato, ao enxergar os oprimidos como sujeitos de sua própria libertação, constrói com eles novas perspectivas de enfrentamento e de resistência à opressão.

⁹ “[...] busca concretar un compromiso con las necesidades de transformación de la injusticia en nuestras realidades, y que llegaron a otras latitudes, especialmente en Asia y África, Norteamérica, y Europa”. (MEJIA, 2011, p. 16)

Destarte, as diversas práticas pedagógicas que tem uma abordagem de enfrentamento ao modelo de educação dominadora, gostaríamos de direcionar nossa atenção a seguir para duas – a educação popular e a educação do campo –, que no nosso julgamento, estão diretamente entrelaçadas no fazer pedagógico de nosso objeto de estudo e de outras organizações que atuam no campo, como base dos processos educativos que promovem.

3.3. Educação Popular e Educação do Campo como base pedagógica dos Movimentos Sociais e Pastorais do Campo

Primeiro, gostaríamos de trazer alguns elementos sobre a Educação Popular e a Educação do Campo, em seguida, apresentar nossa justificativa sobre elas serem base pedagógica dos movimentos sociais do campo e da PJR. Esperamos ao final do texto ter conseguido responder a quatro questões básicas: O que é educação popular? O que é educação do campo? Que elementos delas contribuem nos processos educativos no interior dos movimentos sociais? Por que elas são base pedagógica dos movimentos sociais e pastorais? Existe uma literatura farta sobre o assunto, por isso, não vamos nos alongar muito na explicação.

A educação popular ao longo de seu percurso foi sendo definida de diferentes modos, logo, não é possível enquadrá-la dentro de uma única designação. Apesar das diversas definições e formas de caracterizá-la, em certa medida, os elementos que a constitui pelo menos em termos mais amplos convergem, que é sua a intencionalidade orientada para a transformação da sociedade a partir de uma perspectiva dos interesses das classes populares. Segundo o educador popular colombiano, Alfonso Carrillo (2010) são diversas definições, mas “podemos distinguir um núcleo comum de cinco elementos constitutivos – explícitos ou implícitos – que nos possibilita conceitualizá-la.”¹⁰ (CARRILLO, 2010, p. 9, tradução nossa). Nesta perspectiva, ele aponta os seguintes elementos que compõe esse núcleo:

1. Uma leitura crítica da ordem social vigente e um questionamento ao papel integrador que tem jogado ali a educação formal;
2. Uma intencionalidade política emancipadora frente a ordem social vigente;
3. Um propósito de contribuir com o fortalecimento dos setores dominados como sujeito histórico, capaz de protagonizar a mudança social;
4. Uma convicção que desde a educação é possível contribuir na conquista dessa intencionalidade, atuando

¹⁰ “Las diversas definiciones remiten a momentos específicos y a diferentes miradas entre los agentes educativos. Sin embargo, podemos distinguir un “núcleo común” de cinco elementos constitutivos – explícitos o implícitos – que nos possibilita conceptualizarla” (CARRILLO, 2010, p. 9)

sobre a subjetividade popular; 5. Um desejo por gerar e usar metodologias educativas dialógicas, participativas e ativas.¹¹ (CARRILLO, 2010, p. 9, tradução nossa)

Todos esses itens, em maior ou menor grau, apareceram nas nossas leituras sobre o tema (MEJIA, 2011; BRANDÃO, 2006; NOGUEIRA e FREIRE, 1993; PALUDO, 2010; JARA, 2006), entre outros. Nas definições de cada autor(a) percebe-se que a experiência direta com a prática de educação popular foi fundamental para pensá-la em termos teóricos e sistemáticos. Por isso, as diferentes formas de compreendê-la dentro de um horizonte mais amplo, uma vez que suas práticas, conteúdo e objetivos não pretendem ser universais, por compreender que existem diversas culturas e grupos sociais, com costumes e vivências próprias. Diante disso, o que não podemos perder de vista são suas premissas e direcionamentos políticos que devem estar presente em todas as iniciativas que a tenha como horizonte educacional (MEJIA, 2011).

Para o educador popular peruano, Oscar Jara (2006), a educação popular constituída no território latino-americano, se comporta ao mesmo tempo, enquanto um fenômeno sociocultural e uma concepção de educação.

Como **fenômeno sociocultural**, a Educação Popular faz referência a uma multiplicidade de práticas com características diversas e complexas, que têm em comum uma intencionalidade transformadora. [...]. Como **concepção educacional**, a Educação Popular não possui um corpo de categorias sistematizado, em todos os seus extremos. Entretanto, podemos afirmar que aponta à construção de um novo paradigma educacional, que se opõe a um modelo de educação autoritário, de reprodução, predominantemente escolarizado e que desassocia a teoria da prática. (JARA, 2006, p. 235-236. Grifo nosso)

Dois elementos importantes a serem destacados do excerto, o primeiro é o que estamos sempre reforçando, a intencionalidade do processo educativo e o segundo, é a reafirmação de que teoria e prática não podem ser dissociadas ou colocadas em situações de oposição e/ou sobreposição de uma à outra. Se por um lado, o modelo de educação capitalista insiste em conduzir o processo educativo para salvaguardar os interesses das classes dominantes, através de ambiguidades. Por outro, a concepção de educação popular busca constituir projetos educativos alternativos, a fim de transformar a sociedade e também fazer frente ao paradigma técnico-instrumental dos capitalistas (MEJIA, 2011).

¹¹ 1. Una lectura crítica del orden social vigente y un cuestionamiento al papel integrador que ha jugado allí la educación formal; 2. Una intencionalidad política emancipadora frente al orden social imperante; 3. Un propósito de contribuir al fortalecimiento de los sectores dominados como sujeto histórico, capaz de protagonizar el cambio social; 4. Una convicción que desde la educación es posible contribuir al logro de esa intencionalidad, actuando sobre la subjetividad popular; 5. Un afán por generar y emplear metodologías educativas dialógicas, participativas y activas. (CARRILLO, 2010, p. 9)

Diante disso, compreendemos a educação popular como sendo um instrumento político e educacional de sistematização e construção de conhecimentos e, também de práticas e metodologias educativas, a partir dos interesses, vivências e necessidades das classes populares. Por entendermos, que o modelo de educação capitalista produz uma sociedade marcada pelo individualismo e pela competição desenfreada, reforçando a desigualdade, a violência e contribuindo diretamente na morte precoce de muitas pessoas. Nesse sentido, a educação popular parte de princípios éticos comprometidos na constituição de uma sociedade e de um mundo diferente, onde a exploração excessiva dos seres humanos e da natureza, por uma minoria de poderosos, seja suprimida, em nome de relações mais justas e fraternas.

Metodologicamente a educação popular cria condições para que estes sujeitos convertidos em atores sociais aprendam a trabalhar em grupo, a ser solidários, a construir no dia a dia sua prática social num mundo orientado por valores que ao mesmo tempo que questionam e criticam são recriadores do mundo. Por isto é uma educação que cria atores sociais, que com sua atuação mostram que outra educação é possível e através dela esse outro mundo emerge. (MEJIA, 2011, p. 136, tradução nossa)¹²

Porquanto, ela tem como ponto de partida o reconhecimento do nível de desenvolvimento subjetivo dos grupos com que irá trabalhar e as apostas que fará para politizar os diferentes espaços coletivos. (MEJIA, 2011). Em outros termos, “[...] educação popular e mudança social andam juntas. Essa educação renovada transforma não apenas os métodos de educar. Transforma as pessoas que são educadas em uma sociedade em transformação” (NOGUEIRA e FREIRE, 1993, p. 62). Apesar de hoje, ela se constituir também dentro dos espaços formais de educação, enquanto uma política pública de educação, é ainda no seio das diversas organizações dos movimentos sociais e pastorais que ela ganha seus diversos contornos e ressignificações.

Essa concepção é inspiradora para a educação do campo, como afirma a pedagoga e educadora popular Roseli Salete Caldart (2009), ela tem sua origem nos movimentos sociais do campo, sobretudo, os ligados diretamente à luta pela reforma agrária. Ela surge no esteio da luta pelo acesso à educação de qualidade no meio rural, comprometida com os interesses e práticas socioculturais das populações camponesas.

Etimologicamente “[...] o ‘do’ da Educação *do* campo tem a ver com esse protagonismo:

¹² “Metodológicamente la educación popular crea condiciones para que estos sujetos convertidos en actores sociales aprendan a trabajar en grupo, a ser solidarios, a construir en el día a día en su práctica social un mundo orientado por valores que a la vez que cuestionan y critican son re-creadores del mundo. Por ello es una educación que crea actores sociales, que con su accionar muestran que otra educación es posible, y a través de ella ese otro mundo emerge.” (MEJÍA, 2011, p. 136)

não é ‘para’ e nem mesmo ‘com’: é *dos* trabalhadores, educação *do* campo, *dos* camponeses, pedagogia *do* oprimido”. (CALDART, 2009, p. 41. Grifos da autora). Assim, percebe-se a imbricação entre educação popular e do campo. De um modo geral, esse “do” parece representar a essência das pedagogias libertadoras, por designar de forma específica e explícita os responsáveis por sua constituição e a quem elas servem.

A Educação do campo, fundamentalmente pela práxis pedagógica dos movimentos sociais, continua e pode ajudar a revigorar a tradição de uma educação emancipatória, retomando questões antigas e formulando novas interrogações à política educacional e à teoria pedagógica. E faz isso, diga-se novamente, menos pelos ideais pedagógicos difundidos pelos seus diferentes sujeitos e mais pelas tensões/contradições que explicita/enfrenta no seu movimento de crítica material ao atual estado de coisas. (CALDART, 2009, p. 42)

Em outras palavras, é no movimento sócio-histórico da sociedade que a educação do campo encontra sua materialidade para propor reflexões e proposições sobre a educação e os projetos de campo e de sociedade que almeja. E, na mesma perspectiva da educação popular, apresenta uma contraposição “[...] ao modelo histórico de educação para o campo, chamado de educação rural”. (PALUDO, 2010, p. 263). Desse modo, não se trata de abstrações e tampouco de elucubrações desvinculadas da realidade, das dinâmicas e tensões provocadas pelo movimento de transformações sociais e culturais que segue um fluxo contínuo. No campo, por exemplo, seus habitantes têm ficado cada vez mais acuados com a ofensiva do agronegócio sobre os seus territórios, provocando violência, mortes, contaminação dos solos e a expulsão dos trabalhadores para as periferias das cidades. É justamente nessas tensões que a educação do campo encontra um terreno fértil para propor novos modos de se pensar o campo e seus moradores, enxergando este espaço para além do lucro e exploração predatória.

As consequências e os cataclismos que já são sentidos devido ao avanço descontrolado da monocultura e da exploração mineral sobre as áreas rurais, reforçam a urgência de se pautar o campo e a produção em outras lógicas, que respeitem a vida e o meio ambiente. O modelo agroexportador e monocultor, tem se mostrado prejudicial à natureza e a perpetuação da vida no planeta, tanto de seres humanos quanto dos demais seres vivos. É neste terreno prático que se situam as mobilizações sociais e a necessidade efetiva de uma educação do campo. Neste sentido, Schwendler (2010), afirma que:

O movimento político e pedagógico da Educação do Campo se gesta no processo da luta social com essa ousadia, buscando, por um lado, denunciar as condições desumanizadoras em que os sujeitos do campo produzem suas

condições materiais e simbólicas de existência e, por outro, propor um projeto de transformação social. [...] Fazer do campo em luta e em movimento uma grande escola que protagoniza e humaniza os sujeitos, que disputa o sistema político, econômico, cultural e educacional, a partir da afirmação de práticas que mostram que é possível mudar o mundo, tem sido um grande desafio na construção da Educação do Campo. (SCHWENDLER, 2010, p. 278)

Ademais, lutar por uma Educação do campo, tarefa assumida e construída pelos movimentos sociais e pastorais do campo, perpassa fundamentalmente por pensar o processo educativo completo do conjunto da classe trabalhadora, tendo como horizonte a perspectiva de classe atrelada à política educacional (CALDART, 2009). Desse modo, “[...] a criação de circunstâncias educativas intencionais, voltadas para a humanização e para a transformação social, assume um papel fundamental, desde que organicamente integrada com a luta pela mudança” (SCHWENDLER, 2010, p. 286). Cabe destacar que esse paradigma, para além do processo formativo visando o estabelecimento de outras relações produtivas e sociais entre os seres humanos e destes com a própria natureza, tem como pano de fundo a superação do modelo capitalista de produção.

Essa opinião também é reforçada por Miguel Arroyo (2010), ao discutir as matrizes pedagógicas da educação do campo numa perspectiva da luta de classes. Ele apresenta e discorre sobre cinco delas, a saber: o trabalho, a terra, a cultura, a vivência da opressão e os movimentos sociais. Essas matrizes, segundo o autor, são pedagógicas na medida em que contribuem diretamente no processo educativo e auto-formativo do ser humano. Explica cada uma delas. Argumenta que trabalho por ser a atividade de intervenção e transformação da natureza, assim conformando outras relações entre os seres humanos e seu habitat; a terra por ser o meio de onde tiramos o alimento e, também, por ser o espaço de resistência, luta e perpetuação da vida; a cultura por nos permitir vivenciar e salvaguardar nossas experiências por meio das artes, dos símbolos e ritos, crenças e valores; a vivência da opressão pelo seu caráter de despertar em nós o sentimento de mudança e resistência frente às situações de opressão; e, por fim, os movimentos sociais que com suas dinâmicas e atuações conformam sujeitos atuantes socialmente (ARROYO, 2010).

Porquanto, quando nos referimos a educação popular e a educação do campo como base pedagógica dos movimentos sociais e pastorais que atuam no campo, é devido aos elementos que esses modelos educacionais fornecem na elaboração de conteúdo, metodologias e perspectivas educativas. Caldart (2000) alerta que os movimentos não constroem pedagogias a partir de si mesmos, mas reelaboram as existentes, adicionando elementos que dizem respeito aos interesses da coletividade que pretende organizar - como é o caso da educação do campo.

Desse modo, trata-se de uma pedagogia constituída a partir da reunião de elementos ou síntese do conjunto de outras práticas pedagógicas. Como as organizações não trabalham com um público homogêneo, logo, é necessário forjar com os seus sujeitos, meios próprios para atingir os seus objetivos.

Por conseguinte, essa base pedagógica deve ser compreendida como um horizonte que contribui na elaboração de conteúdos e metodologias, permitindo dessa maneira, a constituição de um conjunto de técnicas, métodos, práticas e conhecimentos próprios. E Educação do campo, tal como a educação popular, visa um processo educativo pensado e refletido a partir dos interesses das classes populares. Compartilham dos mesmos direcionamentos quanto ao tipo de educação que desejam. A singularidade reside em pensar a partir da realidade do campo e de seus moradores.

Com efeito, alguém poderia nos indagar, se a educação popular não daria conta de pensar o processo educativo no campo e na cidade? Se considerarmos seus elementos mais amplos, a resposta seria sim. Todavia, o que está se considerando na elaboração de uma pedagogia de campo, são as relações existentes entre o campo e a cidade, que historicamente foram constituídas, de forma a colocar o campo como espaço de atraso e selvageria em relação a cidade, tida como centro de progresso e civilidade. Essa imagem, ainda reverbera em muitos discursos, inclusive para legitimar a exploração predatória e violenta sobre o meio rural.

Por isso, a necessidade de utilizar elementos da educação do campo, para reafirmar as diferenças e a necessidade de enxergar o campo, a partir das demandas de seus habitantes. Por diferença, entenda-se as vivências, a forma de reprodução material e simbólica, entre outras. Partindo desses princípios, podemos tratar de processos educativos e práticas pedagógicas promovidos pelos movimentos sociais e pelas pastorais.

3.4. Processos educativos nos movimentos sociais e nas pastorais

Nesse contexto, compreendemos que os processos educativos podem ocorrer de forma intencional ou não intencional, nos âmbitos da educação formal, não-formal e informal, como destacamos anteriormente. Desse modo, considerando os elementos e finalidades de cada uma delas, a que nos interessa aqui é a não-formal, por se tratar de uma forma educativa construída coletiva e intencionalmente, a partir dos interesses dos grupos sociais. Porquanto, estamos compreendendo neste trabalho como processo educativo nos movimentos sociais, as vivências e a participação direta na construção coletiva de ações e intervenções através de suas diversas formas organizativas. Além disso, nos interessa destacar como essas coletividades se

constituem como organismos pedagógicos que conformam sujeitos atuantes, social, cultural e politicamente (CALDART, 2000; ARROYO, 2003; GOHN, 2011; SCHWENDLER, 2010).

Miguel Arroyo (2003) destaca que uma das contribuições dos movimentos sociais é redirecionar ou reeducar-nos, a partir das suas lutas. Esses processos são re-definidos ao longo da sua existência e dos desafios postos.

Ao colocar os sujeitos organizados em coletividades, os movimentos sociais e as pastorais questionam o individualismo imposto pela cultura capitalista e, ao mesmo tempo, desenvolvem seu potencial para transformação. Primeiro, porque ajuda a desconstruir a visão incrustada, que dependemos de um herói para resolver os problemas sociais. Segundo, por permitir que os sujeitos, através de seus grupos, coletivos e organizações se reconheçam como protagonistas das transformações sociais. Tudo isso produz aprendizagens significativas tanto individuais quanto coletivas.

Assim sendo, de acordo com Gohn (2011), podemos apontar as seguintes aprendizagens: prática; teórica; técnica instrumental; política; cultural; linguística; econômica; simbólica; social; cognitiva; reflexiva e ética. Como é perceptível nos termos e conceitos destacados, o processo educativo mobiliza uma série de elementos que instigam a formação de sujeitos com características educacionais integrais, englobando desde os aspectos práticos aos cognitivos. Entretanto, esses conhecimentos podem se manifestar nos sujeitos de diferentes formas já que existem processos próprios de apreensão e aptidão (CALDART, 2000).

Como foi apontado por Paulo Freire, ao mesmo tempo que existe uma educação bancária, que aliena e que serve à reprodução do sistema capitalista, pode existir a pedagogia da libertação. Nesse sentido, destarte, a complexidade que envolve o descortinamento das ideias incutidas por meio de diversos instrumentos de controle e dominação, sabemos que elas não são insuperáveis. E é justamente esse pressuposto que mobiliza as lutas pelas transformações sociais, culturais e políticas nas diferentes sociedades ao redor do mundo. Em outros termos, isso significa que “[...] os movimentos sociais têm se constituído como os grandes educadores do povo oprimido”. Demonstrando que as ações “[...] para mudar o mundo é um aprendizado que carrega a força da história, os sinais dos tempos e mostra que o mundo sempre vai poder ser modificado” (SCHWENDLER, 2010, p. 273-277). Reconhecer que a mudança é possível, é fundamental para que as utopias continuem sendo alimentadas e reafirmadas.

Além disso, a vinculação das lutas a alguma demanda material como o acesso à terra, à moradia ou à educação, por exemplo, atua como elemento articulador na mobilização, organização e formação permanente dos sujeitos. Por estes motivos ela “[...] é pedagógica, é formadora dos coletivos em luta e da sociedade, das estruturas e culturas, dos valores. A luta

liberta, conscientiza, politiza, transforma a sociedade e os coletivos humanos” (ARROYO, 2010, p. 52). As experiências vivenciadas nos movimentos sociais e pastorais tendem a nos provocar novos olhares e perspectivas, sobre nós e a sociedade que integramos. Existe um elemento de paixão que torna o engajamento libidinal. O amor a uma causa, a construção de um ideal se torna combustível e forma excitante de crer ser possível o rompimento com a estrutura de dominação que nos oprime. As manifestações de rua e os espaços de formação para muitos são uma verdadeira terapia, devido provocar nas pessoas diversas sensações que os instiga a continuar se organizando e lutando.

A vivência de ações coletivas nos movimentos sociais dá segurança e isso desperta o sentimento de pertença e, também, de estar contribuindo na emergência de uma nova sociedade. A coragem para enfrentar os órgãos repressivos do Estado, seja durante uma manifestação ou ocupação, advém desse pulsar coletivo por transformação, das relações de exploração e opressão. Isolados ou sozinhos, raramente, conseguimos reagir a essas situações de violência, porque somos a todo momento educados para a passividade e obediência (mesmo que isso custe nossas vidas). Ademais, como afirmou Paulo Freire, se a educação promovida pelo Estado está a serviço da dominação, não podemos esperar que ela instigue os cidadãos a resistirem à sua ordem injusta e violenta.

Por outro lado, os movimentos sociais e as pastorais, em sua maioria, produzem em seus diversos tipos de ações, uma educação, que, ao mesmo tempo, reconhece a importância do Estado e instiga os sujeitos a se organizarem e lutarem para que ele cumpra com as suas funções. É um paradoxo que a educação promovida por esses sujeitos busca em sua organização coletiva ensinar a lutar por direitos preconizados pelo capitalismo, mas que o Estado, capturado pela burguesia, não se compromete em fazer. Percebemos que é justamente a coletividade que fortalece as lutas contra as injustiças e pode produzir mudanças na forma de atuação do próprio Estado.

Por fim, ao insistir juntamente com outras organizações que atuam no campo, sobre a importância de um processo educativo que tenha o campo como centralidade e também objeto de suas reflexões, a PJR acaba se caracterizando também “[...] como uma coletividade em movimento que é educativa, e que atua intencionalmente no processo de formação das pessoas que a constituem” (CALDART, 2000, p. 199). Acrescentando-se a seu repertório educativo uma reflexão religiosa progressista, assentada na Teologia da Libertação.

CAPÍTULO 4: PODEMOS FALAR DE UMA PEDAGOGIA DA PASTORAL DA JUVENTUDE RURAL?

O presente capítulo está dividido em três tópicos, a saber: (4.1), onde tratamos sobre os itinerários históricos e organizativos da Pastoral da Juventude Rural; (4.2) a pedagogia da PJR e suas dimensões, onde tomamos como ponto de análise as entrevistas em profundidade com as lideranças e a observação de campo. Porquanto, muitos dos elementos destacados a seguir, já foram apresentados em outras passagens desta dissertação. No entanto, num esforço de síntese, estamos tomando como base de análise o documento “*As características da Identidade da PJR*”; e, por fim, (4.3) pedagogia da PJR; uma tentativa de síntese, onde refletimos sobre as características dessa pedagogia e sua articulação com os elementos apresentados no tópico anterior.

4.1. PASTORAL DA JUVENTUDE RURAL: itinerário histórico e organizativo

A Pastoral da Juventude Rural - PJR é uma das quatro pastorais de juventudes ligada à Comissão Episcopal para a Juventude da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, as demais são, a Pastoral da Juventude (PJ), Pastoral da Juventude Estudantil (PJE) e Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP)¹³.

Enquanto organização específica das juventudes camponesas, a PJR, “[...] é fruto do movimento da sociedade, da caminhada da Igreja e, principalmente, das demandas da juventude camponesa”. (PJR BRASIL, 2013, p. 39). No momento atual, ela se caracteriza como sendo uma pastoral juvenil ecumênica e inter-religiosa, envolvendo em seus grupos de base jovens de diversos credos e crenças que estejam dispostos a contribuir na transformação da sociedade.

Com quase quatro décadas de existência (1983 - 2023), a PJR vem acumulando ao longo de sua caminhada um histórico importante de lutas e de conquistas, que ajudaram na transformação da realidade de mais de uma geração de jovens camponesas (es), direta e indiretamente, sobretudo as que tiveram a oportunidade de passar pelos seus grupos de base. A mesma é fruto de dois brotos que se enraizaram e se espalharam pelo território brasileiro. O primeiro em Pernambuco, como Pastoral da Juventude do Meio Popular - Rural ou PJMP-R e o segundo, no Rio Grande do Sul, denominado de Pastoral da Juventude do Meio Rural - PJMR. Sendo o primeiro grupo uma dissidência da Pastoral da Juventude do Meio Popular - PJMP e o segundo da Pastoral da Juventude - PJ. Ambos atuaram por bastante tempo sem o conhecimento

¹³ Ainda existe a Pastoral Universitária que, embora tenha jovens em sua constituição, é caracterizada por uma pastoral do setor Educação.

um do outro, até que se encontraram e resolveram se unificar, demarcando a data simbólica de 13 de março de 1983, como o nascimento da Pastoral da Juventude Rural.

Segundo, os/as assessores(as) nacionais da PJR, que em 2013, lançaram um livro em que sistematizam cronologicamente os marcos importantes da pastoral:

As raízes da PJR chegam até a Ação Católica Especializada - ACE, especialmente à Juventude Agrária Católica – JAC, que após o golpe militar de 1964, foi minguando até se extinguir. Contribuiu com seu desmonte o decreto episcopal de dom Vicente. Muitos militantes, para continuar a sua ação, formaram organizações que se colocam a serviço dos camponeses. A PJR herdou da ACE: a organização por grupos de base, visando à ação; o método de reflexão “ver julgar agir”; a especificidade (meio rural); e o compromisso que leva a intervenção na sociedade (militância). (PJR BRASIL, 2013, p. 31).

Assim como a Ação Católica influenciou a Teologia da Libertação e, por conseguinte, as Comunidades Eclesiais de Base - CEBs, ela é o ponto de partida dessa forma de ser igreja. A PJR é herdeira dessa tradição e, como sujeito coletivo, recria essa tradição, com sua interpretação e trilhando seu próprio caminho. O ponto em comum é a forma de leitura da Bíblia que ajudou no desvelamento e entendimento das formas de opressão existentes na sociedade.

Essa influência está presente na sua forma de organização e trabalho de base constante inspirada no evangelho libertador e na opção preferencial pelos pobres – principais marcos da Teologia da Libertação. Da hermenêutica que desperta para a importância da manutenção da fé e espiritualidade, como também do profetismo que alimenta a sede por justiça e mudanças na sociedade. Por fim, também se faz presente a Educação Popular que instigou a reflexão sobre a importância do protagonismo juvenil e de sua auto-organização, enquanto agentes da transformação social que almejam. (PJR BRASIL, 2013). Conforme descrito no Documento que trata da sua Missão (cf. Anexo A).

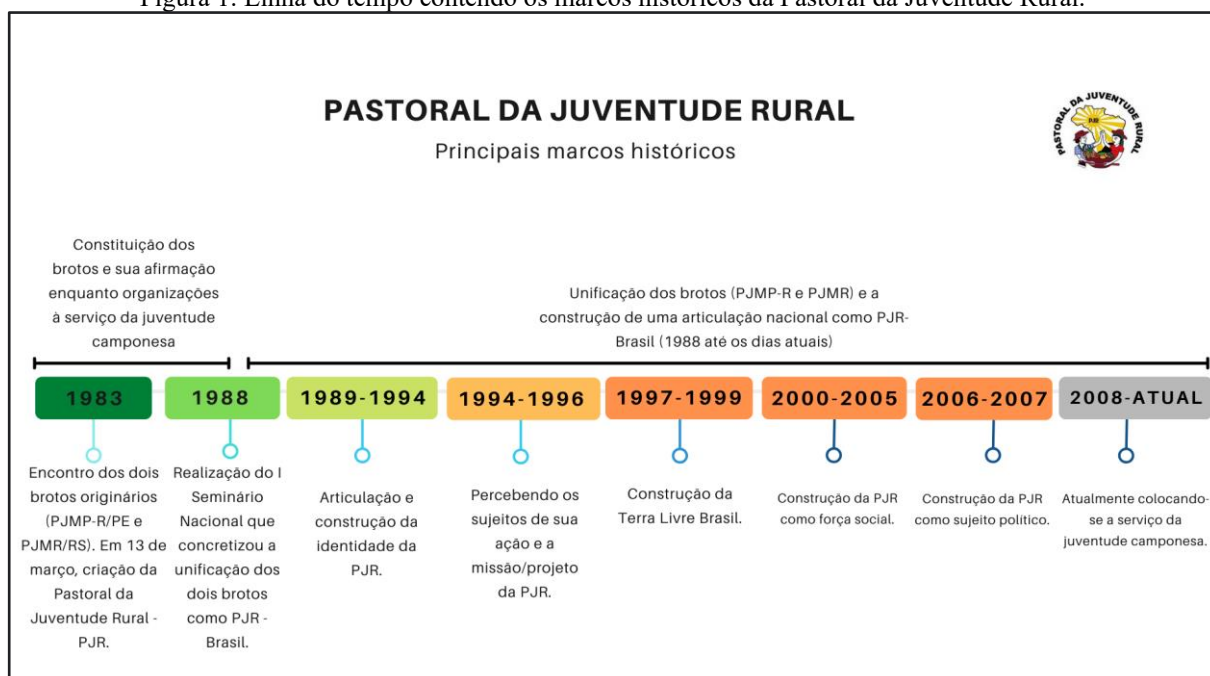
Evangelizar e conscientizar a juventude camponesa, especialmente as jovens e os jovens **empobrecidos**, e **formar militantes cristãos**, discípulos missionários e discípulas missionárias de Jesus Cristo, para contribuir na **transformação da sociedade** assumindo a construção do Projeto Popular de campo, articulado ao de sociedade, e lutar pela vida do Planeta Terra (Gaia). (Missão da Pastoral da Juventude Rural. **Anexo A**)

As palavras evangelizar, conscientizar, lutar e formar militantes, com especial atenção aos empobrecidos, expressam esse contexto da igreja progressista que tem como referência a Teologia da Libertação, que por sua vez, sofreu influência da Ação Católica. Assim, a PJR se constitui a partir dos termos que compõem o seu nome. Desse modo, a palavra ‘pastoral’ é

utilizada para se diferenciar de movimento social e ao mesmo tempo afirmar sua condição, enquanto organismo vinculado à Igreja Católica Apostólica Romana - ICAR e que tem como referência a TdL. Ao se referir a Pastoral da Juventude demarca que a pastoral é construída e gerida pela própria juventude, que se auto-organiza e dita os rumos da organização. ‘Juventude’ exprime quem são os sujeitos que a constroem e a compõem em seus diferentes níveis organizativos. Além disso, demarca para quem está voltada às suas ações, enquanto instrumento de mobilização e organização das juventudes do campo. O ‘rural’ é o seu espaço de atuação, compreendido como lugar de reprodução e manutenção da vida, moradia, trabalho e produção camponesa. Porquanto, todo esse processo de constituição identitária está imerso no contexto mais amplo das mudanças sociais, culturais, econômicas e políticas.

Ao longo do tempo, a PJR tem construído uma história singular, enquanto sujeito coletivo. Podemos dividir sua história em pelo menos dois períodos. O primeiro compreende a constituição dos brotos e sua afirmação enquanto organizações à serviço da juventude camponesa (1983 - 1988) – constituindo-se no Nordeste pela Pastoral da Juventude do Meio Popular Rural e no Sul, como Pastoral da Juventude do Meio Rural – conforme mostra a linha do tempo que se segue.

Figura 1: Linha do tempo contendo os marcos históricos da Pastoral da Juventude Rural.



Fonte: Documentos internos da PJR. (Elaboração própria)

Como destacado anteriormente, os brotos foram dissidências de duas organizações juvenis que atuavam com a juventude da cidade e do campo, mas que não conseguiam aglutinar

de forma satisfatória as demandas dos ocupantes do campo. Desse modo, o motivo da criação de organizações específicas se deu devido a essa dificuldade das pastorais juvenis da cidade em aceitar e englobar as demandas das juventudes camponesas. Provocando desconforto nestas, diante dos preconceitos que sofriam por serem do meio rural, tido a época como espaço de atraso em relação a cidade, tida como um lugar de progresso – visão positivista do mundo e presente na lógica da colonialidade, como nos lembra Aníbal Quijano (2005). Além disso, a especificidade permitiu uma melhor orientação e uma discussão mais concisa sobre as diferentes realidades também presentes no campo.

O segundo período é marcado pela unificação dos brotos durante o I Seminário Nacional (1988) e a construção de uma articulação nacional como PJR-Brasil (1988 até os dias atuais). Por ser um período mais longo e de constituição de fato da pastoral que conhecemos hoje, no documento esse percurso está dividido da seguinte maneira:

[...] o primeiro foi marcado pela articulação e construção da identidade da PJR (1989-1994); o segundo quando percebemos os sujeitos e a missão/projeto da PJR (1994-1996); o terceiro foi a construção da Terra Livre Brasil (1997-1999); o quarto foi a construção da PJR como força social (2000 - 2005); o quinto foi a construção da PJR como sujeito político (2006-2007) e, atualmente, o sexto, se colocando a serviço da juventude camponesa (2008 até hoje) (PJR BRASIL, 2013, p. 57).

Como podemos perceber no excerto acima, após a unificação a PJR passou por um longo processo de construção de sua identidade e de afirmação, no campo religioso, social e político. Obviamente, devido à extensão dos períodos e também, por não ser de nosso interesse apresentar e discutir cada um deles, nos limitaremos a sintetizar de forma breve, o que culminou todo esse processo, sobretudo, observando a forma como a PJR se organiza atualmente e que pautas têm concentrado sua atenção.

A preocupação com a formação e a educação da juventude camponesa sempre foi um dos pilares basilares da atuação da PJR, uma vez que compreende os processos formativos como sendo imprescindíveis à organização das juventudes camponesas. Todavia, não se trata de qualquer tipo de educação e sim, de uma educação que valorize antes de tudo, o campo e seus habitantes e não, que os incentive a abandonar este espaço e ir viver nas periferias das grandes cidades. Essa atenção sobre a importância de educar e convencer a juventude do campo sobre a sua permanência neste espaço, fez com que a metodologia da PJR, fosse tema de estudo do II Seminário Nacional, realizado entre os dias 06 a 11 de agosto de 1990, em Belo Horizonte/MG.

Ali se adotou uma metodologia (prática-teoria-prática) e nela um método de

reflexão (ver julgar agir). Nas reflexões e discussões dizia-se que metodologia faz parte da estratégia de ação, pois ela é o processo para realizar o que queremos. Firmou-se então que a metodologia da PJR deve partir da prática social, teoriza-se esta prática e volta à prática para transformá-la, sendo que o método é flexível, isto é, muda de acordo com a realidade de cada região. (PJR BRASIL, 2013, p. 62)

Assim, a metodologia foi construída a fim de possibilitar a organização e o engajamento na luta por direitos. Nesse sentido, a

[...] caminhada da PJR tem a sua história. E esta história está inserida no processo histórico da Igreja, santa e pecadora, e esta está no contraditório processo histórico da sociedade, demarcado pela sua atualidade. A PJR está no tempo, desde o início da década de 1980. E a PJR atua num determinado espaço geográfico deste planeta Terra, ‘arca de Noé’ no mar do universo, ser vivo (Gaia) e nossa Mãe Terra, o Brasil [...]. (PJR BRASIL, 2013, p. 9. Grifo dos autores).

Com efeito, a Pastoral da Juventude Rural é fruto das experiências e necessidades vislumbradas pelas juventudes camponesas brasileiras. Nasce do desejo de promoção de mudanças tanto relacionada às condições de permanência e sobrevivência no campo quanto na desconstrução de visões preconceituosas com relação aos seus moradores e trabalhadores. Vale ressaltar que esse preconceito contribuiu diretamente na expulsão e ‘envergonhamento’ da juventude, que negava a sua origem e proveniência campesina quando eram interpelados nas cidades. Assim, na PJR se discute sobre o desejo de reafirmar o campo como lugar de produção e reprodução da vida que a juventude camponesa irá tentar construir instrumentos para se organizar e dizer para todos os cantos do país que existem e precisam ser respeitados em suas especificidades e características próprias.

Diante disso, a organização que forjaram buscou construir formas de organizar as juventudes camponesas em diversos espaços que refletissem sobre a importância do campo em suas vidas, independentemente de estarem no meio rural ou passando um tempo na cidade, seja para estudar ou trabalhar. Assim, criou três formas de organizar sua base através de pequenos grupos, a saber:

I – Grupos de Vivência que reúne jovens camponeses que estejam na cidade temporariamente para estudar ou trabalhar e decidiram se reunir para tratar sobre o campo, assim mantendo o vínculo afetivo com este espaço;

II – Grupos nas Comunidades que são compostos por jovens de uma ou mais comunidades que decidiram se organizar para discutir e intervir sobre os problemas locais;

III – Grupos de Produção e Resistência - GPR que também são grupos nas comunidades,

sendo o diferencial deles a produção em torno de alguma matéria-prima disponível localmente, como frutas que servem para fazer doces e polpas. Além disso, artesanatos em geral e a comercialização de mudas, por exemplo.

Apesar das funções e diferenças entre cada um deles, o substrato que os alimenta e os motiva a continuarem se auto-organizando é a animação instigada pela mística e a leitura libertadora da Bíblia. Essa hermenêutica fornece o alimento da reflexão e a indignação necessária que provoca a observação, o julgamento e a intervenção nos problemas vivenciados cotidianamente nas comunidades e na sociedade de um modo geral. Trata-se de um sujeito coletivo que tenta criar uma identidade comum tais como, sindicatos, partidos políticos, movimentos sociais populares e pastorais, entre outros. Neste sentido, conforme o documento de Organização da Pastoral da Juventude Rural (cf. Anexo B):

Tendo sempre a perspectiva da organização a partir dos interesses objetivos e subjetivos dos jovens e das categorias de trabalhadores e trabalhadoras rurais, a PJR entende que a organização deve estar permeada pela motivação dos jovens rurais, bem como pelo seu desejo de tornarem-se participantes ativos desde suas próprias comunidades rurais, associações de pequenos agricultores, sindicatos de trabalhadores rurais, cooperativas, associações de classe e de luta e partidos políticos comprometidos com as causas populares. (Organização da Pastoral da Juventude Rural. **Anexo B**)

A PJR realizou oito (8) assembleias nacionais que foram fundamentais nos seus delineamentos organizativos¹⁴. O último levantamento sobre a situação organizativa e a distribuição dos grupos no território brasileiro foi realizado para a VIII Assembleia Nacional da PJR que ocorreu em janeiro de 2017, em Caruaru/PE. A situação da pastoral à época se encontrava da seguinte maneira:

Nosso levantamento em 2016 diz que: Estamos presentes em 15 estados (AC, CE, AL, PB, PE, RN, SE, BA, MG, ES, RJ, RS, SC, GO e TO (nos últimos anos alcançamos articulação no estado do Acre, mas estivemos sem a participação nas atividades nacionais de SP, PR, MA, RO, PI, MT, MS, PA e sem articulação em AM, RR, AP e no DF), alcançando 286 municípios pertencentes a 74 Dioceses, organizados em 1859 grupos de base, com aproximadamente 15,1 mil jovens rurais (uma média de 8,1 jovens por grupo). Há também jovens presentes de outras denominações cristãs e jovens que não seguem nenhum tipo de religião. (PJR BRASIL, 2016, n/p)

¹⁴ Quem desejar aprofundar mais sobre a história da pastoral, vale a pena conferir os materiais disponíveis no seu sítio eletrônico (www.pjrbrasil.wordpress.com). O mesmo reúne uma série de textos sobre a forma de atuação, como a identidade, a missão e os princípios organizativos. Além do registro de atividades realizadas pelos grupos de base em todo o país.

Cabe destacar que esses números estão defasados, uma vez que foram sistematizados há mais de cinco anos. Mas, como não dispomos no momento de um levantamento atualizado devido à Pandemia de Covid-19 que impossibilitou a realização da IX Assembleia Nacional, que deveria ter sido realizada em 2021. As Assembleias Nacionais ocorrem a cada quatro anos e reúnem delegados(as) de forma proporcional em relação à quantidade de grupos nos Estados – na sua preparação se inclui o levantamento de informações sobre os/as militantes.

Ademais, desde sua criação em 1983, a PJR já realizou três congressos nacionais que reuniram milhares de jovens camponeses de todo o Brasil. O primeiro e o segundo foram realizados respectivamente nos anos 2000 e 2006, em Brasília/DF. O terceiro e último foi realizado em 2014, em Recife/PE. Esses três espaços foram importantes para reunir um contingente importante de jovens rurais de todo o país.

Por fim, cabe ressaltar que desde o ano de 2008, a PJR é filiada à Via Campesina Internacional¹⁵, articulação que permitiu o envio de diversas lideranças e militantes para participarem de atividades internacionais, como cursos intensivos, brigadas e graduações em diversos países da América Latina. Além disso, em 2009, a região Nordeste do país passou a ser o espaço de atuação prioritária, devido concentrar a maioria de jovens camponeses(as) empobrecidos(as), como é o foco da PJR, com inspiração na hermenêutica da Teologia da Libertação.

4.2. A Pedagogia da PJR e suas dimensões

A pesquisa de campo foi guiada pelas questões iniciais: em que medida a Pastoral da Juventude Rural pode ser vista como um princípio, uma matriz formadora, educativa? Poderíamos falar de uma pedagogia da Pastoral da Juventude Rural? De quem fala ou em nome de quem age e fala a Pastoral da Juventude Rural? Em que medida as práticas pedagógicas levadas a cabo pela PJR têm buscado superar ou romper com os estigmas e preconceitos dispensados ao campo, principalmente as juventudes?

Decerto, o histórico da PJR e seus documentos já apontam elementos que nos mostram a existência de uma pedagogia em sua proposta. Podemos afirmar que existe uma pedagogia da Pastoral da Juventude Rural, que vem sendo construída e reelaborada a partir dos inúmeros sujeitos que passaram pelos seus grupos de base e instâncias deliberativas, como as assembleias

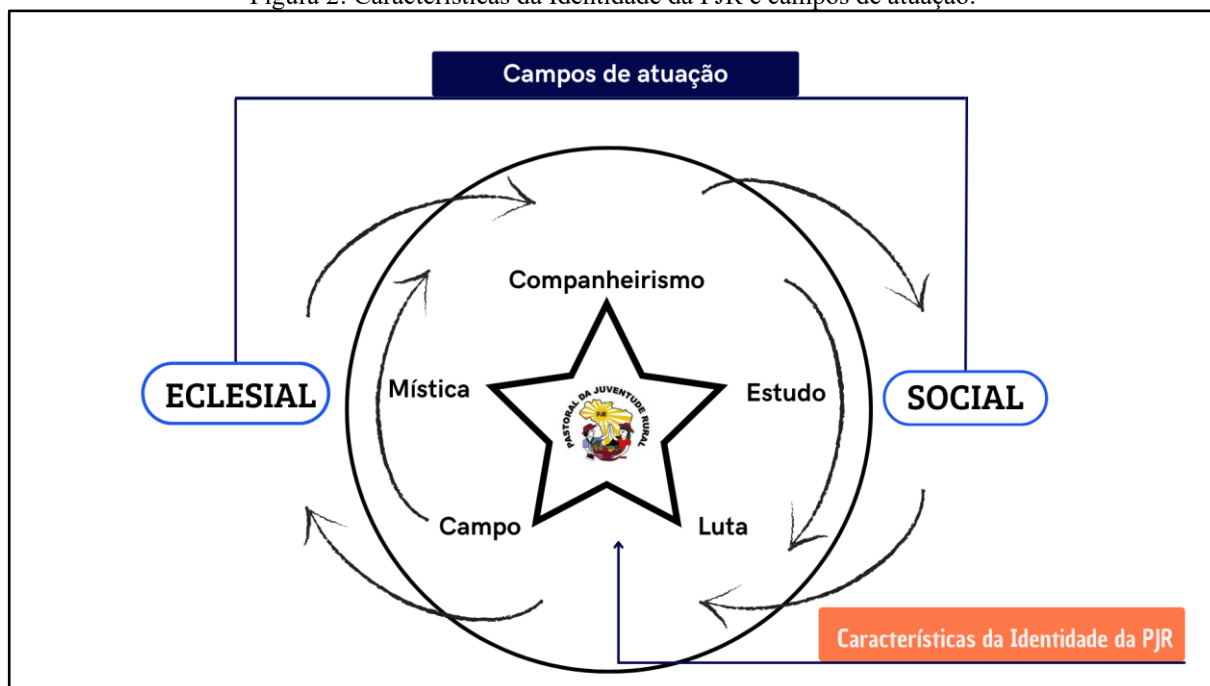
¹⁵ A Via Campesina é uma articulação internacional que reúne movimentos e grupos que atuam no campo, a exemplo do MST e da PJR. Saiba mais no endereço eletrônico: <https://viacampesina.org/en/>.

nacionais, diocesanas e paroquiais, congressos nacionais, seminários, entre outros. Como ponderamos anteriormente, trata-se de uma pedagogia que bebe em diferentes concepções pedagógicas, que envolvem diretamente a Teologia da Libertação, Educação Popular e a Educação do Campo, entre outras experiências constituídas no seio das classes populares, sobretudo na América Latina. Portanto, o que pretendemos agora, é apresentar e discutir sobre as características dessa pedagogia e como ela reverbera nos sujeitos que participam dos processos educativos promovidos pela Pastoral. Para tanto, recorreremos sobretudo a cinco entrevistas em profundidade com lideranças nacionais. E nos valemos da nossa própria experiência como militante que nos propiciou a observação participante – a chamada pesquisa militante (BRINGEL e VARELLA, 2016; VARELLA e JAUMONT, 2016).

Ainda no que tange ao tratamento e a análise dos dados levantados nas entrevistas, tivemos como horizonte a seguinte reflexão do historiador italiano, Alessandro Portelli (1997, p. 27), de que: “A objetividade científica não consiste em nos ausentarmos da cena do discurso e em simularmos uma neutralidade que é impossível quanto indesejável. Essa objetividade consiste, antes, em assumir a tarefa da interpretação, que cabe aos intelectuais.”

Porquanto, para facilitar a análise e a sistematização da pesquisa de campo, estamos utilizando como referência o documento *Características da Identidade da PJR*, que foi elaborado pela Coordenação Nacional em 2011. O documento apresenta de forma sucinta e esquemática os elementos característicos que envolvem a formação dos sujeitos que participam de suas bases. De fato, o exame das entrevistas revela o quão marcante são essas características nas lideranças entrevistadas, dessa maneira, facilitando o agrupamento de nossas categorias de análise. Vejamos a ilustração a seguir, que é uma adaptação que fizemos a partir da que consta no documento supracitado (cf. Anexo E).

Figura 2: Características da Identidade da PJR e campos de atuação.



Fonte: Documento Características da Identidade da PJR – **Anexo E** (Elaboração própria)

Ao adaptarmos a ilustração queríamos destacar a ideia de circularidade e as trocas que ocorrem entre as características identitárias da PJR e os campos em que ela atua. Além disso, cabe destacar que essa circularidade é responsável pela reatualização dos elementos destacados ao centro da imagem. Isso significa que existe uma relação profunda com o processo histórico e conjuntural da sociedade, que podemos visualizar nas diferentes explicações e justificativas de como as lideranças entrevistadas compreendem a mística, a religião e a luta política, por exemplo.

Neste sentido, para facilitar a sistematização tomaremos como referência os termos que compõem as cinco pontas da estrela, a fim de discutir como esses elementos se manifestam nas narrativas das lideranças entrevistadas. Como também as contribuições desse conjunto de características nos seus processos de formação política e religiosa, tendo em vista as suas relações pessoais, interpessoais, militantes e/ou profissionais.

De acordo com a ilustração (figura 2), a PJR atua em dois campos, o eclesial (religioso) e o social (compreendido como espaço político). Além disso, possui cinco características que a identifica, a saber: a mística, a luta, o campo, o estudo e o companheirismo. Como a própria imagem ilustra, existe uma circularidade e interação entre os elementos, que podem se manifestar de diferentes formas na militância. Diante disso, a apresentação de cada uma separada é basicamente por fins didáticos, portanto, devemos observá-las de forma dinâmica e integralizada. Por fim, como se tratam de elementos pedagógicos, que são mobilizados e

reafirmados nos espaços de estudo e formação, podemos afirmar que cada característica, pode ser compreendida, como sendo: Pedagogia da Mística; Pedagogia da Luta; Pedagogia do Estudo; Pedagogia do Campo e Pedagogia do Companheirismo.

I. A mística da PJR e suas três raízes

A pedagogia da mística aparece como uma dimensão importante e imprescindível dos processos de formação da PJR, por se tratar de uma prática que mobiliza os aspectos mais emocionais e subjetivos da militância. O modo como desperta o sentimento e a sensação de uma vivência prática e subjetiva da espiritualidade, torna a mística um momento que podemos definir, como sendo um espaço de conexão entre os sujeitos, a fé em Deus e suas lutas. Todavia, esse processo não é homogêneo, e cada sujeito é tocado por ela de forma diversa. Por isso, é tão difícil enquadrá-la dentro de uma única definição ou explicação.

Não é simples explicá-la exatamente porque sua lógica de significação não se expressa tanto em palavras, mas muito mais em gestos, em símbolos, em emoções. Na própria palavra está contido o limite de sua compreensão: mística quer dizer *mistério*, ou seja, se for completamente desvelada perderá a essência do seu sentido. (CALDART, 2000, p. 133-134. Grifo da autora)

Esses elementos destacados no excerto anterior, convergem com a explicação que forneceu o militante da PJR José Davi Ferreira de Lima (2022) quando questionado sobre a mística e sua importância nos espaços de formação:

A mística é mistério, eu acho que é o inexplicável disso que é a religião, do que é a fé. Mas a gente pode dizer que a mística é alimento, não é alimento físico, é **alimento espiritual para a caminhada**. Mística é o que a gente acredita, é o **que nos faz, é o impulso à ação**, então um militante seco, que não tem sentimento pela causa, ele não vai ter atitudes coerentes. Então a mística é isso. E a nossa mística, especialmente, é uma **mística cristã, muito vinculada ao catolicismo popular**. Enfim, a mística é o **que dá sentido**, como diz aquela música da igreja –“Minha vida tem sentido, cada vez que venho aqui” –, e esse aqui pode ser a igreja física, pode ser a reunião da associação, do grupo de jovens, então é isso, o sentido para a caminhada. (LIMA, 2022, informação verbal)¹⁶

José Davi ressalta elementos importantes que diferenciam a mística da pastoral. A fé cristã aparece como impulso para ação, como sentimento de solidariedade com as situações de

¹⁶ Informação concedida pelo representante da coordenação nacional da PJR pelo Estado de Sergipe, José Davi F. de Lima, em 13/04/2022.

opressão, como sentido para a práxis. Essa “motivação” espiritual para a militância que caracteriza essa pedagogia da mística. Ele confirma o que está expresso no documento (cf. Anexo E) que apresenta os elementos que caracterizam a mística da PJR, a saber:

A mística da PJR exige o entrelaçamento de três raízes (como se formasse a unidade de uma trança): **a Camponesa ligada a Mãe Terra, a Cristã embasada em Jesus de Nazaré**, martirizado e ressuscitado, e a **Luta Popular** com sua raiz que bebe na memória subversiva dos pobres e seu projeto popular. Precisamos nos alimentar da mística e dela alimentar a nossa práxis. (Documento: Característica da Identidade da PJR. **Anexo E**)

As três raízes que compõem a mística da PJR de forma entrelaçada: a vida camponesa, a fé cristã e a luta popular. Nas práticas dos encontros e celebrações envolvem a utilização de elementos que representam cada uma delas. Esses símbolos são, geralmente, as ferramentas de trabalho no campo e os frutos da colheita; a Bíblia e, por fim, a história de pessoas que foram assassinadas (mártires) defendendo a causa dos explorados e oprimidos. Diante disso, ao analisarmos as falas das lideranças entrevistadas, percebemos o quanto o entrelaçamento desses elementos aparece em suas narrativas e o quanto influíram em seus processos formativos, tanto em termos religiosos quanto políticos. Pois, ao passo que evocam a importância da religião e da vivência de uma espiritualidade libertadora, reforçam que essas dependem diretamente de uma ação política efetiva. Neste sentido, vivenciam a mística como alimento, horizonte, luz e motivação para a luta contra as opressões. A mística possui também uma expressão artística em músicas e poesias – transcendendo a lógica de uma racionalidade meramente cognitiva. E ainda a relação de harmonia com a natureza, como fonte de vida e inspiração para a luta, aspectos demonstrados na fala exemplar da entrevistada Nagila Sousa Andrade (2022):

A mística é muito importante para **manter a nossa fé, a nossa vontade de continuar viva**. Então a gente sempre utiliza da **poesia, da música, da motivação bíblica** também. E essas são coisas que a gente busca **inspiração na mãe-terra**, na natureza para poder manter essa nossa vontade e esse ser militante, essa luz acesa. (ANDRADE, 2022, informação verbal)¹⁷

Diferente de uma fé que aliena e se conforma com os desígnios de Deus, a mística da PJR impele à luta. Assim, o entrelaçamento das raízes aparece nos relatos das lideranças como sendo elementos fundamentais do processo de envolvimento dos sujeitos na organização, por se sentirem atravessados pela energia provocada pela mística e se enxergarem representados

¹⁷ Informação concedida pela representante da coordenação nacional da PJR pelo estado da Bahia, Nagila Sousa Andrade, em 14/04/2022.

nos elementos supracitados.

Além disso, é interessante destacar que os grupos, coletivos e organizações constroem as suas místicas tendo como referências os elementos que caracterizam a sua organicidade, fazendo o resgate dos processos vivenciados, as bandeiras de lutas, as conquistas e as motivações que os mantêm organizados, por exemplo.

Fica evidente nas falas e nos documentos o envolvimento de temas sociais, tais como, o acesso à terra, renda, educação, trabalho e saúde. A linguagem dos direitos e da “necessidade de lutar por eles”. Nesse contexto, a luta é vista como indispensável, já que dialoga com a realidade e a necessidade dos sujeitos, que veem nela a saída possível para a efetivação desses direitos. Essa forma de encarar a mística também está presente na Pedagogia do MST, como observou Roseli Caldart.

A mística é exatamente a capacidade de **produzir significados para dimensões da realidade que estão e não estão presentes**, e que geralmente remetem as pessoas ao futuro, à **utopia** do que ainda não é mas pode vir a ser, com a perseverança e o sacrifício de cada um. É **uma experiência pessoal, mas necessariamente produzida em uma coletividade**, porque o sentimento que lhe gera é fruto de convicções e valores construídos no convívio em torno de causas comuns. (CALDART, 2000, p. 134-135) grifos nossos

De forma prática, esses momentos de místicas estão presentes nos espaços de formação e encontros em geral. Eles mobilizam os elementos citados anteriormente (da vida cotidiana do campo, da luta popular e da fé cristã) em contextos nos quais são embalados por cantos e poesias. Assim, a PJR reforça os elementos constitutivos da sua pedagogia e sua visão de mundo, de forma mais indireta. Essa forma de ser igreja é repetida nos diversos grupos no país e faz com que em encontros nacionais, por mais que sejam de lugares e realidades diferentes ao se encontrarem nas atividades, acabam se enxergando uns nos outros e percebendo que não estão sozinhos.

A mística também fortalece os laços de solidariedade entre esses sujeitos, que ao se reunirem percebem que muitos dos problemas vivenciados são comuns. A partir dessa constatação, vislumbram a possibilidade de construírem coletivamente mecanismos que contribuam na solução dos problemas que os atingem em suas comunidades. Desse modo, podemos visualizar uma convergência direta com os pressupostos básicos da Educação Popular e da Educação do Campo, enquanto práticas pedagógicas e modelos educativos que mobilizam os sujeitos a se engajarem nas transformações sociais (CALDART, 2009; PALUDO, 2010; FREIRE, 2020).

Gilmara Francisca da Silva (2022), por exemplo, destacou na entrevista que seu

interesse em atuar na pastoral, ocorreu na primeira atividade em que participou, pois, a mística realizada dialogou diretamente com o que ela vivia em sua comunidade. (SILVA, 2022, informação verbal)¹⁸. Essa percepção foi reforçada por Kleitinho Mendes de Albuquerque (2021) ao afirmar que a “mística da PJR é bastante forte e que ninguém, que já tenha participado de alguma atividade da pastoral, voltou para casa do mesmo jeito”. (ALBUQUERQUE, 2021, informação verbal)¹⁹. A mensagem que o momento místico transmite é profunda e instigante, provocando nos participantes uma identificação imediata com os elementos expostos durante o ato.

Por isso, a mística assume uma importância fundamental nas atividades da PJR, por mobilizar elementos religiosos e políticos que contribuem no processo de formação das juventudes camponesas. E ao mesmo tempo, instigá-las a lutarem por melhores condições de vida no campo, tendo como princípios básicos a solidariedade; a vivência libertadora da fé (que inclui o respeito às diversidades sexuais e de gênero); o respeito à natureza, traduzida em práticas como a agroecologia, entre outras. Tais princípios se ancoram na construção de um projeto de sociedade alternativo ao modelo atual, que é baseado e sustentado pelas relações de exploração excessiva dos seres humanos e da natureza, conforme as reflexões de Freire (1978; 2020). Nesse sentido, além de ter como referência a Teologia da Libertação (no tocante à fé cristã) aproxima-se da proposta da Educação Popular e da Educação do Campo na crítica ao sistema capitalista.

II. *A luta por um Projeto Popular de Sociedade e de Campo*

A pedagogia da mística leva à luta por uma nova sociedade. A Teologia da Libertação trata da “construção do Reino de Deus” aqui e agora. Um mundo novo, com homens e mulheres novas com justiça e pão em todas as mesas, como diz o poeta Zé Vicente. Essa perspectiva vai estar sempre presente nos processos de formação promovidos pela Pastoral da Juventude Rural. A luta assume uma dimensão fundante e imprescindível diante das necessidades vivenciadas pelas juventudes camponesas. Se a mística é o alimento espiritual e a força instigante para resistir contra as injustiças, a luta é o alimento que garante a materialidade das reivindicações, por melhores condições de vida no campo. Além disso, para a PJR, ela se trata de um

¹⁸ Informação concedida pela representante da coordenação nacional da PJR pelo estado do Rio Grande do Norte, Gilmara Francisca da Silva, em 18/04/2022.

¹⁹ Informação concedida pelo assessor nacional da PJR pelo estado da Paraíba, Kleitinho Mendes de Albuquerque, em 17/11/2021.

compromisso instigado “[...] por motivação cristã, em vista da transformação da realidade, rumo a um Projeto Popular, inclusive de Campo, que leve a uma sociedade para além do capital”. (Cf. Características da Identidade da PJR. **Anexo E**).

Neste sentido, a luta não busca somente a garantia de direitos ou concessões, mas a superação de um modelo de sociedade que causa destruição, exploração e exclusão da grande maioria da população mundial, o capitalismo. Diante disso, podemos pensar a luta na PJR, como substrato fundamental de sua pedagogia, que não se resume somente às atividades que promove, mas na relação que estabelece com outros organismos educativos, como as outras pastorais, as instituições estatais e os movimentos sociais (GOHN, 2011).

Ao entrevistarmos Paulo Romário de Lima (2022) ouvimos que um dos objetivos da PJR é a transformação radical da sociedade, para além, da defesa dos interesses das juventudes camponesas. Neste sentido, ele define esse processo a partir dos seguintes termos:

Transformação radical da sociedade que nós chamamos de um **Projeto Popular para o Brasil**. O que seria isso? É a profunda **democratização da terra no Brasil, é a profunda democratização da educação, é a profunda democratização da moradia, é a profunda transformação do nosso sistema social patriarcal, que é racista, que é lgbtfóbico**. [...] Então esse Projeto Popular para o Brasil quer dizer sem mais delongas, uma sociedade sem patrões. Uma sociedade sem opressões. E esse é um passo à frente, digamos assim, que a PJR dá em relação a outras pastorais e foi o movimento da história, o movimento político que vai nos empurrando para esse processo de transformação. (LIMA, 2022, informação verbal)²⁰

Como podemos perceber na passagem acima, a PJR tem como horizonte a transformação revolucionária da sociedade, por compreender que o modelo vigente é excludente e baseado na exploração desenfreada tanto de seres humanos quanto da natureza. De modo geral, é uma utopia que tem alimentado as diversas gerações que passaram pelas suas bases e que buscam através do embate político construir alternativas que garantam a dignidade humana e a preservação dos bens naturais. Ao tratar das questões do racismo e da lgbtfobia vai além da Teologia da Libertação em seus termos originais que estava centrada na opressão de classes.

Diante disso, a concepção de luta expressa na fala das lideranças entrevistadas está diretamente entrelaçada entre o que é considerado como parte das práticas sociais de Jesus Cristo, expressas nos evangelhos. Por exemplo, o Reino de Deus a PJR traduz como sendo o Projeto Popular para o Brasil. Ou seja, a consagração de uma sociedade livre da exploração e

²⁰ Informação concedida pelo secretário nacional da PJR, Paulo Romário de Lima, em 21/03/2022.

da violência, onde todos possam gozar de liberdade e acessar os frutos que a Mãe Terra produz. Neste sentido, apontam que há uma coincidência entre o que a PJR defende e as práticas de Jesus Cristo, que lutou contra os poderosos da época em que viveu. A militância é parte do seguimento de Jesus.

Além disso, podemos destacar a ressignificação de quem foi Jesus Cristo, numa perspectiva dos oprimidos e violentados social e economicamente. Uma divindade que está no meio dos pobres e que com eles, se organiza para a transformação da sociedade. Portanto, ao assumir o compromisso com as demandas políticas das juventudes do campo, a PJR está reafirmando os compromissos manifestados por Jesus Cristo – seguindo a Teologia da Libertação. Assim sendo, a reflexão de Paulo Romário de Lima (2022) é bastante expressiva:

Veja só, no momento que a gente está participando de um processo, de uma luta camponesa, de uma luta conjunta, com os movimentos sociais do campo, de maneira alguma nós estamos em contradição ou negando a nossa origem religiosa. Muito pelo contrário, a gente está reafirmando-a, estamos reafirmando-a numa perspectiva de libertação do nosso povo, da nossa juventude. Na perspectiva de colocar, de construir com essa juventude camponesa, para que nossas palavras de ordem “terra, pão e dignidade” não sejam palavras vazias. É na luta, é na resistência que a gente se forma, que a gente se forja e que a gente constrói um novo amanhecer (LIMA, 2022, informação verbal).²¹

Essa reflexão é importante, por subverter a lógica, que infelizmente, muitas pessoas ainda reproduzem de que política e religião não se misturam ou não devem ser discutidas. Como tratamos nos capítulos anteriores, a partir das reflexões de Lowy (2016), que política e religião na América Latina estão entrelaçadas, influenciando diretamente nas decisões políticas e tomadas de posições sobre diversos temas de interesse público em muitos países da região. Portanto, esse envolvimento é fundamental tanto para a conquista de direitos quanto para a efetivação deles. Por isso, a PJR investe bastante na formação para o engajamento político da sua militância, por compreender que não basta rezar e/ou frequentar os espaços religiosos, se essa vivência religiosa não estiver comprometida com a superação das opressões e a construção de uma sociedade justa e acolhedora.

Quanto aos ensinamentos que tudo isso provoca, a fala do entrevistado Antônio Gilvan Gomes Costa (2022) é bastante expressiva e ilustradora de como a Pastoral contribui nesse processo de envolvimento político e a importância que isso assume na tomada de posição dos sujeitos envolvidos:

²¹ Informação concedida pelo secretário nacional da PJR, Paulo Romário de Lima, em 21/03/2022.

As reflexões feita na PJR me ajudaram a entender que a gente tem que ir contra esse sistema, que temos que nos colocar, se posicionar, tem que entender a realidade e ver aquilo que é bom para a gente, tanto no sentido dessa política mais municipal, mais local, mas da política de modo geral. Então como as coisas são feitas na comunidade, dialogadas, discutidas e aí penso que me abriu os olhos para essas coisas. Porque eu ficava pensando que política era tudo a mesma coisa e que não tinha como ir para a frente, que não tinha como apoiar ninguém, não tinha como dar um voto bem dado, porque nada prestava e aí na PJR, eu fui procurando saídas e encontrando saídas, até no sentido de votar. Não que a PJR seja uma pastoral politiqueria no sentido de apoiar candidatos ou declarar votos, mas pelas formas que as coisas são feitas a gente vai entendendo alguns caminhos (COSTA, 2022, informação verbal)²².

Como podemos notar na explanação acima, a participação na PJR contribuiu para o alargamento da compreensão do que seja a política. A luta também se dá de outras formas, como a participação nos espaços de decisão comunitária. O engajamento nas atividades comunitárias é um preceito fundamental da luta e da forma como a participação no grupo de base da PJR, vai ajudando os sujeitos a se perceberem, enquanto atores políticos e sociais. Desse modo, a PJR tem insistido na mobilização e na participação em manifestações, ocupação de espaços de decisão e o envolvimento com as demais organizações e partidos políticos comprometidos com os ideais que defende. Quanto às perspectivas educativas da luta, Caldart (2000), reflete que:

[...] o próprio princípio educativo da luta precisa ser compreendido na combinação com outros ingredientes pedagógicos que a conformam como educativa, ou como formadora de sujeitos. Quer dizer, nenhum princípio educativo se realiza na prática senão como parte de um movimento maior que o produz, transcende e, ao mesmo tempo, expressa. (CALDART, 2000, p. 229)

Assim sendo, podemos inferir, que no caso da PJR, esse movimento maior, se assenta na construção do Projeto Popular para o Brasil, que a transcende e encontra eco em diversas organizações, também desejosas que esse projeto ganhe corporeidade no seio da sociedade. Diante disso, a luta que realizamos publicamente assume a função de chegar a outras pessoas e sensibilizá-las, através do exemplo, que a construção de uma outra sociedade é possível e necessária, se quisermos postergar o colapso do planeta Terra, que já apresenta muitos sinais de esgotamento, devido a exploração desenfreada.

Por fim, a inserção em organizações sociais e políticas contribui diretamente nos processos de formação e nos caminhos que os sujeitos trilham em suas vidas, política e profissionalmente, por exemplo. Desse modo, é possível inferir que as instituições não só

²² Informação concedida pelo coordenador regional da PJR, na diocese de Crateús no Ceará, Antonio Gilvan Gomes Costa, em 12/04/2022.

contribuem no processo de conscientização, mas também no processo de descoberta consciente de suas capacidades vocacionais e laborais dos indivíduos.

III. O Campo como espaço de atuação

Nesse contexto de lutas, o campo corresponde tanto ao espaço de atuação da pastoral quanto a uma construção sócio-histórica que ultrapassa a reprodução da vida e a produção de alimentos. Neste sentido, ele é compreendido como um espaço construído cultural e politicamente. A diferença em relação a cidade, é que historicamente ele e seus ocupantes foram colocados numa situação de atraso, que gerou muitos preconceitos e designações pejorativas, até hoje alimentadas através de diferentes meios, o que contribui para que muitas pessoas neguem suas raízes camponesas.

Diante disso, a PJR entende que o campo deve ser “[...] compreendido como um lugar de vida digna, de convivência ou sintonia com a natureza, onde procuramos desenvolver uma atividade concreta de trabalho, agroecológica, cooperação, ensaiando a mudança da matriz produtiva”. (cf. Características da Identidade da PJR. **Anexo E**). Essa reflexão compreende o campo em suas múltiplas dimensões e particularidades, sem deixar de reconhecer a importância que este assume no meio produtivo, mas reforçando que é preciso ensaiar em outros moldes a forma de produção de alimentos para atender às nossas necessidades.

Todavia, segundo Caldart (2009, p. 53),

[...] não há como construir um projeto alternativo de campo em nosso país sem ampliar as lutas, sem ampliar o leque de alianças, inclusive para além do campo; e não tem como avançar em transformações importantes sem incluir na agenda de lutas a questão da democratização do Estado, com todas ou por todas as contradições que isso encerra.

Essa reflexão também permeia os espaços de debate e formação da PJR, uma vez que reconhece os limites de sua atuação. Por isso, insiste na política de alianças e no diálogo com diversos setores sociais, tanto religiosos quanto políticos, a fim de conseguir chegar a mais jovens camponeses. Quanto ao Estado, reconhece que a sua própria democratização perpassa pela inclusão dos grupos excluídos e marginalizados em suas diferentes instâncias.

Nas entrevistas a dimensão de campo aparece muito ligada à questão da identidade camponesa, que é fundamental para o processo de identificação e consequentemente de valorização do meio rural. Ou seja, ao passo que reconhecem as dificuldades e as limitações que foram impostas ao longo dos anos, procuram ressignificar o espaço, evocando sua

diversidade, oportunidades e possibilidades de reprodução da vida.

Neste sentido, a PJR tem atuado, segundo o assessor nacional da PJR, Kleitinho M. de Albuquerque (2021), visando:

[...] avançar na construção das políticas públicas de juventude e tornar esse campo um lugar com mais dignidade, com mais oportunidade e que migrar fosse uma escolha e não uma imposição como historicamente tem sido. [...] No campo boa parte dos camponeses não têm terra, então são questões que determinam se a vida do campo, a vida camponesa se reproduz ou não. (ALBUQUERQUE, 2021, informação verbal)²³

Dois elementos importantes, o primeiro com relação a migração como uma escolha, já que histórica e culturalmente as populações do campo têm sido expulsas, através de inúmeros mecanismos, como a negação do acesso aos serviços públicos básicos, como educação, saúde, emprego, entre outros. O segundo se refere à concentração das terras agrárias, historicamente, demarcado pela colonização feita por latifúndios e escravidão, culminando na famigerada Lei de Terras de 1850. Esse instrumento legal serviu para a manutenção dos grandes latifúndios e impossibilitou que escravizados no antes e pós-abolição ficassem impedidos de acessar a terra, já que não tinham como arcar com os custos da aquisição. Ou seja, negar o acesso ao instrumento produtivo das famílias camponesas, também tem sido uma forma de expulsá-las.

Para a militante Gilmara F. da Silva, a participação na PJR ajudou-a a compreender os motivos dessas dificuldades e contribuiu no seu processo de reconhecimento enquanto jovem camponesa (SILVA, 2022, informação verbal)²⁴. A militante Nagila S. Andrade, por sua vez, afirmou que por ter ingressado, ainda criança, numa Escola de Família Agrícola - EFA, construiu uma relação muito profícua com o campo. E seu ingresso na PJR foi motivado pela necessidade de continuar após sair da escola, alimentando essa relação com o meio rural e também poder contribuir com o que aprendeu durante o período em que estudou na referida instituição escolar (ANDRADE, 2022, informação verbal)²⁵.

Esse processo é dinâmico, e, como aponta na sua fala Paulo Romário de Lima (2022), existe uma "urbanização do campo", ele reconhece que devido aos avanços tecnológicos o campo tem sido cada dia mais influenciado e afetado pelas dinâmicas e aspectos culturais da cidade. Ressalta ainda que a juventude do campo tem suas demandas específicas. Nesse sentido,

²³ Informação concedida pelo assessor nacional da PJR pelo estado da Paraíba, Kleitinho Mendes de Albuquerque, em 17/11/2021.

²⁴ Informação concedida pela representante da coordenação nacional da PJR pelo estado do Rio Grande do Norte, Gilmara Francisca da Silva, em 18/04/2022.

²⁵ Informação concedida pela representante da coordenação nacional da PJR pelo estado da Bahia, Nagila Sousa Andrade, em 14/04/2022.

ele alerta que:

Embora ainda exista um processo de urbanização do campo muito grande, mas a juventude do campo tem suas especificidades enquanto o que é ser juventude camponesa. Seja pelo dia a dia do lidar com a roça, enfim, seja pelos próprios processos de opressão, que são diferentes de ser no campo e diferente de ser na cidade. (LIMA, 2022, informação verbal)²⁶

Esse processo de reconhecer o campo como espaço diferente, não tem por objetivo criar uma cisão ou tampouco reforçar divergências, mas realçar que nas vivências diárias existe uma prática, uma cultura que é vivenciada a partir da realidade desse espaço e que, portanto, precisam ser respeitadas e valorizadas. As visões, por exemplo, que dizem que o campo está cada dia mais igual a cidade, também servem para maquiagem ou esconder as diferenças e especificidades. De modo geral, no campo, por exemplo, existem muitas dificuldades de acesso aos serviços públicos por esses se concentrarem, em sua maioria, nas cidades.

Portanto, a PJR entende que é tarefa de sua militância também realizar pesquisas e sistematizar as experiências, a fim de construir materiais que combatam preconceitos e inverdades sobre o meio rural. Essa dimensão está muito relacionada com o momento do VER, no método VER-JULGAR-AGIR. Conhecer a realidade na qual está inserida faz parte da construção desse momento do método.

IV. *A teorização da prática através do estudo*

Sendo assim, existe uma preocupação em conhecer a realidade que deve passar pelo estudo, pela forma não alienante de apreensão do conhecimento – diferente de outros grupos religiosos. Nessa perspectiva, o estudo é uma das dimensões mais importantes, por atravessar todas as dimensões que caracterizam a identidade da PJR. O estudo compõe o leque de apropriação, discussão e reflexão de todas as práticas da pastoral. Além disso, é através do estudo que conhecemos a nossa realidade e também as possibilidades de a transformar, propondo novas formas organizativas, produtivas e econômicas que garantam vida digna para todos.

Vivemos em uma sociedade em disputa, como destacamos em outras passagens desse texto, por isso, a necessidade e a importância dos processos de formação e estudo. Para nos apropriarmos dos conhecimentos que produzimos a partir de nossas experiências socioculturais

²⁶ Informação concedida pelo secretário nacional da PJR, Paulo Romário de Lima, em 21/03/2022.

e materiais e, contrapô-los às narrativas dominantes, que em sua maioria não condizem com a nossa realidade. Assim, tanto a instrução quanto a produção de materiais decorrentes de nossas pesquisas são fundamentais para que tenhamos argumentos sólidos para defender o projeto de sociedade que acreditamos ser o mais adequado.

Neste sentido, a PJR defende: “O **Estudo** como necessidade de aprofundamento ou formação, a partir das demandas de teorização de nossa prática, o que inclui a formação política que nos prepara para atuarmos no mundo, bem como a profissional e universitária.” (cf. Características da Identidade da PJR. **Anexo E**). Assim sendo, a dimensão do estudo perpassa os espaços sociais, envolvendo as reflexões e as produções textuais e artístico-culturais que a militância consegue colocar em prática nas reuniões de grupo, nos eventos e/ou na vivência cotidiana em suas comunidades.

Além disso, ressaltamos que o estudo não envolve somente a leitura e a escrita, mas as vivências de experiências que aguçam o olhar e a escuta sensível daquilo que é vivenciado cotidianamente. Uma vez que, o modelo de sociedade vigente é excludente e não garante de forma igualitária o acesso à educação formal, logo, entendemos que nem todos fazem a leitura do mundo a partir da leitura de textos ou livros, mas a partir daquilo que é compartilhado em outras linguagens, como as gestuais, corporais e visuais, entre outras formas de comunicação.

Apesar das limitações que ainda persistem no meio rural quanto ao acesso a uma formação universitária adequada para as juventudes, devido a maioria das Universidades estarem localizadas nos centros urbanos. A PJR, em parceria com outras organizações e movimentos sociais do campo, têm cada vez mais oportunizado que sua militância chegue à universidade e faça de suas realidades objetos de pesquisa e produção de conhecimento. Mais uma vez, a intencionalidade por trás dessa iniciativa é a necessidade de produção de contranarrativas sobre as mistificações que ainda recaem sobre o campo e seus habitantes.

Em suma, os conhecimentos produzidos por quem vivencia a experiência direta é fundamental para a constituição de outras visões que combatam tais preconceitos e reafirmem as potencialidades da vida no meio rural. Por isso, diferente dos processos educativos dominantes, que, em sua maioria, procuram sempre negar sua intencionalidade, como tratamos no capítulo anterior. Nos espaços de formação da PJR, essa é sempre evidenciada, como podemos observar na fala do militante Antonio Gilvan G. Costa (2022), quando questionado sobre o que aprendeu na Pastoral:

[...] aprendi a ter uma espiritualidade mais encarnada na minha realidade e no campo. Aprendi a ser camponês e aí está tudo muito ligado a minha identidade,

porque foi a partir das reflexões nesses anos todos de PJR que eu fui fazendo nas assembleias, nos encontros diocesanos e em qualquer outro momento que ajude a gente a pensar. Tudo que é pensado na forma dos encontros para quem está chegando, para quem está participando é no sentido educativo. Então como é que a gente aprende alguma coisa com aquilo ali, como é que aquilo ajuda a mudar a nossa prática. Aí é no cuidado com o nosso quintal que a gente consegue visitar e o pessoal que já tem uma formação consegue orientar, então, ensina, educa para a vida da pessoa. A forma como o trabalho da PJR se dá nos grupos de base a nível paroquial e diocesano é pensando sempre nesse sentido de educar. Educar para a vida dos jovens aquelas práticas que são discutidas, então porque a gente está discutindo sendo que a nossa espiritualidade deve ser libertadora e não conservadora. E aí o que é que aquela reflexão vai gerar na vida dele, que mudança vai acarretar. E aí quando penso em educação do campo, eu penso na luta que a PJR tem somado aqui no território, nestes últimos anos pela política da educação contextualizada nas escolas. Nós não estamos na frente, mas nós estamos no meio segurando a bandeira, ajudando a botar para frente essas discussões. A nossa identidade é de jovem camponês, mas que jovem camponês é esse que faz parte da PJR? (COSTA, 2022, informação verbal)²⁷

Pelo excerto, percebe-se que se trata de um processo educativo que acontece em todos os momentos – como está presente nas reflexões de Caldart (2000), Arroyo (2003) e Gohn (2011) – que sempre reforçam que existe um processo constante de aprendizagem nas diversas experiências construídas pelos movimentos sociais, seja nas manifestações de rua, negociação com os gestores públicos, nos espaços de formação, ocupações de prédios públicos e privados, nas audiências públicas, entre outros. Tudo isso demarcado por uma intencionalidade de formar sujeitos críticos, reflexivos e comprometidos com a construção de uma sociedade que respeite as dinâmicas e especificidades dos diversos grupos que a compõem, como na Educação Popular – que se constitui como uma prática e/ou teoria pedagógica que visa a formação dos indivíduos para que assumam o compromisso político com às transformações sociais. (NOGUEIRA e FREIRE, 1993; FREIRE, 2020).

Neste sentido, resta nos questionarmos que paradigma social queremos e desejamos construir? Entendendo que “[...] sendo jovens camponeses nós podemos ser de todos os jeitos possíveis”. (COSTA, 2022, informação verbal)²⁸. Esses jeitos, muitas vezes, somente são percebidos nos espaços coletivos que ocupam e participam, seja na igreja ou nos movimentos sociais, entre outros meios de organização coletiva. Dessa forma, quando olhamos para as pastorais, podemos concluir que:

²⁷ Informação concedida pelo coordenador regional da PJR, na diocese de Crateús no Ceará, Antonio Gilvan Gomes Costa, em 12/04/2022.

²⁸ Informação concedida pelo coordenador regional da PJR, na diocese de Crateús no Ceará, Antonio Gilvan Gomes Costa, em 12/04/2022.

No momento em que os jovens da cidade e do campo se agrupam, se organizam e se reconhecem como sujeitos e como igreja, concretiza-se o início do processo de formação política e social. Essa formação é propiciada pelo desenvolvimento de uma espiritualidade que, animados pela fé, os libertem; é propiciada pela assunção do compromisso de transformação da sociedade a partir de sua classe; a partir da reflexão de sua vida e de sua prática em seu meio social, valorizando e fortalecendo sua identidade, imprimindo sua cidadania. (LIMA, 2012, p. 95)

Diante disso, podemos afirmar que as teses de Arroyo (2003) e Gohn (2011) sobre os processos de aprendizagem podem ser constatadas na PJR. Fica patente que a participação contribui para que as pessoas se constituam enquanto sujeitos – em sua complexidade e diversidade. E ainda, a partir da pedagogia utilizada pela PJR, que inclui a mística religiosa e o estudo, faz com que percebam as opressões e como elas se perpetuam na sociedade. Uma fé que começa a ser percebida como fonte de impulso para a libertação – fundamento da Teologia da Libertação e da Educação Popular. Formando uma identidade singular. Essa forma de ver o mundo também está presente quando o militante Paulo Romário de Lima (2022), em sua fala, reflete sobre si e como ocorre os processos de identificação da militância com as causas que a PJR defende:

Por exemplo, eu aqui falando como sujeito negro, eu fui muito mais me dar conta do racismo, de como ele é materializado, como é que ele é exercido a partir dos ensinamentos que fui aprendendo com a PJR, dos debates que eu fui acessando com a PJR. E isso também vai nos colocando no processo que é de aprendizado para dentro e para fora. Ao mesmo tempo que a gente vai se transformando e compreendendo isso para dentro, a gente vai colocando isso para fora, colocando para fora numa luta, por exemplo, antirracista. Colocando isso para fora numa luta antipatriarcal. Colocando isso para fora numa luta antilgbtfóbica. Porque a primeira coisa que a gente semeia é que a gente precisa que o jovem camponês se identifique como jovem camponês. Essa identidade da juventude camponesa. Depois como é que ele vai se identificar de fato com a luta pela terra, luta pela água, luta pela geração de renda. Então são processos formativos. A juventude não vai entrar na PJR hoje e daqui há seis (6) meses estar falando em Projeto Popular para o Brasil. Eles vão entrar na PJR hoje e vão vivenciar o processo gradativamente. A partir do momento em que ela toma consciência da sua realidade e que ela se forma, vai formando a sua consciência, ela vai avançando gradativamente para graus diferentes da luta. (LIMA, 2022, informação verbal)²⁹

Essa reflexão expressa o processo pedagógico, que é gradativo, mas que é percebido no sentido de uma "conscientização" – como nos escritos de Paulo Freire (1979, n.p) – que diz que ela “[...] implica, pois, que ultrapássemos a esfera espontânea de apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o

²⁹ Informação concedida pelo secretário nacional da PJR, Paulo Romário de Lima, em 21/03/2022.

homem assume uma posição epistemológica”. Ou seja, nessas vivências vamos acumulando conhecimentos, que vai nos permitindo desmistificar a estrutura social em que estamos inseridos.

Paulo Romário de Lima (2022, informação verbal)³⁰ chama atenção para essa conscientização que também inclui o racismo e todas formas de opressão – ampliando a discussão para uma perspectiva próxima da teoria interseccional, elaborada pelo movimento feminista negro (AKOTIRENE, 2019). E ainda aponta que não é possível mudar do dia para a noite, existe um processo gradativo de mudança e percepção, que diz respeito a realidade de cada militante. Desse modo, é importante destacar que o envolvimento de forma mais orgânica está diretamente ligado aos interesses e a forma como são apresentadas essas lutas para as juventudes. Em outro trecho de seu relato, Paulo Romário reforça a importância de se conhecer a história local e as lutas dos movimentos sociais camponeses.

Assim, ao estudarmos sobre as revoltas, os conflitos e as lutas das classes populares em nossos territórios, podemos superar visões e análises simplistas sobre a sociedade em que vivemos e até mesmo, sobre nós juventudes.

A conscientização pode ser traduzida como o desenvolvimento de uma consciência crítica, capaz de olhar para a realidade, julgá-la e propor soluções. Esse foi um elemento muito forte nas entrevistas. Não se trata de uma crítica vazia e deslocada, mas alicerçada em elementos refletidos e apropriados através de pesquisas e na vivência comunitária das lideranças e dos grupos que compõem. Desse modo, a partir dos relatos das lideranças e dos materiais que consultamos, podemos afirmar que a PJR fomenta um processo de conscientização amplo e que esteja comprometido com a transformação da sociedade. Nesse aspecto, a fala de José Davi F. de Lima (2022), é bastante elucidativa:

A principal contribuição da PJR é na construção de uma consciência crítica. Uma consciência crítica que é religiosa e social, que a gente não pode desvincular essas duas dimensões. Então a Pastoral traz a dimensão libertadora da fé, a gente acaba se formando um cristão que enxerga o mundo pelos óculos da Teologia da Libertação. A gente tem essa característica e acredito que a principal contribuição foi ter despertado essa consciência crítica em mim. Eu acho que a palavra libertação é muito presente na nossa práxis da Pastoral da Juventude Rural. Então, o que a PJR me apresenta de religião, é uma religião libertadora, ao contrário do que hegemonicamente se pensa. Principalmente a partir de uma visão marxista é de que a religião é o ópio, um meio que a ideologia dominante se usa para manter os *status quo* da sociedade, então a religião nessa visão, seria a religião para a dominação. E a religião que a PJR apresenta é uma religião libertadora que forma o ser humano a partir

³⁰ Informação concedida pelo secretário nacional da PJR, Paulo Romário de Lima, em 21/03/2022.

dos ensinamentos de Jesus Cristo, porque nós somos de uma religião cristã, para a libertação das pessoas. E uma libertação que ela não é somente espiritual, é uma libertação material e espiritual, entendendo que essas duas dimensões também andam juntas. O modo de não ver as coisas separadas, a gente ver as coisas integradas. A religião enquanto meio de transformação e libertação das pessoas e, também, formação das pessoas. (LIMA, 2022, informação verbal)³¹

Essa reflexão é potente para compreensão dos aspectos da pedagogia da PJR. O entrevistado elenca muitos elementos que tratam dos entrelaçamentos, entre fé, religião, atuação política e perspectivas sociais. Em termos gerais, o excerto revela a concepção de religião da Teologia da Libertação, em outras palavras, a fé comprometida com a libertação de todas as formas de opressão.

Diante disso, a reflexão coincide com os argumentos de Francisco das Chagas Galvão de Lima (2012) quando se refere aos encontros formativos da Pastoral de Juventude do Meio Popular (PJMP). De certo modo, isso se aplica a outros coletivos que possuem a Teologia da Libertação como referência. A própria utilização do método VER-JULGAR-AGIR a partir da interpretação bíblica libertadora, leva à necessidade de compreensão da realidade (VER), o julgamento à luz da Bíblia, sendo interpretada na chave de leitura da TdL (JULGAR) e que, vai desaguar no que se chama conscientização e que, por essa razão impele à ação (AGIR). Nesse processo, é apontado que para ter consciência do lugar social que ocupamos é importante estar sempre estudando e participando dos espaços formativos. Isso porque sem essas vivências e espaços de formação, os jovens atuantes no grupo, poderiam:

[...] ser levados a análises simplistas da realidade ou não desenvolverem de forma objetiva e clara a consciência necessária a sua práxis libertadora – que o levaria ao campo da ação e participação. Pois, a simples compreensão de que ser jovem do meio popular já seria um projeto alternativo de libertação é extremamente errônea. Esta afirmativa adquire força no pensamento freireano, onde, mesmo o popular pode ser opressor, manipulativo e autoritário sem a devida consciência de estar no mundo. Portanto, a consciência deve levar o jovem à participação. (LIMA, 2012, p. 94)

E esse processo é lento, exige esforço e, ao mesmo tempo, uma dose de empatia com relação às origens e as oportunidades que cada sujeito teve em sua trajetória de vida. Diante disso, muitos jovens acabam encontrando nessas vivências coletivas um sentido e uma direção para as suas vidas. A entrevistada Gilmara F. Silva (2022) discorrendo sobre a importância dos espaços de formação da PJR e como eles reverberam em sua vida, destaca que:

³¹ Informação concedida pelo representante da coordenação nacional da PJR pelo Estado de Sergipe, José Davi F. de Lima, em 13/04/2022.

[...] a partir das formações da PJR a gente vai se tornando um ator político, de ser uma liderança, de ser reconhecido, das pessoas reconhecerem você enquanto liderança, de ter sua própria opinião. Porque a partir dos estudos que a gente faz, das formações, a partir das vivências também que a gente vai aprendendo (SILVA, 2022, informação verbal)³²

Isso é fundamental para o desenvolvimento de uma postura de autovalorização e descoberta das potencialidades que carrega consigo.

Em suma, essas reflexões estão alicerçadas nos estudos e nos espaços formativos promovidos pela militância da PJR, seja nos grupos de base ou nas atividades formativas regionais ou nacionais que realizam ou participam. Portanto, é através do estudo que conhecemos determinada realidade, dessa forma podendo intervir nela.

V. *A organização coletiva das juventudes camponesas: o companheirismo*

Por outro lado, esse processo formativo que se dá nos encontros e partilhas nos grupos de base também contribui para gerar vínculos afetivos. A construção desse modo comum de ver o mundo e a religião, também cria laços de companheirismo. Em termos formais, surge “O **Companheirismo**, por comermos do mesmo pão, fruto da natureza e do trabalho humano, e que exige relações de apoio e de cuidado com o outro, com a outra.” (cf. Características da Identidade da PJR. **Anexo E**). Essa perspectiva é indispensável nos espaços de organização coletiva, uma vez que é condição fundamental para estabelecer relações amistosas e fraternas entre sujeitos diversos.

Ao analisarmos as entrevistas percebemos o quanto isso é evidente nos relatos das lideranças, e aparece como o cuidado e preocupação com os outros. Não se trata de lutar para obter vantagens para si, mas de conquistar benefícios coletivos que atendam às necessidades de todos. O campo é um espaço diverso e que abriga sujeitos com diferentes características e condições materiais. No caso das juventudes, nem todas têm a oportunidade de se engajarem em organismos coletivos. Diante disso, Gilmara F. Silva (2022), em sua fala pondera que não devemos pensar somente em nós, mas também nos outros que não podem atuar organicamente, para que possam usufruir daquilo que conquistamos coletivamente, através da luta e organização (SILVA, 2022, informação verbal)³³.

³² Informação concedida pela representante da coordenação nacional da PJR pelo estado do Rio Grande do Norte, Gilmara Francisca da Silva, em 18/04/2022.

³³ Informação concedida pela representante da coordenação nacional da PJR pelo estado do Rio Grande do Norte,

Reconhecer as diferentes condições socioeconômicas e de oportunidades das juventudes é fundamental para não cometermos injustiças, quando olhamos para as que não estão organizadas e atuando em suas comunidades. O ideal seria que todas as pessoas participassem dos processos de mobilização social, todavia, sabemos que existem muitos mecanismos que expulsam ou negam o direito de uma parcela significativa da população de estarem atuando em prol da coletividade. Neste sentido, a PJR procura através de seus espaços formativos, instruir sua militância a perceber essas diferenças e condições de participação dos sujeitos. Além da conscientização religiosa e política trata-se de uma pedagogia que busca a humanização, como afirma Paulo Freire na *Pedagogia do Oprimido* (2020). A solidariedade com as pessoas que sofrem, mas também a aceitação das diferenças, de se perceber no Outro, a empatia. Os momentos nos grupos e nos encontros propicia a construção de estreitos vínculos afetivos. Ou seja, para a militante Nagila S. Andrade:

[...] a PJR ensina a gente também a ser muito humano. A perceber as diferenças, a aceitar as diferenças, respeitar as diversidades. Então, eu acho que a PJR me incentivou muito nesse sentido de enxergar o outro, de perceber e de valorizar o que aquela outra pessoa tem a contribuir com a gente, que a gente também pode ter essa troca. (ANDRADE, 2022, informação verbal)³⁴

Esse olhar sensível em relação aos outros, também é um processo que vai sendo construído gradativamente e envolvendo os sujeitos a seu modo. Há quem crie relações profundas de amizades e até mesmo constitua relacionamentos conjugais. Com efeito, na vivência coletiva vão criando vínculos e raízes importantes que tornam a militância um limiar em suas vidas. Como somos seres em construção, o engajamento nessas organizações, muitas vezes, redireciona as nossas vidas e consequentemente nossos projetos e perspectivas. Pois, segundo a reflexão de Kleitinho M. de Albuquerque:

Quando você está coletivamente que a gente partilha das nossas experiências nesse espaço diverso, isso tem um efeito multiplicador, inclusive na própria comunidade, porque na comunidade às vezes sofria os preconceitos, o racismo, enfim, mas estava sozinho. E quando você se encontra, você não está mais sozinho, então você já tem com quem andar na comunidade, você já está se juntando, vai fortalecendo esse processo. E isso fortalece muito essa história da identidade do sujeito, enquanto ser jovem camponês nessa diversidade que é a juventude. (ALBUQUERQUE, 2021, informação verbal)³⁵

Gilmara Francisca da Silva, em 18/04/2022.

³⁴ Informação concedida pela representante da coordenação nacional da PJR pelo estado da Bahia, Nagila Sousa Andrade, em 14/04/2022.

³⁵ Informação concedida pelo assessor nacional da PJR pelo estado da Paraíba, Kleitinho Mendes de Albuquerque,

Cabe destacar que essa fala de Kleitinho é referente a uma jovem negra que participou de uma atividade da PJR, que ao ver outras jovens negras com os cabelos soltos, sentiu-se também à vontade para soltar os seus. Esse exemplo, ilustra como a participação em espaços coletivos contribui no processo de libertação de opressões e medos. Além disso, contribui diretamente na mudança de postura em relação a outros grupos que também sofrem com algum tipo de preconceito e/ou discriminação, por exemplo.

Essas conclusões se aproximam do que encontrou Maurício Perondi (2021) em seu estudo sobre sujeitos que participaram de organizações coletivas na região metropolitana de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. A influência do engajamento nesses grupos para a construção de sentidos e de projetos de vida.

Enfim, pode-se apontar que a participação dos jovens em coletivos, que têm alguma forma de atuação social, contribui para a articulação de sentidos para sua dimensão profissional, nas suas projeções de futuro, no estabelecimento de relações emocionais significativas e para os ideais coletivos e pessoais que vislumbram (PERONDI, 2021, p. 377).

Nessa mesma direção, Paulo Romário de Lima, em sua fala afirma que a PJR conseguiu dar-lhe a:

[...] fraternidade, de dormir no chão ao lado de um companheiro, ao lado de uma companheira...e dormir com muita convicção. Então desde pensar a vida sem individualismo, sem egoísmo, de pensar a partir de uma sociedade, de um mundo coletivo. [...] O espaço de convivência, o espaço de sociabilidade também nos constrói. Então foi esse espaço que foi determinante não só para mim enquanto militante da PJR, mas sim para mim enquanto sujeito (LIMA, 2022, informação verbal)³⁶.

Portanto, quando a gente se junta, como destaca em sua fala Kleitinho M. de Albuquerque (2021), a gente se fortalece e muda nosso jeito de atuar e agir. A coletividade e o companheirismo daí decorrente fortalecem nossos laços de solidariedade e amorosidade. (ALBUQUERQUE, 2021, informação verbal)³⁷. Uma amorosidade ancorada em objetivos comuns e demarcados pelas lutas que travamos cotidianamente. Além disso, quando nos juntamos fortalecemos a nossa identidade enquanto sujeitos camponeses e, sobretudo, atores políticos. Ou, como afirma, Lima (2012, p. 40), concordando com Gohn (2008), de que a

em 17/11/2021.

³⁶ Informação concedida pelo secretário nacional da PJR, Paulo Romário de Lima, em 21/03/2022.

³⁷ Informação concedida pelo assessor nacional da PJR pelo estado da Paraíba, Kleitinho Mendes de Albuquerque, em 17/11/2021.

participação em organismos sociais de forma “[...] coletiva ou individual, gera processos identitários cujos valores estão dentro dos referenciais de cultura produzidos ou herdados por suas experiências de vida. Eis, neste ponto, no reconhecimento de valores comuns, que se ancora a identidade”.

4.3. A Pedagogia da PJR: tentativa de síntese

Essa tentativa de síntese, não tem por objetivo abranger todos os aspectos apresentados anteriormente, todavia, acreditamos que é importante colocar em tela as ausências, as presenças e as convergências do conteúdo que abordamos e discutimos ao longo dessa dissertação. Nesse sentido, cabe apontar como historicamente a Igreja católica contribuiu para a consolidação de uma prática pedagógica colonial, como também, a partir de seu interior, foram surgindo outras práticas educativas decoloniais. Além disso, é importante relacionar o diálogo entre a Educação do Campo e as práticas pedagógicas da PJR, destacando as trocas entre elas. Portanto, essa síntese busca constituir uma teia de relações entre as características da pedagogia da PJR, que inclui elementos da Teologia da Libertação, Educação Popular e Educação do Campo.

Antes de tudo, como estamos tratando de uma pedagogia constituída por uma organização vinculada à Igreja católica. Gostaríamos, antes de prosseguir com a síntese dessa pedagogia, evidenciar alguns elementos referentes à Igreja e sua atuação evangelizadora e educativa. Essa instituição teve um papel fundamental no processo de colonização ultramarino engendrado pelos europeus, a partir do século XV. O papel religioso e, conseqüentemente educativo que ela assumiu nos trópicos influenciou diretamente na construção cultural e na identidade dos povos colonizados. No Brasil, por exemplo, sua atuação foi decisiva para a subjugação e aculturação dos povos indígenas e dos escravizados africanos, que foram impedidos de cultuarem seus deuses e reproduzirem suas práticas culturais - muito embora tenha havido várias formas de resistência. Ou seja, a Igreja católica contribuiu diretamente na consumação de uma prática pedagógica colonizadora, que ainda hoje, muitos setores conservadores utilizam como referência nos espaços de formação, nos sacramentos e nas celebrações, entre outras.

Muitos desses aspectos ainda permanecem entranhados nas práticas dessa instituição. Todavia, a atuação dos setores progressistas e mais vinculados às transformações ocorridas a partir do Concílio Vaticano II, buscando consolidar uma Igreja à serviço da opção preferencial pelos pobres. Essa mudança tem contribuído desde então para mudanças de posturas entre leigos e religiosos, em reconhecer esses capítulos tristes da história da Igreja – como a

participação direta na violência escravista e colonial.

Diante disso, quando observamos às práticas pedagógicas da PJR, percebemos que sua pedagogia não está alinhada com os setores conservadores, mas sim com os setores progressistas que buscam o diálogo com outras religiões e organismos não religiosos que atuam na sociedade, como os movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos. Além disso, podemos afirmar que se trata de uma prática pedagógica decolonial, porque parte da realidade e das experiências religiosas dos sujeitos em suas comunidades, sem tomar a realidade e a sociedade europeia como matriz cultural a ser alcançada ou desejada.

Assim sendo, constitui-se como sendo uma pedagogia que é retroalimentada, de forma permanente, pelas características apresentadas anteriormente e fundamentada na Teologia da Libertação, na Educação Popular e na Educação do Campo. Também é alimentada pelas experiências revolucionárias promovidas pelas classes populares, sobretudo na América Latina. Nesse sentido, ela se constituiu a partir desses referenciais e se reconstrói cotidianamente nas experiências e realidades sociais que as juventudes inseridas nos grupos de base da PJR vivenciam em suas comunidades. Certamente, suas vivências constituem os conteúdos, como também os percursos formativos e metodológicos que são mobilizados nos espaços de estudo e formação.

No que tange à Educação do Campo, essa assume um papel fundamental na mediação dos elementos que apresentamos no tópico anterior, por se constituir como um aporte do que deve ser a prática educacional no campo, suas finalidades, objetivos e os interesses de quem deve atender. A consumação daquelas características leva ao alinhamento educativo que dialoga com a realidade na qual está inserida. Portanto, ao beber dos mananciais da Educação do campo, a PJR delimita sua própria orientação pedagógica e política.

Saliente-se ainda que a Teologia da Libertação enquanto fundamento que interliga fé e política cumpre uma função importante na articulação dos conteúdos, temáticas e métodos dessa pedagogia. Ademais, existem outros elementos que emergem nos espaços de formação, como sendo fundamentais para formação das juventudes camponesas, a saber: a inter-religiosidade; a identidade camponesa; o protagonismo juvenil; diversidade sexual e religiosa; gênero; racismo; entre outros. Também existe uma preocupação com a formação integral e interseccionada dos sujeitos, para que atuem em todos os espaços sociais respeitando as diferenças, diversidades e pluralidades que compõem a sociedade.

No geral, trata-se de uma prática pedagógica que se ancora em muitas fontes e experiências. É marcante a percepção da Teologia da Libertação que coloca Jesus Cristo como um revolucionário que inspira a práxis revolucionária da juventude atual. Seu seguimento

significa ir à luta contra todas as formas de opressão, tendo como referência a sua atuação contra os poderosos na defesa dos humildes e explorados, inspirando muitos/as a seguirem seus passos. Nas experiências exitosas das minorias em representação política, como a população negra, os povos indígenas, as mulheres e juventudes, que ousaram lutar, conquistar e ocupar diversos espaços sociais e institucionais, através das lutas que travaram contra a estrutura social patriarcal e racista. A referência que se expande para a história das diversas revoltas e revoluções populares que desbancaram os poderosos e estabeleceram novas relações de poder, sobretudo na América Latina. Reforça a compreensão de que todas as conquistas sociais foram frutos de muita luta.

Destaca-se o método VER-JULGAR-AGIR e as práticas educativas e pedagógicas que rompem com o modelo educacional dominante. A vivência nos grupos de base, nos encontros, nas formações busca alinhar os elementos da Teologia da Libertação com a Educação Popular e a Educação do Campo, por terem como referência a conscientização e práxis. O diferencial é a fé nesse Cristo libertador que, ao invés de ser ópio do povo, é impulso para a práxis revolucionária. Tais experiências contribuem diretamente tanto na elaboração e definição dessa prática pedagógica quanto na fomentação dos debates. Por reunir elementos que dialogam com a realidade dos diversos grupos oprimidos e explorados, isso acaba facilitando o processo de cativação desses setores durante os espaços de formação e estudo. A militante Gilmara F. Silva destaca que na primeira atividade já se reconheceu naqueles debates que estavam sendo realizados, porque era o que ela vivenciava em sua comunidade. (SILVA, 2022, informação verbal)³⁸. Ou seja, houve uma convergência entre o que ela desejava discutir e o que estava sendo apresentado a ela naquele espaço. Nessa mesma direção, as demais lideranças entrevistadas apontam que isso foi fundamental para continuarem se engajando na militância.

A pedagogia da PJR pode ser sintetizada a partir das dimensões apontadas ao longo deste capítulo: a mística, a luta, o campo, o estudo e o companheirismo.

A mística se refere à fé cristã que impulsiona para a ação política, a partir do sentimento de solidariedade com as situações de opressão - a práxis. Essa “motivação” espiritual para a militância que caracteriza essa pedagogia da mística. Nesse sentido, a pedagogia da mística leva à luta por uma nova sociedade, inspirada na Teologia da Libertação que trata da “construção do Reino de Deus”. A luta assume uma dimensão fundante diante das necessidades vivenciadas pelas juventudes camponesas. Assim, o campo corresponde tanto ao espaço de atuação da

³⁸ Informação concedida pela representante da coordenação nacional da PJR pelo estado do Rio Grande do Norte, Gilmara Francisca da Silva, em 18/04/2022.

pastoral quanto a uma construção sócio-histórica que ultrapassa a reprodução da vida e a produção de alimentos. Na PJR o campo é compreendido como “[...] um lugar de vida digna, de convivência ou sintonia com a natureza, onde procuramos desenvolver uma atividade concreta de trabalho, agroecológica, cooperação, ensaiando a mudança da matriz produtiva”, como na educação do campo. (cf. Características da Identidade da PJR. **Anexo E**). E para organizar a luta, essa pedagogia também coloca a necessidade do estudo, como no sentido do conceito práxis, inspirada na concepção da educação popular. O estudo é a partilha de saberes, de forma dialógica. Na PJR, o estudo possibilita conhecer a realidade para transformá-la, para garantir uma vida digna para todos. E essa pedagogia ainda contém o companheirismo - que aparece como o cuidado e preocupação com os outros. O companheirismo é a síntese da visão religiosa de vida em comum, de solidariedade. A pedagogia que busca a humanização, no sentido usado por Paulo Freire (2020). A solidariedade entre companheiros e companheiras da Pastoral é construída nas experiências místicas, de lutas e de estudo - momentos de vivência nos grupos e nos encontros que levam à construção de estreitos vínculos afetivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões e discussões realizadas ao longo desta dissertação emergiram de muitas leituras, espaços formativos e das observações vivenciadas na prática da militância, caracterizando-a como uma pesquisa militante (BRINGEL e VARELLA, 2016). Não partiram do vazio, mas de experiências que foram sendo acumuladas ao longo do tempo. O diálogo com a companheirada serviu para fundamentar muitas das questões que poderiam ser vistas, como mera opinião ou relato de experiência. Diante disso, ao retomar os elementos que nos trouxeram até aqui, gostaria de agradecer à Pastoral da Juventude Rural, por ter permitido que chegássemos a estas linhas finais, fornecendo-nos materiais necessários às nossas reflexões, discussões e ponderações.

Os caminhos percorridos durante a elaboração deste trabalho foram instigantes e ao mesmo tempo desafiadores, ao longo da estrada tivemos muitas vezes, que abandonar, redirecionar ou reelaborar nosso percurso. Consequentemente, alguns objetivos de pesquisa também tiveram que ser remodelados, por exemplo, deixar de lado uma discussão geral sobre a história da PJR, para focar na sua prática pedagógica e educativa. Ademais, conseguimos atingir todas as premissas que nos propomos a fazer durante a construção desta dissertação.

Porquanto, há muitas coisas ainda a serem exploradas com relação ao objeto de pesquisa, que como elencamos nas páginas iniciais, conta com poucas pesquisas a seu respeito. Todavia, acreditamos que essa dissertação trouxe alguns elementos importantes que ainda precisam ser mais aprofundados, como a discussão envolvendo movimentos sociais e pastorais; a relação entre Igreja e os movimentos sociais no que tange aos diálogos e também os distanciamentos; como a Educação Popular e Educação do campo contribuem na organicidade das pedagogias dos movimentos sociais e de todos os grupos organizados, sejam de caráter religioso, cultural ou político.

Como o trabalho está dividido em quatro capítulos e cada um deles traz reflexões diversas sobre os elementos que dão sustentação a nossa pesquisa. Diante disso, retomaremos de forma breve, o que discutimos em cada um deles, a fim de elencar as aprendizagens, os desafios e os redirecionamentos que fizemos no percurso. O texto abre-se para as críticas e necessidade de aprofundar aspectos em outras pesquisas.

No primeiro capítulo, o principal desafio foi construir uma narrativa subjetiva e ao mesmo tempo, dialogar com outras referências para enriquecer o memorial apresentado. De certa forma, as limitações que o texto acadêmico nos impõe, muitas vezes dificulta essa transposição entre a objetividade e a subjetividade. Entretanto, conseguimos fazer essa

articulação e construir uma importante reflexão entre esses campos. A segunda parte, foi mais fácil de ser redigida, por se tratar da exposição de nossa metodologia e a forma que estruturamos nossa pesquisa, nossas fontes e a forma como elas foram problematizadas.

Com relação aos capítulos dois e três, o principal desafio foi sintetizar temáticas e assuntos tão amplos em um texto reduzido e coerente, que desse conta de apresentar de forma sucinta e profunda os conceitos e categorias abordadas na dissertação. Foi uma tarefa bastante desafiadora, produzir uma síntese que trouxesse algo novo diante de tantas abordagens, discussões e definições relacionadas a Teologia da Libertação, Juventudes Camponesas, Educação Popular, Educação do Campo, Movimentos Sociais e Pedagogia/Educação. Porquanto, acreditamos que conseguimos atingir o nosso intento, que era sistematizar uma discussão breve com os conceitos e categorias em relação a nosso objeto de estudo. No que tange à discussão sobre a definição de Movimentos Sociais e Pastoral, compreendemos nossas limitações conceituais e esperamos poder aprofundar em outras pesquisas a relação que tentamos estabelecer, mesmo que de forma limitada.

Diante disso, esperamos que outros trabalhos consigam acumular mais elementos que definam de forma objetiva e profunda a relação entre movimentos sociais e as pastorais, no que tange às aproximações, objetivos e distanciamentos, visto que as pesquisas que tomamos como referência dialogam mais sobre os movimentos sociais e suas práticas pedagógicas. Neste sentido, ao tomarmos como ponto de partida a pedagogia dos movimentos sociais, estamos partindo da própria experiência da PJR, enquanto organização de caráter juvenil, que busca mobilizar e organizar determinado grupo social, tal qual os diversos grupos, coletivos e organizações que são designados como movimentos sociais.

Nesse percurso, é importante destacar as contribuições do livro Pedagogia do Movimento Sem Terra de Roseli S. Caldart (2000), que nos guiou na reflexão sobre a pedagogia dos movimentos e, consequentemente, das pastorais. Permitindo dessa forma a discussão e delineamento de muitas questões sobre os processos educativos no interior dos movimentos sociais, como também suas intencionalidades. Ademais, também nos permitiu pensar sobre os diversos elementos que compõem uma pedagogia e como elas se entrelaçam a muitas outras.

A partir das reflexões de Caldart (2000), o quarto e último capítulo, teve como principal desafio a elaboração da síntese, diante da riqueza de informações e conteúdos coletados na pesquisa e vivenciados na militância. Diante disso, ao tomarmos como ponto de análise as características da identidade da PJR, isso acabou facilitando a separação, como também a reunião de informações convergentes. A PJR atua em dois campos, o eclesial (religioso) e o social (compreendido como espaço político). A pedagogia da PJR tem como inspiração

Teologia da Libertação, Educação Popular e Educação do Campo. Em nossa análise identificamos cinco dimensões da pedagogia da PJR: a mística, a luta, o campo, o estudo e o companheirismo.

A mística que é sustentada na concepção da Teologia da Libertação e, por essa razão, é a fé que impulsiona para uma ação transformadora. A fé que anima para as lutas dos movimentos sociais, de uma forma geral, no sentido defendido pela educação popular - de crítica às formas de opressão. Mas também que tem sua singularidade nas lutas dos movimentos do campo e em sua concepção de mundo. A dimensão do estudo está relacionada com a educação não-formal, com intencionalidade e a partir do método Ver-julgar-agir. E, por fim, mas não menos importante, a dimensão da afetividade, tão desprezada nos modelos educativos impostos pelo capitalismo que prezam por uma racionalidade instrumental, como se fosse universal. Uma educação bancária que difunde o individualismo e a competição como se fossem inerentes ao ser humano. A pedagogia da PJR mostra que esse modelo é falho e que outra pedagogia é possível. A PJR e os movimentos sociais têm mostrado o que é uma formação integral, a partir das duas interações com a educação popular - como é o caso da pedagogia do MST, apontada por Roseli Caldart (2000). E, em certo sentido, uma prática pedagógica decolonial ao questionar o modelo colonial imposto pelo capitalismo e pela ciência ocidental.

Porquanto, todo o trabalho desenvolvido pela PJR se encontra envolto a muitos desafios, sobretudo, relacionados às tecnologias, o acesso à educação do/no campo, aos conflitos envolvendo a expansão da monocultura (agronegócio), as questões referentes a trabalho e renda e o respeito às diversidades sexuais e as relações de gênero. Tudo isso tem sido tema de muitas reflexões e discussão dessa pedagogia que ela consoma em suas práticas junto às juventudes do campo.

Para finalizar, a Pedagogia da PJR pode ser compreendida como parte de uma Pedagogia das Juventudes Camponesas que pode contribuir para que estas compreendam a importância política que elas possuem na sociedade e o quanto é necessário à sua mobilização e organização – destoando da ideia de uma juventude alienada. Neste sentido, ela se reforça a partir da organização permanente e da participação nas diversas formas de lutas engajadas com as transformações sociais. E tais experiências, por sua vez, propiciam mudanças na compreensão de mundo.

Uma designação de Pedagogia das Juventudes Camponesas, ainda carece de mais elementos para uma definição mais aprofundada. Todavia, pelo menos nesta pesquisa, conseguimos fazer alguns apontamentos que podem contribuir em outros estudos. A reflexão que fizemos em torno dos movimentos sociais e pastorais, como fontes de inspiração e/ou de

fundamentação das pedagogias libertadoras. Pedagogias estas que são elaboradas pelos oprimidos e explorados nas diversas experiências vivenciadas ao redor do mundo.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, K. M. Palestra: Juventude Camponesa e a atuação da Pastoral da Juventude Rural. [out. 2021]. Palestra pública concedida para o Grupo de Pesquisa e Estudos sobre a Docência - GPED. Google Meet, 2021. 1 arquivo .mp3 (94 min.).
- ANDRADE, N. S. Entrevista com Nagila Sousa Andrade. [abr. 2022]. Entrevistador: Francisco Ytalo de Lima Silva. Google Meet, 2022. 1 arquivo .mp3 (76 min.).
- AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Polém, 2019.
- ARROYO, M. G. **PEDAGOGIAS EM MOVIMENTO** – o que temos a aprender dos Movimentos Sociais?. Currículo sem Fronteiras, v.3, n.1, pp. 28-49, Jan/Jun 2003.
- ARROYO, M. G. Outros sujeitos, Outras Pedagogias. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- ARROYO, M. G. As matrizes pedagógicas da educação do campo na perspectiva da luta de classes. In: MIRANDA, S. G.; SCHWENDLER, S.F. (Org.). **Educação do Campo em movimento**: teoria e prática cotidiana. Curitiba: Ed. UFPR, 2010, v. 1, p. 35-54.
- BETTO, F. **Batismo de sangue**: guerrilha e morte de Carlos Marighella. Pref. Paulo Evaristo Arns. 12. ed. rev. e amp. São Paulo: Casa Amarela, 2001.
- BOFF, L.; BOFF, C. Como fazer Teologia da Libertação. - 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- BRANDÃO, C. R. **O que é Educação Popular**. São Paulo: Brasiliense, 2006 (Coleção Primeiros Passos; 318)
- BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007. -- (Coleção primeiros passos; 20)
- BRANDÃO, C. R. **A pergunta a várias mãos**. São Paulo: Cortez, 2003. Disponível em: <encr.pw/e8mSF>. Acesso em: 18 abr. 2022.
- BRINGEL, B.; VARELLA, R. V. S. A pesquisa militante na América Latina hoje: reflexões sobre as desigualdades e as possibilidades de produção de conhecimentos. **Revista Digital de Direito Administrativo**, [S. l.], v. 3, n. 3, p. 474-489, 2016. DOI: 10.11606/issn.2319-0558.v3i3p474-489. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdda/article/view/115609>. Acesso em: 19 jan. 2022.
- CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**: escola é mais do que escola. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.
- CALDART, R. S. **Educação do campo**: notas para uma análise de percurso. Trabalho, Educação e Saúde [online]. 2009, v. 7, n. 1, pp. 35-64.

CÂMARA, S. C. X. da. O memorial autobiográfico: uma tradição acadêmica do ensino superior no Brasil. 2012. 168 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

CARRILLO, A. T. EDUCACIÓN POPULAR Y PRODUCCIÓN DE CONOCIMIENTO. La Piragua: Revista Latinoamericana de Educación y Política, Panamá, volume 1, nº 32. p. 8-25, 2010.

CASTRO, E. G. Introdução. In: CASTRO, E. G. **Entre ficar e sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural**. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Rio de Janeiro: PGAS/MN/UFRJ, jul. 2005. p. 3-30

CESAR, C. **Deus me proteja**. Disponível em: <<https://youtu.be/E79ZV7rLeeA>>. Acesso em: 21 abr. 2022.

COSTA, A. G. G. Entrevista com Antonio Gilvan Gomes Costa. [abr. 2022]. Entrevistador: Francisco Ytalo de Lima Silva. EFA Dom Frágoso, Independência, 2022. 1 arquivo .mp3 (64 min.).

DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. Revista Brasileira de Educação [online]. 2003, n. 24, pp. 40-52. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-24782003000300004>>. Acesso em: 07 jun. 2022.

EGGERT, E. Pesquisa em educação, movimentos sociais e colonialidade: continuando um debate. Educ. Pesquisa. vol.42 no.1 São Paulo Jan./Mar. 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1517-9702201603135470>>. Acesso em: 20 fev. 2022.

FIORI, E. M. Prefácio. In: FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 42ª. Ed.- Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade**. 5ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1981. 149 p. (O Mundo, Hoje, v. 10).

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. – São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FREIRE, P. **Os cristãos e a libertação dos oprimidos**. Lisboa: Edições Base, out. 1978.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 42ª. Ed.- Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

GADOTTI, Moacir. Introdução: Por que pedagogia da práxis? In: GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da práxis**. - 2. ed - São Paulo: Cortez - Instituto Paulo Freire, 1998.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In.: BAUER, M.W. & GASKELL, G. (org.) **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som – um manual prático**. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 64-89

GOHN, M. da G. **Educação Não Formal, Aprendizagens e Saberes em Processos Participativos**. Investigar em Educação - IIª Série, Número 1, 2014. p 35-50.

GOHN, M. da G. **Movimentos Sociais na contemporaneidade**. In: Revista Brasileira de Educação, v.16 n. 47, maio-ago. 2011.

GOMES, N. L. **O movimento negro educador**. Saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis, RJ: vozes, 2017.

JARA, O. **Sistematização de experiências**: uma proposta enraizada na história latino-americana. Rev.Estudos Sul Global, nº 2, Set. 2021, pp. 41-69.

JARA, O. Ressignifiquemos as Propostas e Práticas de Educação Popular Perante os Desafios Históricos Contemporâneos. In: PONTUAL, P., IRELAND, T. (orgs.). **Educação Popular na América Latina**: diálogos e perspectivas. – Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2006. pp. 233-240

JESUS, C. M. de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 2019.

KILOMBA, G. Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019. pp. 249

LIMA, F. das C. G. de. Pastoral de Juventude do Meio Popular: práticas educativas e cidadania. 2012. 119 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

LIMA, J. D. F. Entrevista com José Davi Ferreira de Lima. [abr. 2022]. Entrevistador: Francisco Ytalo de Lima Silva. Google Meet, 2022. 1 arquivo .mp3 (55 min.).

LIMA, P. R.. Entrevista com Paulo Romário de Lima. [mar. 2022]. Entrevistador: Francisco Ytalo de Lima Silva. Belo Horizonte, 2022. 1 arquivo .mp3 (64 min.).

LOWY, M. **O que é Cristianismo da Libertação**: religião e política na América Latina. – 2. ed. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2016.

MANSAN, P. R. A. **A construção identitária da juventude nos movimentos sociais da via campesina Brasil**. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande - Paraíba - Brasil, 2008.

MARQUES, M. I. M. A ATUALIDADE DO USO DO CONCEITO DE CAMPONÊS. **REVISTA NERA**, [S. l.], n. 12, p. 57–67, 2012. DOI: 10.47946/rnera.v0i12.1399. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1399>. Acesso em: 19 fev. 2023.

MATURANA, H. R. **Emoções e linguagem na educação e na política**. - Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. 98 p.

MEJÍA, M. R. **Educaciones y Pedagogías Críticas desde el Sur** (Cartografías de la Educación Popular). La Paz: Viceministerio de Educación Alternativa y Especial, 2011.

MENEZES NETO, A. J. **A Igreja Católica e os Movimentos Sociais do Campo**: a Teologia da Libertação e o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. Caderno CRH [online]. 2007, v. 20, n. 50, pp. 331-341. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792007000200010>.

MILLS, C. W. Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

MINAYO, M. C. S. **Análise qualitativa**: teoria, passos e fidedignidade. Ciência & Saúde Coletiva, 17 (3), 621-626, 2012.

MINAYO, M. C. de S. Capítulo 11: Técnicas de análise do material qualitativo. In: MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. - 14. ed. - São Paulo: Hucitec, 2014. pp. 303-360

MINAYO, M. C. de S. O desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, S. F.; GOMES, R.; MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 26. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. p. 9-29

MORAIS, G.; GONZAGA, L. **Pau de arara**. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/luiz-gonzaga/261217/>. Acesso em: 21 abr. 2022.

NOGUEIRA, A.; FREIRE, P. **Que Fazer**: teoria e prática em Educação Popular. 4. ed. Petrópolis: Vozes editores, 1993.

PALUDO, C. Educação Popular e Educação (Popular) do Campo. In: MIRANDA, S. G.; SCHWENDLER, S.F. (Org.). **Educação do Campo em movimento**: teoria e prática cotidiana. Curitiba: Ed. UFPR, 2010, v. 1, p. 245-266.

PASTORAL DA JUVENTUDE RURAL. Breve História da PJR: 30 anos a serviço da Juventude Camponesa (1983-2013) e 25 anos de PJR Brasil (1988-2013). Recife, 2013.

PASTORAL DA JUVENTUDE RURAL. Material de preparação da VIII Assembleia Nacional da Pastoral da Juventude Rural (VIII ANPJR). Recife, 2016.

PERONDI, M. Topias, utopias e projeções de futuro de jovens participantes de coletivos sociais In: ALMEIDA, E. de; PINHEIRO, L. R.; GROppo, L. A.; SANTOS IRIART, M. F. dos [Orgs.] **Movimentos sociais, sujeitos e processos educativos**: uma antologia do GT03 da ANPEd. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. pp. 359-378

PORTELLI, A. **Tentando aprender um pouquinho**. Algumas reflexões sobre ética na história oral. *Projeto História* (15), São Paulo, 1997, pp.13-49.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: QUIJANO, A. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

SANTOS, B. de S. Prefácio. *In*: GOMES, N. L. **O movimento negro educador**. Saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis, RJ: vozes, 2017. p. 9-12

SCHWENDLER, S. F. Educação e movimentos sociais: uma reflexão a partir da pedagogia do oprimido. *In*: MIRANDA, S. G.; SCHWENDLER, S.F. (Org.). **Educação do Campo em movimento: teoria e prática cotidiana**. Curitiba: Ed. UFPR, 2010, v. 1, p. 267-288.

SILVA, E. F. da. **Educação do campo: processos de formação política da juventude camponesa do Assentamento Roseli Nunes – município de Mirassol D'Oeste-MT**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado de Mato Grosso. Cáceres/MT, p. 124. 2016.

SILVA, G. F. Entrevista com Gilmara Francisca da Silva. [abr. 2022]. Entrevistador: Francisco Ytalo de Lima Silva. Google Meet, 2022. 1 arquivo .mp3 (62 min.).

SILVA, M. S. P. **Educação do campo: contributos da prática educativa para construção da identidade camponesa dos educandos/as**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Piauí. Teresina, p. 136. 2017.

SOUZA, E. C. de. (Auto)biografia, histórias de vida e práticas de formação. *In*: NASCIMENTO, A. D.; HETKOWSKI, T. M. (Org.). **Memória e formação de professores**. (online). Salvador: EDUFBA, 2007. 310p. ISBN 978-85-232-0484-6. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 20 abr. 2022.

STRECK, D. R.; ADAMS, T. Pesquisa em educação: os movimentos sociais e a reconstrução epistemológica num contexto de colonialidade. *Educ. Pesquisa*. vol.38 no.1 São Paulo Jan./Mar. 2012 Epub Feb 09, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1517-97022012005000003>>. Acesso em: 15 jan. 2022.

VARELLA, R. V. S.; JAUMONT, J. A Pesquisa Militante na América Latina: trajetória, caminhos e possibilidades. **Revista Direito e Práxis**, [S.l.], v. 7, n. 1, p. 414-464, mar. 2016. Disponível em: <<https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/21833>>. Acesso em: 19 jan. 2022.

APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURAS E IDENTIDADES

Tema: Pedagogia da Pastoral da Juventude Rural

Pesquisador responsável: Francisco Ytalo de Lima Silva

Orientadora: Prof.^a Dra. Cibele Lima Rodrigues

Financiamento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, código 001

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Ficha de Identificação: Entrevistado (a).		
I - Nome Completo:		
II - Sexo: () Masculino () Feminino	III - Idade:	IV - Profissão:
V – Cor/raça: () branco; () pardo; () preto; () amarelo; () indígena;	VI – Orientação sexual: () Heterossexual; () Homossexual; () Bissexual; () Assexual; () Pansexual;	VII - Estado Civil: () Solteiro(a); () Casado(as); () Viúvo(a); () Divorciado(a); () União Estável;
VIII - Tem filhos (as): () Sim () Não Se SIM, quantos?	IX – Naturalidade:	X – Comunidade/Cidade:

DIMENSÃO PESSOAL

I – Como você conheceu a Pastoral da Juventude Rural?

II – Quais as motivações você poderia apontar para o engajamento na pastoral?

III – Algum outro membro de sua família participa de grupo de base da PJR?

IV – Como você avalia as mudanças na sua vida a partir da atuação na PJR?

V - O que você acredita que aprendeu a partir da sua experiência na PJR?

VI - Desse processo de aprendizagem, como a PJR contribui na sua visão sobre a religião? E sobre a política? E sobre a juventude camponesa?

VII - Que cursos da PJR você já acompanhou? Como você os descreveria? Como eles foram

importantes para seu desenvolvimento pessoal e militante?

DIMENSÃO ORGANIZACIONAL

I - O que diferencia a PJR de outras pastorais juvenis?

II - Que elementos podem ser característicos dos processos de formação trabalhados nos grupos de base da PJR?

III - Como acontecem as reuniões do grupo que você participa ou participou (de uma forma geral, qual a metodologia)?

IV - Que elementos das reuniões você destacaria como sendo fundamentais?

V - A partir da perspectiva dos grupos que você acompanha, como você percebe a aplicação do método ver, julgar e agir? De que maneira?

VI - Nas práticas da PJR você identifica alguns elementos da Educação popular ? E da Educação do Campo?

VII - Quais desafios você enxerga com relação ao processo educativo das juventudes camponesas?

VIII - Qual sua análise da conjuntura que a PJR atua hoje em dia ?

IX - Que temas emergem nos processos de formação? E como eles são abordados? Existe alguma resistência em relação a algum deles?

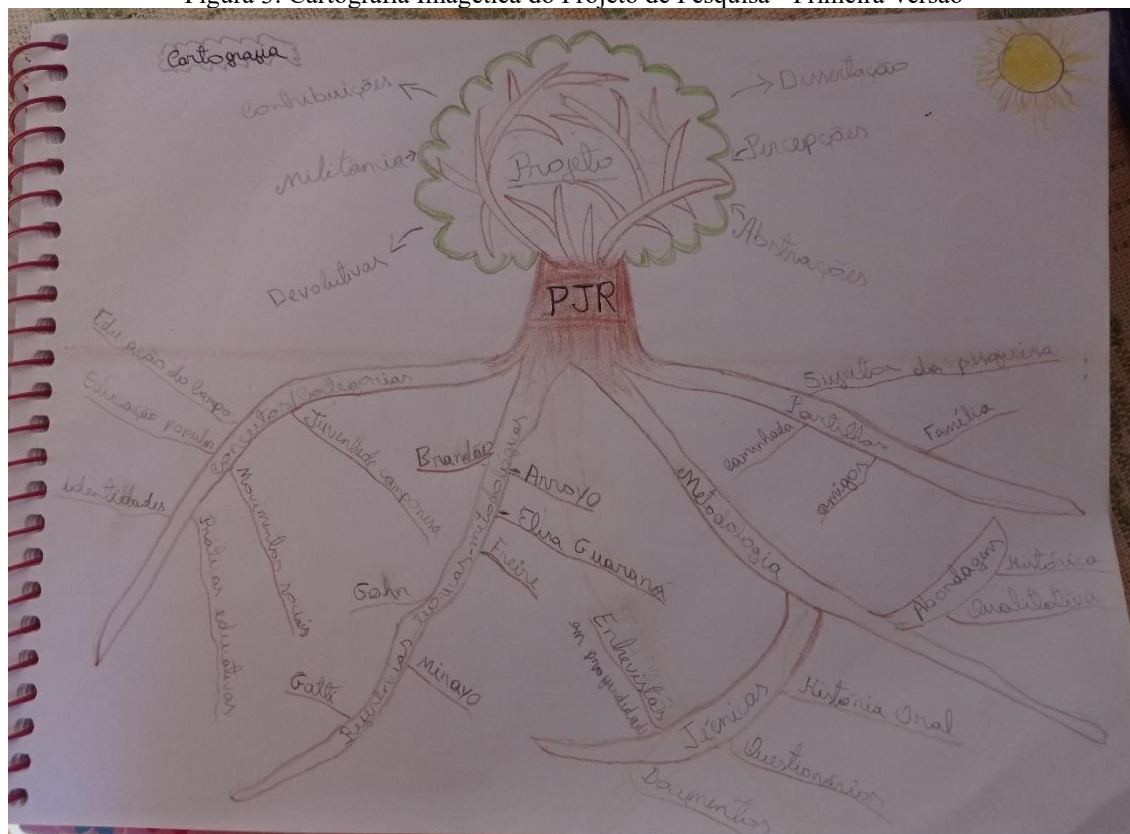
X - Como a PJR trabalha a construção da subjetividade de sua militância, tem respeitado as dimensões pessoais (sonhos, perspectivas e desejos) e coletivas (revolução)?

Pesquisador Responsável

Francisco Ytalo de Lima Silva HISTORIADOR Registro nº: 00013/CE

APÊNDICE B – CARTOGRAFIA IMAGÉTICA DA PESQUISA

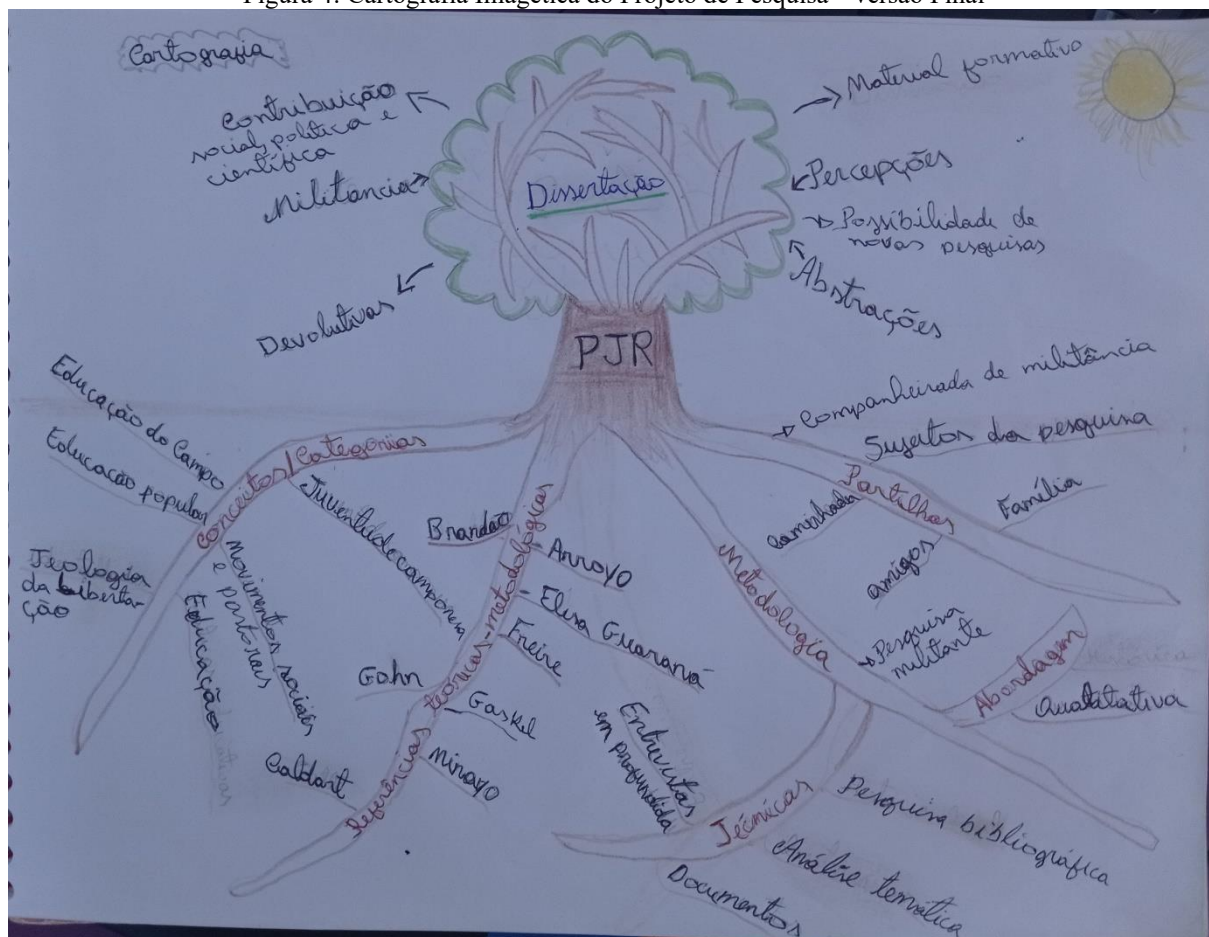
Figura 3: Cartografia Imagética do Projeto de Pesquisa - Primeira Versão



Fonte: Elaboração própria

APÊNDICE C – CARTOGRAFIA IMAGÉTICA DA PESQUISA

Figura 4: Cartografia Imagética do Projeto de Pesquisa - Versão Final



Fonte: Elaboração própria

ANEXO A: MISSÃO DA PASTORAL DA JUVENTUDE RURAL



Pastoral da Juventude Rural PJR Brasil

Missão da PJR

Em cada período histórico, em sintonia, com os sinais dos tempos que se manifestam no processo histórico em andamento, com o Evangelho e com a caminhada da Igreja no Brasil, a PJR, compreendendo-se como parte das PJB – Pastorais da Juventude do Brasil, atualiza a sua missão.

Na VI ANPJR, que aconteceu em Catú, na Bahia (março de 2009), definimos que a Missão da PJR, e em Piúma, no Espírito Santo (novembro de 2010), no Seminário Nacional, a revisamos. A PJR, como Igreja, tem por missão:

Evangelizar e conscientizar a juventude camponesa, especialmente as jovens e os jovens empobrecidos, e formar militantes cristãos, discípulos missionários e discípulas missionárias de Jesus Cristo, para contribuir na transformação da sociedade assumindo a construção do Projeto Popular de campo, articulado ao de sociedade, e lutar pela vida do Planeta Terra (Gaia).

Vamos retomar a missão, passo por passo:

1. Evangelizar¹ a juventude camponesa através:

- Do *serviço* solidário e gratuito; do *diálogo* aberto e franco; do *anúncio* da boa nova do Reino; do engajamento em um grupo (*testemunho de comunhão*)²;
- Do *profetismo*³ (anúncio, denúncia e testemunho), diante dos desafios da sociedade;
- Do seguimento da *prática libertadora* de Jesus de Nazaré, como Igreja, na construção do Reino de Deus⁴.

2. Conscientizar⁵ especialmente as jovens e os jovens empobrecidos do campo contribuindo:

- Na formação da consciência crítica e política;
- No conhecimento da história da luta do povo;

¹ Evangelizar é, através do testemunho de jovens cristãos e do anúncio, ajudar outros jovens a compreender e assumir a pessoa de Jesus Cristo e o Projeto do Reino de Deus. Evangelizar é “a missão essencial da Igreja” (EN 14) que nasce da ação evangelizadora de Jesus e dos doze (EN15). A evangelização é missão da “Igreja toda”. A Igreja tem inclusive a missão de “evangelizar a si mesma” (EN 15). “Evangelizar, para a Igreja, é levar a Boa Nova a todas as parcelas da humanidade, em qualquer meio e latitude e pelo seu influxo transformá-las a partir de dentro e tornar nova a própria humanidade” (EN 18).

² Estes quatro passos são intrínsecos (fazem parte) da evangelização e formam uma sequência pedagógica a ser seguida na prática (cf. diretrizes gerais da ação evangelizadora - Doc. CNBB 71,15-16). Não confundir com os cinco passos pedagógicos do processo de formação do discípulo missionário, que são: o encontro com Jesus Cristo (fio condutor); a conversão (resposta inicial); o discipulado (amadurecimento); a comunhão (na comunidade e na fé, na esperança e no amor); e a missão (impulso de compartilhar a própria experiência). (cf. DGAE 92 e PNE - Doc CNBB 88 p. 14-15)

³ A evangelização é uma ação eminentemente profética (cf. Doc. CNBB 80 p. 22).

⁴ Reino de Deus (ou dos céus) é uma categoria teológica para designar o Projeto de Deus que não pode se realizar totalmente no processo histórico, por causa das contradições do ser humano. Ele já se realiza, no processo da história, em cada momento que o povo tem mais Vida, em que a sociedade se torna justa e solidária. Mas, esta realização parcial que está na sociedade atual é, ao mesmo tempo, sinal do Reino definitivo. Não é algo que se realiza apenas após a morte.

⁵ Conscientizar é ajudar as pessoas a superar uma consciência intransitiva (ingênua, fechada, dogmatizada) em vista de uma consciência transitiva (crítica, histórica).

- c. Na apropriação da cultura⁶ camponesa e resistência contra a aculturação;

3. Formar militantes cristãos⁷, discípulos missionários e discípulas missionárias⁸, para:

- a. Conhecer as juventudes e seu contexto;
- b. Realizar trabalho de base, visando o engajamento de mais jovens;
- c. Ajudar na nucleação de grupos de jovens;
- d. Contribuir na articulação entre grupos;
- e. Contribuir na organização da PJR e formação de protagonistas;
- f. Participar da comunidade e contribuir na renovação eclesial;
- g. Engajar-se nas “esferas do Reino⁹” que existem na sociedade atual em vista do ascenso do movimento de massa, da transformação da sociedade e da construção de um projeto justo e solidário;
- h. Vivenciar os valores cristãos, especialmente o serviço, a solidariedade e a partilha.

4. Contribuir na transformação da sociedade assumindo a construção do Projeto Popular¹⁰ de campo articulado ao de sociedade, através:

- a. Do debate deste projeto com a juventude (participação popular);
- b. Da vivência da agroecologia como modo de vida e princípio de produção;
- c. Da construção e efetivação da Educação do Campo e no campo¹¹;
- d. Da democratização da renda e geração de trabalho;
- e. Da soberania alimentar e energética;
- f. Da construção de espaços de lazer e arte-cultura;
- g. Da comunicação popular;
- h. Da democratização da terra e luta pela reforma agrária;
- i. Da vivência de novas relações de poder (gênero, raça/etnia, pais e filhos, gerações, entre outras);
- j. Da luta contra a exploração sexual das jovens e dos jovens;
- k. Da luta contra o imperialismo.

5. Lutar pela vida do Planeta Terra, compreendido como Gaia¹², através:

- a. Do desenvolvimento da consciência ecológica;
- b. Do zelo para que a água seja um direito inalienável;
- c. Da defesa da biodiversidade;
- d. Do cuidado dos biomas que existem em nosso país, tais como: Mata Atlântica, Amazônia, Cerrado, Caatinga, Pantanal e Pampa;
- e. Do zelo das sementes como patrimônio dos povos a serviço da humanidade.

⁶ Cultura entendida como o jeito de viver ou a forma de um povo reproduzir a sua existência.

⁷ Militantes cristãos são jovens que, por se assumem como cristãos, se colocam a serviço da transformação da sociedade, a partir dos princípios e valores do Evangelho.

⁸ Cf. o Documento de Aparecida, precisamos ser, ao mesmo tempo, discípulos (pessoas que optam por Jesus e se colocam a caminho) e missionários (anunciadores e forjadores do Reino de Deus e sua justiça, no mundo).

⁹ Entendemos por “esferas do Reino” todos os espaços de militância que assumimos, além da PJR. Pode ser: numa pastoral específica (como na CPT, por exemplo), num movimento popular; num movimento sindical; num partido político ou numa organização política; entre outros.

¹⁰ Projeto de Sociedade em vista da transformação social, que está em construção, pela classe trabalhadora, neste momento histórico e visa ser um passo para a construção de uma sociedade que vá além do capital. Busca a implementação de reformas estruturais e o acúmulo de forças para a transformação. Nesta construção somamos forças com a Via Campesina, as Assembléias Populares, a Consulta Popular e a Articulação da Juventude do Campo e da Cidade (também conhecida como Levante da Juventude).

¹¹ Educação do Campo indica uma educação que se contrapõe a Educação pensada para o campo (como a Educação Rural) e se propõe a ser uma educação dos sujeitos do campo articulada com um projeto popular de campo e de sociedade e Educação no campo indica que ela, para respeitar a cultura camponesa, precisa acontecer no campo.

¹² Gaia quer dizer Terra viva e fecunda. A vida não está apenas sobre a Terra e ocupa partes da Terra. A Terra é uma entidade complexa que abrange a biosfera, a atmosfera, os oceanos e o solo, na sua totalidade e, como um todo, é um macro-organismo vivo que se auto-organiza e autoregula. Desequilíbrio podem causar catástrofes irreparáveis.

ANEXO B: ORGANIZAÇÃO DA PASTORAL DA JUVENTUDE RURAL

ORGANIZAÇÃO DA PASTORAL DA JUVENTUDE RURAL

Divinópolis/MG, 1989.

Como todas as pastorais específicas da juventude, a PJR tem sua própria organização.

Com a mesma ousadia que avançamos, constantemente avaliamos nossa estrutura organizativa. Acreditamos que a organização é necessária, porém, jamais ela deve ser um peso atrapalhando assim o objetivo principal e que é a razão primeira da existência da pastoral. Acreditamos ainda que a organização deve ser ágil no repasse de informações, tornando-se referência e respaldo para os jovens rurais.

Toda experiência de trabalho com a juventude rural que se identifica com nossa metodologia e concepção, fazem parte de nosso universo de atuação. Assim a estrutura organizativa toma como princípio o trabalho e a ação com os jovens da roça fazendo deles e com eles a grande base de estruturação.

Tendo sempre a perspectiva da organização a partir dos interesses objetivos e subjetivos dos jovens e das categorias de trabalhadores e trabalhadoras rurais, a PJR entende que a organização deve estar permeada pela motivação dos jovens rurais, bem como pelo seu desejo de tornarem-se participantes ativos desde suas próprias comunidades rurais, associações de pequenos agricultores, sindicatos de trabalhadores rurais, cooperativas, associações de classe e de luta e partidos políticos comprometidos com as causas populares.

A PJR a nível nacional se organiza de forma representativa por Estados onde se encontra articulada, procurando assim uma organização representativa. É importante considerar que nesta representatividade regional há espaço para todas as formas acima elencadas de presença. Garante-se assim uma participação ampla a partir da adesão à proposta de trabalho e de metodologia.

Mesmo sendo uma pastoral da Igreja Católica, a PJR quer sempre estar aberta, na sua estrutura, tornando-se assim espaço de atuação e de solidariedade com as lutas e trabalhos que todas as Igrejas desenvolvem com a Juventude Rural.

É nova mas merece ser considerada a tentativa de uma estruturação, enquanto Pastoral, a nível de América Latina. Através do apoio de pessoas e lideranças ligadas às atividades desenvolvidas pelo CELAM, a PJR faz parte do grupo de países que participam do Encontro Latino Americano de Jovens Rurais.

ANEXO C: O QUE É PASTORAL?

O que é pastoral

É sabido que o termo “pastoral” está ligado à figura bíblica do Pastor. Jesus se apresenta como o “Bom pastor que dá a vida pelas suas ovelhas” (Jo. 10, 11). A Igreja continua a ação de Jesus no mundo, cuidando das ovelhas: “Apascenta as minhas ovelhas!” (Jo. 21, 15)

Ao longo da história da Igreja e da reflexão teológica, a palavra “pastoral” tomou vários significados. O Concílio de Trento (1545-1563) deu grande ênfase à figura do pastor, aplicando este termo, primeiramente à figura do Bispo e depois à figura do Padre. O projeto de reforma da Igreja, neste Concílio, passa por uma definição das características do pastor e a seleção e formação de pastores: bispos e padres. Assim a palavra “pastor” era utilizada para definir as funções do bispo e do padre, em oposição ao apostolado dos leigos.

Antes da segunda metade do século XIX, a palavra passou a ser interpretada a partir dos três ofícios de Cristo: sacerdotal, profético e real. Essa noção é assimilada pelo Concílio Vaticano II. Assim, toda a ação dos cristãos como continuadores da missão de Cristo, seria também entendida como uma ação pastoral. E também, a partir deste conceito, toda a ação da Igreja seria também uma ação pastoral.

Mais tarde o termo “pastoral” passou a ser empregado para significar somente a terceira da tríplice missão de Cristo e dos seus seguidores: o cristão teria uma missão sacerdotal, como dom sagrado para santificar o mundo; uma missão profética, de anúncio e denúncia; uma missão pastoral (real) de cuidado da vida e da dignidade do ser humano.

Pode-se perceber que havia uma dificuldade de compreensão da ação pastoral da Igreja no mundo.

O Concílio Vaticano II (1962-1965), após longos debates, apresenta um novo significado para o termo “pastoral”. O primeiro passo nessa direção foi dado pelo Papa João XXIII, indicando como ponto saliente do Concílio sua “orientação predominantemente pastoral”. O Papa vai mais longe, quando introduz, na linguagem e no programa do Concílio Vaticano II, novas palavras como *aggiornamento* e *sinais dos tempos*. *Aggiornamento* indica, na intenção do Papa, que o Concílio não seja uma mera repetição da doutrina, mas uma apresentação desta mesma doutrina, com uma roupagem nova, com uma linguagem atraente e adequada aos novos tempos. Que o Concílio falasse a linguagem do povo. Com *sinais dos tempos*, o Papa expressa a atenção que a Igreja deve dar à situação do mundo atual, através da qual Deus nos fala.

“O Concílio Vaticano II, partindo de um conceito pós-tridentino de “pastoral”, não limita a ação pastoral aos pastores (bispos e padres), mas nela envolve também os leigos. De outro lado, não só considera como “pastoral” a ação intraeclesial, voltada para a edificação da comunidade, mas reconhece como “pastoral” a preocupação de estabelecer o diálogo e o relacionamento com as condições concretas da humanidade no mundo, na situação histórica de hoje” (Pe. Alberto Antoniazzi).

A partir destas reflexões, podemos entender que “Pastoral”, de um lado, faz referência à fé cristã e à acolhida de Deus em nossa vida; de outro, significa o compromisso da Igreja de dar uma resposta às necessidades do ser humano, dentro da situação do mundo em que vive. Portanto, não podemos compreender uma pastoral desvinculada da fé cristã e nem alheia à realidade que vivemos. A ação pastoral deve unir fé e vida, espiritualidade e compromisso concreto, evangelização e transformação social.

SUJEITO DA AÇÃO PASTORAL

O Concílio Vaticano II afirma que existe verdadeira igualdade entre os fiéis, quanto à dignidade e ação comum, na edificação do Corpo de Cristo, e todos participam da missão da Igreja no mundo e são chamados ao apostolado (LG. 31 e 32). Todos os fiéis participam da tríplice missão de Cristo sacerdote, profeta e rei. Aqui podemos entender uma igualdade fundamental que é compatível com a desigualdade funcional. Ou seja, todos participam plenamente da vida e do ministério de Cristo, mas cada um com sua função, seus dons e carismas próprios. Há funções específicas do bispo, do padre e dos leigos, formando todos um só corpo, que é a Igreja.

O Concílio vaticano II dá ênfase ao sacerdócio na Igreja: o sacerdócio comum dos fiéis e o sacerdócio ministerial. “Após o Concílio, a consciência eclesial se desloca do sacerdócio para o ministério; descobre a dimensão ministerial de toda a Igreja e experimenta novas formas de ministério, além do ministério ordenado ou hierárquico, não como formas supletivas desta, mas como realidades autônomas e originais, que brotam de outras tantas vocações e carismas” (Pe. Alberto Antoniazzi).

Aqui concluímos que o sujeito (sujeitos) da ação pastoral é toda a Igreja, os ministros ordenados com seu ofício e os fiéis leigos com o seu apostolado.

LUGAR DA AÇÃO PASTORAL

Até o Concílio Vaticano II, predominava na Igreja, por influência de reflexões teológicas anteriores, a separação entre missão espiritual e a tarefa temporal. Assim cabia aos bispos e padres a missão espiritual, enquanto aos leigos e leigas cabia a tarefa de agir e transformar o mundo. A constituição *Lumen Gentium* do Concílio Vaticano II deixa claro que a presença cristã no mundo é responsabilidade de toda a Igreja, de modo que os leigos têm também uma missão espiritual; e aos ministros ordenados cabe também a missão de promover a justiça e transformar a sociedade. A missão do padre e do bispo não é só no interior da Igreja, mas também no mundo; e a missão do leigo não é só no mundo, mas também no interior da Igreja.

Isso significa que a Igreja e o mundo não são duas realidades opostas ou separadas. A Igreja é o “sacramento do mundo”, o sinal eficaz de que o Reino de Deus está presente no mundo. Assim, a comunidade cristã se acha inserida no Reino de Deus e no mundo, sem ver o mundo como um inimigo a ser combatido, mas como lugar de sua ação pastoral e evangelizadora, “a caminho do Reino definitivo”.

Aqui não pretendemos responder prontamente “o que é Pastoral?”, mas oferecer subsídio para uma reflexão sobre a nossa ação pastoral no mundo em que vivemos, levando em conta, principalmente quatro aspectos: a) uma aproximação maior entre pastores (bispos e padres) e fiéis, na tomada de decisões conjuntas e na descoberta de que todos são chamados, igualmente, a exercer no mundo o seu ministério, seja leigo ou ordenado; b) Provocar outra visão da missão da Igreja, dentro do mundo e não separada dele; c) uma maior atenção à história concreta do ser humano, levando em conta a realidade em que cada um vive; d) Evangelizar, dando uma resposta às necessidades concretas de cada pessoa humana.

PARA REFLETIR

1. A partir desta reflexão, que compreensão você tem de Pastoral?

2. Em sua comunidade os grupos de serviço, os movimentos e as pastorais específicas têm uma verdadeira ação pastoral?

3. As Pastorais específicas existentes em sua comunidade têm apenas o nome de “pastoral”, ou têm uma ação concreta que transforma a realidade e cuida das pessoas como Jesus, o Bom Pastor?

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

Pe. Alberto Antoniazzi. O que é Pastoral? – subsídios para uma reflexão

Pe. José Geraldo de Oliveira

Vigário Episcopal da Região Centro

<https://arqmariana.com.br/noticia/1345/o-que-e-pastoral> em 22/08/2019 18:10

ANEXO D: IDENTIDADE DA PASTORAL DA JUVENTUDE RURAL



Pastoral da Juventude Rural

PJR Brasil

Identidade da PJR

Abril de 2011

A PJR tem a sua Identidade na sua própria denominação: Pastoral da Juventude Rural. Vejamos cada um dos termos:

1. Pastoral:

- a. Somos uma Pastoral. Não somos um movimento eclesial e nem um movimento popular. E sempre tivemos um pé na Luta e o outro pé no Evangelho, pois vivemos a interação entre Fé e Vida. Por isso uns nos chamam de “igrejeiros” e outros nos chamam de “só fazer política”.
- b. Entendemos por Pastoral a arte de nos colocar a serviço da vida (Jo 10,10), a exemplo de Jesus de Nazaré. Ele teve compaixão do povo, que estava como ovelhas sem pastor, e pede para os discípulos se envolver com sua demanda vital (a fome mata). Jesus nos mostra o caminho que implica em ver o que o povo tem e sabe, depois ajudar para que ele se organize em grupos, base para uma nova convivência, a partilha (cf. Mc 6,34-43)
- c. Da práxis de Jesus nasce a nossa opção pelos pobres, pelos injustiçados.
- d. Somos cristãs e cristãos dispostos a fazer o seguimento de Jesus de Nazaré, o Cristo. Assumimos-nos como discípulo missionário. Para isto, como Jesus, nos colocamos a serviço do Reinado do Pai.
- e. Somos parte da Igreja, de uma Igreja que atua no mundo e para o mundo, como “sal” (sabor que nos motiva), tendo “luz” (rumo, por causa do Projeto) e sendo “fermento” (sujeito que se encarna para fazer a transformação). Estamos na Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR) e somos ecumênicos.
- f. Desejamos ser uma Igreja diferente (ver os princípios eclesiais) e ajudamos a Igreja a estar presente entre os jovens. Somos juventude evangelizando jovens. Assim nasce a nossa opção pelos jovens, especialmente pelos jovens empobrecidos.
- g. ...

2. Da:

- a. O “da” indica que é a juventude o sujeito desta sua organização pastoral. Não somos uma “ala jovem”, nem “tarefeiros” e nem “conduzidos por tios”.
- b. Somos um espaço juvenil, com seu olhar, animação e protagonismo. Não pretendemos atuar “para a” juventude.
- c. Propomos a construir “com a” juventude uma saída para os seus problemas. Somos juventude nos conscientizando, porque refletimos sobre a nossa ação.
- d. Nossa atuação é a partir “da” juventude.

3. Juventude:

- a. Compreendemos os jovens como destinatários de nossa missão (vide no texto da missão).
- b. Ser jovem é um momento da vida (ciclo), que começa com a puberdade (ou adolescência) e termina com uma opção social (emprego, casamento, ...).
- c. Os jovens estão num momento propício de quebra do censo comum em vista da formação de sua consciência e isto leva para relações de vida grupal, entre seus iguais, em vista de experiências e com postura de rebeldia.
- d. Mas Juventude é uma categoria social. Ela implica em jovens organizados e com uma causa. Neste sentido ela se torna, ao mesmo tempo, uma representação sociocultural, uma situação social, e sujeito coletivo de transformação.
- e. ...

4. Rural:

- a. Rural indica o jeito de viver no campo, com a roça, enfim, é ser camponês e camponesa que vive e convive com a terra.
- b. A expansão agrícola produtora de commodities introduz monocultivos, que mais parecem desertos verdes, afetando a flora e a fauna, destruindo assim a biodiversidade existente, e vem ainda acompanhada do uso intensivo de agrotóxicos que contaminam os solos, as plantas e a água, e, indiretamente, os animais e as pessoas. Este alardeado avanço tem efeitos perversos sobre o ambiente e colocam em risco a soberania alimentar.
- c. Os camponeses têm o campo como um lugar de vida e não como um lugar de negócio.
- d. Temos a roça policultivada como uma interação com a natureza e compreendemos o planeta terra como alguém que precisa de cuidado. A terra Gaia. Ela é nossa Mãe Terra.
- e. Somos juventude camponesa: queremos viver no campo e da roça. Assumimos a arte da agricultura camponesa, do seu cuidado com as sementes crioulas, com as fontes e mananciais, ...
- f. O rural aponta para a nossa especificidade, numa sociedade em processo de urbanização: somos diferentes e por isto apelidados de atrasados, de "Jeca", por exemplo, o que fere a nossa auto-estima. Alguns jovens procuram negar a sua raiz negando seu ser roceiro, camponês; outros preferem dizer que moram na "zona rural". Desde 1983 ressoa um grito: *Jovem da roça também tem valor!*
- g. Sabemos que, como camponeses, temos uma cultura própria e, ao mesmo tempo, de que ela é múltipla, pois o jovem da caatinga é diferente do jovem do cerrado, que é diferente do jovem do pampa, que são diferentes de outros jovens. Os biomas fazem parte de nossa identidade.
- h. ...

Integramos tudo isto com a nossa mística, que se tornou expressão de nossa identidade. Na PJR a mística é o entrelaçamento de três raízes, que formam a trança de nossa identidade, a saber: a Camponesa, a Cristã e a Luta Popular. É ela que alimenta o fazer história de nossa Identidade.

ANEXO E: DOCUMENTO CARACTERÍSTICAS DA IDENTIDADE DA PJR



Pastoral da Juventude Rural

PJR Brasil

Características da Identidade da PJR

A Coordenação Nacional (CN) da PJR, em São Leopoldo, RS, em março de 2011, fez uma reflexão sobre as características da sua identidade como Pastoral da Juventude Rural.

É o fechamento de uma reflexão iniciada em março de 2010. Esta reflexão se deu a partir de uma analogia que nos levou a refletir sobre a relação CASA – RUA. Na CN, em Piúma, no ES, que aconteceu em novembro de 2010, reafirmamos que estar em CASA e na RUA é constitutivo da PJR. Nestes últimos meses buscamos identificar quais as características de nossa CASA que não podemos abrir mão, pois fazem parte de nossa identidade.

Por isso:

1. Reassumimo-nos como Pastoral da Juventude Rural, a saber:
 - a. Pastoral, por sermos um serviço, com motivação no Evangelho, que nos convoca a nos colocar a serviço da vida.
 - b. Da, por nos assumir como um espaço juvenil, com seu olhar, animação e protagonismo, em vez de atuarmos “para a” juventude.
 - c. Juventude, compreendendo-a o sujeito que trabalha por estar na PJR, como o sujeito a ser trabalhado, por estar na roça, e, ao mesmo tempo um sujeito coletivo organizado (categoria social).
 - d. Rural, assumido como o meio específico, com sua cultura camponesa, que nos leva a uma opção pelos jovens camponeses empobrecidos e a um olhar roceiro nesta sociedade urbanizada.
2. Reafirmamos que a PJR tem como **base** os **Grupos de Base**, os quais precisam ter a “nossa cara”. Eles podem ser de diferentes tipos, a saber:
 - a. Grupo nas Comunidades: formado por jovens que estão na roça, atuam na comunidade e procuram implementar pelo menos uma iniciativa concreta onde cultivam sua relação com a terra, com princípios agroecológicos.
 - b. Grupo de Produção e Resistência – GPR: formado por jovens que se assumem como camponeses, optaram em ficar no campo e viver da roça e para isto se organizaram coletivamente para produzir, inclusive em pequenas agroindústrias.
 - c. Grupo de Vivência: formado por jovens da roça, de localidades diferentes, que estão temporariamente na cidade para estudar ou em escolas que ficam na roça, mesmo as que atuam com alternância, e, se encontram porque decidiram ser camponeses.
3. Percebemos que temos **cinco características** que constituem a nossa identidade, a saber:
 - a. A Mística que exige o entrelaçamento de três raízes (como se formasse a unidade de uma trança): a Camponesa ligada a na Mãe Terra, a Cristã embasada em Jesus de Nazaré, martirizado e ressuscitado, e a Luta Popular com sua raiz que bebe na

memória subversiva dos pobres e seu projeto popular. Precisamos nos alimentar da mística e dela alimentar a nossa práxis.

- b. A Luta contra todas as formas de injustiça, comprometidos por motivação cristã, em vista da transformação da realidade, rumo a um Projeto Popular, inclusive de Campo, que leve a uma sociedade para além do capital.
 - c. O Campo ou roça, compreendido como um lugar de vida digna, de convivência ou sintonia com a natureza, onde procuramos desenvolver uma atividade concreta de trabalho, agroecológica, cooperação, ensaiando a mudança da matriz produtiva.
 - d. O Estudo como necessidade de aprofundamento ou formação, a partir das demandas de teorização de nossa prática, o que inclui a formação política que nos prepara para atuarmos no mundo, bem como a profissional e universitária.
 - e. O Companheirismo, por comermos do mesmo pão, fruto da natureza e do trabalho humano, e que exige uma relações de apoio e de cuidado com o outro, com a outra.
4. Estes elementos se concretizam em **dois espaços** de atuação coletiva ou práxis:
- a. O **Eclesial** onde, como parte do povo de Deus, participamos da comunidade, onde precisamos ganhar espaço como Igreja organizada a luz dos Atos dos Apóstolos. Este é o espaço da fé.
 - b. O **Social** onde, como militantes-cristãos, atuamos na Sociedade, em vista de sua transformação, atuando ao lado dos pobres, da classe trabalhadora. Este é o espaço da vida, da atuação política.
5. Damos-nos conta de que podemos apresentar graficamente as características de nossa identidade através do desenho de uma **estrela de cinco pontas**, onde o Grupo de Base ou a PJR estão no centro e cada uma das características é uma das pontas que formam esta totalidade, que atua tanto no espaço eclesial como no espaço social, compreendidos como nossos dois braços.

Veja o desenho que segue:



- 6. Reafirmamos que podemos como PJR **contribuir** junto aos Movimentos Sociais e inclusive neles atuar, especialmente quando forem do campo, apesar deles insistirem no corporativismo de sua sigla (considerar os seus militantes como sua propriedade privada), desde que não coloquemos em risco as características acima.
- 7. Definimos-nos como **militantes-cristãos** (vide o texto da Missão), além de camponeses.